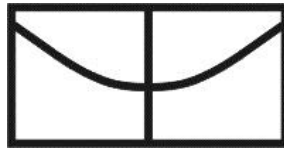


**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**Centro de Excelência em Turismo**  
**Programa de Pós-Graduação em Turismo**  
**Mestrado em Turismo**

**TURISMO EM RESEX:**  
**PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**NAS RESEX DE SOURE E DE CURUÇÁ NO PARÁ**

**LAÉRCIO BEZERRA FALCÃO**

**Brasília-DF**  
**2013**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**Centro de Excelência em Turismo**  
**Programa de Pós-Graduação em Turismo**  
**Mestrado em Turismo**

**TURISMO EM RESEX:**  
**PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**NAS RESEX DE SOURE E DE CURUÇÁ NO PARÁ.**

**LAÉRCIO BEZERRA FALCÃO**

**Brasília-DF**  
**2013**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Acervo 1011360.

F178 t Falcão, Laércio Bezerra.  
Turismo em RESEX: perspectivas de desenvolvimento, participação social e políticas públicas nas RESEX de Soure e de Curuçá no Pará/Laércio Bezerra Falcão.  
-- 2013.  
154 f. : il. ; 30 cm.  
Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, Programa de Pós-Graduação em Turismo, 2013.  
Inclui bibliografia.  
Orientação : Maria Elenita Menezes Nascimento.  
Co-orientação: Lígia Terezinha Lopes Simonian  
1 . Ecoturismo - Política e governo - Pará.  
2 . Desenvolvimento sustentável - Pará . 3 . Turismo e Estado - Participação do cidadão. I . Nascimento, Maria Elenita Menezes . II . Título .

CDU 338 . 482 . 2 : 502 . 3



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**Centro de Excelência em Turismo**  
**Programa de Pós-Graduação em Turismo**  
**Mestrado em Turismo**

**TURISMO EM RESEX:**  
**PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**NAS RESEX DE SOURE E DE CURUÇÁ NO PARÁ.**

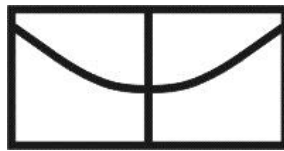
**LAÉRCIO BEZERRA FALCÃO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Turismo pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo do Centro de Excelência em Turismo (CET) da Universidade de Brasília

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Elenita Menezes Nascimento  
Co-Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lígia Simonian

**Brasília-DF**  
**2013**





**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**Centro de Excelência em Turismo**  
**Programa de Pós-Graduação em Turismo**  
**Mestrado em Turismo**

**TURISMO EM RESEX:**  
**PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**NAS RESEX DE SOURE E DE CURUÇÁ NO PARÁ.**

**LAÉRCIO BEZERRA FALCÃO**

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Elenita Menezes Nascimento  
Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Karina Dias  
Examinadora Interna/ CET-UnB

---

Prof.<sup>o</sup> Dr. Neio Campos  
Examinador Interno/ CET-UnB

**Brasília-DF**  
**2013**

Este trabalho é resultado de muita perseverança, objetividade e paciência.

Dedico-o à minha amada filha Aimê, como forma de motivá-la às grandes conquistas em sua vida. Deus te ilumine.

Lhe Amo.

## **AGRADECIMENTOS**

As grandes conquistas que conseguimos erguer em nossas vidas são frutos de grandes esforços pessoais, de paciência, de renúncias, de foco, de perseverança e da colaboração de grandes pessoas e amigos (as quais insisto em tratar por irmãos), que estendem as mãos em prol de nossos projetos pessoais, profissionais e morais. “Estender as mãos” torna-se comumente uma corrente solidária, que segue adiante, ao ponto de em um determinado momento, fazer de nossas próprias mãos o auxílio para outros irmãos que estão atrás de nós.

Por este fato, me dobro em agradecimentos aos irmãos que me estenderam as mãos por meio de inúmeros favores e apoio, de cunho material, intelectual, moral e espiritual. Listo abaixo e agradeço a todos esse que colaboraram e incentivaram minha ida, permanência e conclusão do Mestrado em Turismo da Universidade de Brasília.

### **AGRADECIMENTOS FUNDAMENTAIS:**

Meu profundo agradecimento às duas Docentes e Pesquisadoras responsáveis pelo direcionamento, condução e conclusão desta Dissertação de Mestrado.

Agradeço imensamente e de forma muito especial a minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Elenita Menezes Nascimento pelo empenho, dedicação, paciência e excelência. Por sua notável capacidade acadêmica que a condicionou para aceitar a orientação no meio do mestrado e com todas as minhas dificuldades de distância, de tempo e outras condições desfavoráveis. Não mediu esforços em me ajudar a transpor as barreiras para que eu correspondesse às expectativas do Programa de Mestrado em Turismo da Universidade de Brasília. Essa conquista com toda certeza é sua também. PARABÉNS E MUITO OBRIGADO.

Agradeço imensamente a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lígia Simonian pelos incentivos (diretos e indiretos) que me fez alicerçar o gosto pela pesquisa ainda na Especialização do FIPAM XXIII do Núcleo de Altos Estudos Amazônico da Universidade Federal do Pará (NAEA-UFGPA). Obrigado por sua dedicação e excelência acadêmica que contribuíram para os direcionamentos deste trabalho de dissertação, obrigado pelas orientações e o apoio nas idas a campo. Muito obrigado Prof.<sup>a</sup> Lígia.

### **AGRADECIMENTOS ESPECIAIS:**

Aos irmãos que me ajudaram e ampararam nesta caminhada.

Ao amigo e Prof.<sup>o</sup> Eduardo Gomes, meu orientador no FIPAM XXIII-NAEA pela notícia que me abriu os olhos para a seleção deste Programa de Mestrado em Turismo na Universidade de Brasília. Obrigado Prof.<sup>o</sup> Eduardo pela motivação de sempre.

Agradeço ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará por todo o suporte tecnológico a mim disponibilizado (internet, impressoras, scanner, etc...). Bem como

as amigas bibliotecárias do NAEA Rutheane Saraiva e Rosangela Mourão, pelo apoio com as dezenas de "empréstimos especiais" e a compreensão pelas faltas cometidas.

À amiga Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Denise Cardoso, coordenadora do PPGCS-UFGA, pela motivação, pelos conselhos pessoais, profissionais e acadêmicos, pelo valioso apoio moral e material. Muito obrigado.

Agradeço ao antropólogo, fotógrafo e amigo Mauro Castro, parceiro nas expedições empreendidas à Curuçá e Soure. Obrigado pelas imagens e sábias observações. Valeu meu irmão.

Aos amigos (e conterrâneos) que me receberam e acolheram em Brasília: Marcos Braga (valeu 'jogador'), Kaká e Márcia/Marcelo, Zuleide/Moisés Bemerguy. Muito obrigado meus irmãos.

Ao amigo e Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Ricardo Gauche pela acolhida, que me garantiram "suportes especiais", para continuar focado e no caminho reto. Que o 'Mestre' sempre nos guie e ilumine, assim seja. Obrigado Prof. Ricardo.

Agradeço imensamente ao Decanato de Assuntos Comunitário (DAC) e à Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) da Universidade de Brasília, pelo tratamento "materno" que recebi. Os benefícios que dispuseram ao meu favor foram imprescindíveis para minha permanência e continuação neste mestrado da UnB. Direciono meus agradecimentos também aos Assistentes Sociais do DAC, especialmente o Sr. Rubens Mota administrador do Bloco-K na Colina (residência da pós-graduação) e à Sra. Ariadne Rodrigues Nunes, por toda atenção e cordialidade a mim dispensados. Muito obrigado pela excelência.

Ao Centro de Excelência em Turismo, em especial ao Prof. Dr. Neio Campos (Diretor do CET), à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cléria Botelho (ex-coordenadora do PPGT), à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Karina Dias (Coordenadora do Mestrado) e à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marutschka Moesch, muito obrigado pelo incentivo e conhecimentos compartilhados. À todo o quadro docente do Centro de Excelência em Turismo, que me proporcionou os conhecimentos necessários para a conclusão deste mestrado e consequentemente a elevação de minhas possibilidades acadêmicas e profissionais. Agradeço à Equipe Técnica da Coordenação de Projetos em Turismo (CPT) do CET pela cordialidade e conhecimentos repartidos, durante minha bolsa-estágio de mestrado. Obrigado às irmãs Elisângela Machado, Ananda Martins, Karen Basso, Elissélia Ramos, Dázia Bezerra. Obrigado!

Ao amigo Prof.IVALDO DA SILVA, Coordenador do Curso de Turismo da Faculdade Pan Amazônica (FAPAN), agradeço o apoio, colaboração e incentivo na conclusão desse mestrado. Obrigado meu irmão!

A todos os amigos da turma de 2011 do Mestrado em Turismo da Universidade de Brasília, em especial as irmãs e irmão: Ana Claudia, Ângela Teberga, Letícia Freitas, Alice Watson e Almir von Held. Valeu muito!

Aos sempre amigos, irmão e companheiros de morada no ap. 203 do Bloco K na Colina, Prof. Dr. Eduardo Alentejo, M.Sc. Antonezete Reis (Zete), M.Sc. Murilo Alfaix e M.Sc. Tiago Sotili. Obrigado pela convivência harmoniosa, pela paciência, discussões, incentivos, pelas risadas, faxinas, almoços, pelos jantares, vinhos, organização e limpeza. Eduardo meu caríssimo irmão (de

ontem, de hoje e amanhã) obrigado pela 'produção'. Valeu muito a experiência de conviver com vocês todos. Deus os ilumine.

À Secretaria Municipal de Turismo de Curuçá, em nome do então Secretário Sr. Henrique Campos e Sra. Tiziane Matos. Muito obrigado pela recepção, cordialidade e cooperação.

À minha família: Aimê Falcão, Rai de Almeida, Letícia Falcão, Leonardo Ribeiro, Arthur Ribeiro e Eliane Franco; pelo incentivo e o apoio incondicional na persistência para a conclusão deste trabalho. Valeu muito!

Agradeço a Deus, pela saúde, coragem, determinação e ousadia, para enfrentar os costumeiros "dragões" da vida. Pelas oportunidades de superação a cada dia, pela Sorte, pela Luz e o desígnio aos bons e iluminados Irmãos que sempre me orientam, conduzem e sustentam nesta jornada.

As grandes conquistas da vida exigem sacrifícios. E os sacrifícios exigem coragem, persistência e muita paciência. AVANTE!

VALEU DEMAIS  
MUITO OBRIGADO!

“[...] E os irmãos entravam no mato assobiando. Assobiavam o desejo de ir embora, sair dali, correr mundo, ver outros trabalhos, lutar por um futuro. Aqueles paus lhes pesavam na costa entravam por dentro de seus destinos e aí ficavam apodrecendo. Amolavam o machado, com se amolassem aquele desejo de fuga. O seu desejo ficava tão agudo, tão amolado, tão cortante como os machados. As árvores tombavam aos golpes do machado. Só os obstáculos da sonhada viagem para Belém, para Manaus, não tombavam aos golpes do seu desejo [...]” .

Dalcídio Jurandir; “Marajó”, 1992 (p. 132).

## **RESUMO**

Quando se trata de espaços instituídos na forma de Unidades e Conservação, onde há um arcabouço legal que garanta o resguardo dos bens naturais, há de existir um criterioso estudo para que não repercutam efeitos danosos de ações que meçam somente o incremento do turismo. Nos municípios de Soure e Curuçá situados no norte do Pará, há uma propensa sensibilidade para o turismo devido às qualidades naturais e culturais existentes. Contudo, os municípios guardam em seus limites Unidades de Conservação na categoria de Reserva Extrativista, que direta ou indiretamente se deparam com as políticas ou projetos em turismo e acabam sendo pressionadas pelos resultados das ações que resvalam sobre as comunidades das RESEX. Esta pesquisa propõe analisar os processos socioeconômicos e ambientais causados para as RESEX Soure e Mãe Grande Curuçá a partir dos efeitos negativos das ações desordenadas e mal planejadas para o turismo e compara os resultados com as ações destinadas ao fomento do turismo por parte do poder público, iniciativa privada e comunitária dentro das Reservas Extrativistas de Soure e Mãe Grande em Curuçá no Estado do Pará. Parte das perspectivas e resultados que o turismo gera nos municípios sede de Soure e Curuçá e os efeitos socioeconômicos para populações tradicionais das Reservas Extrativistas. Como resultado a pesquisa apresenta sugestões e recomendações que buscam minimizar os efeitos negativos de ações mal planejadas e empreendidas nas RESEX Soure e Curuçá.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo; Reservas Extrativistas; Desenvolvimento; Políticas Públicas; Participação Social.

## **ABSTRACT**

When we think of public policies to foster tourism it requires certain evaluations of what and whom is desirable to achieve, it also requires to be noted that there is a possibility of some actions cause undesirable effects such as environment damage. When it comes to spaces established in the form of Units and Conservation Areas, there is a legal framework that ensures the safeguarding of natural resources. There, careful studies must exist to prevent harmful effects of actions measure only the growth of tourism. In the municipalities of Soure and Curuçá, located in northern Pará, due their natural and cultural aspects, there is prone to sensitivity tourism. However, their cities keep within their limits some Conservation Units in Reserve category Extractive (RESEX). Directly or indirectly they are faced with the policies or tourism projects and end up being pressured by the results of actions it from sliding on the communities of Resex. This research analyzed the environmental and socio-economic processes due to Resex Soure and Mãe Grande and Curuçá from the negative effects of actions disordered and poorly planned for tourism. It compared the results with actions aimed at promoting tourism by the government, private and community within the Extractive Reserves and Soure and Mãe Grande in Curuçá, in Pará. From the perspectives and results, it concludes that tourism generates in the municipalities of Soure and Curuçá positive results of socioeconomic effects for traditional populations of Reserves Extraction. As a result the research presents suggestions and recommendations that seek to minimize the negative effects of evil actions planned and undertaken in RESEX Soure and Curuçá.

**KEY WORDS:** Tourism; Reserve Category Extractive; Development; Public Policies; Social Participation.



## LISTA DE MAPAS:

Mapa 3.1 - Mapa do Brasil; destaque para a localização dos municípios de Soure e Curuçá no norte do Pará, com suas respectivas RESEX.....	46
Mapa 3.2. - Estado do Pará com destaque para Ilha do Marajó; <i>Imbaraió</i> na língua Tupi.....	47
Mapa 3.3 - Demarcação Oficial da Reserva Extrativista Marinha de Soure.....	52
Mapa 3.4 - Município de Curuçá com a demarcação oficial da Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá.....	67
Mapa 3.5 - Estado do Pará com destaque para o município de Curuçá.....	68

**LISTA DE QUADROS:**

Quadro 5.1 - Ações Negativas nas RESEX Soure e Curuçá.....	100
Quadro 5.2 - Ações negativas nas RESEX Soure e Curuçá.....	101

## LISTA DE FIGURAS:

Figura 1.1 - Líderes comunitários importantes na comunidade de Cajuúna.....	24
Figura 1.2 – Ex-vice-prefeito em Curuçá, importante ente público na mobilização de criação da RESEX.....	25
Figura 1.3 - Proprietária rural que detém um dos espaços particulares mais preservados da Ilha do Marajó.....	26
Figura 1.4 - Área particular dentro da RESEX com meio ambiente intacto.....	26
Figura 1.5 - Convite antigo, referência da centenária Festividade de São Sebastião, RESEX de Soure.....	27
Figura 3.1 - Porto de chegada à cidade de Soure, a “Pérola do Marajó”.....	49
Figura 3.2 - imagem por satélite da demarcação da RESEX Soure.....	53
Figura 3.3 - Placa do ICMBIO indicativa da RESEX Soure.....	54
Figura 3.4 - Praia do Pesqueiro, a mais famosa da Ilha do Marajó. RESEX Soure.....	54
Figura 3.5 - Trilha que leva à praia na vila do Cajuúna, RESEX Soure.....	54
Figura 3.6 - Praia do Cajuúna.....	54
Figura 3.7 - Presença de animais silvestres, sinal de área preservada. RESEX Soure.....	54
Figura 3.8 - Uma das comunidades da RESEX Soure. Vila do Pesqueiro.....	54
Figura 3.9 - Imagem por satélite da sede do município de Soure e as comunidades da RESEX.....	57
Figura 3.10 - Comunidade do Pesqueiro.....	58
Figura 3.11 - Praia do Pesqueiro, a mais famosa do Marajó.....	58
Figura 3.12 - Sede da Associação das Mulheres do Pesqueiro (ASMUPESQ); RESEX Soure.....	59
Figura 3.13 - Presidente da ASMUPESQ, RESEX Soure.....	59
Figura 3.14 - Comunidade (ou vila) do Céu.....	59
Figura 3.15 - Comunidade organizada e ruas sinalizadas.....	59
Figura 3.16 - Vila do Cajuúna.....	60
Figura 3.17 - Praia na vila do Cajuúna.....	60
Figura 3.18 - Professor Benedito Ramos com a imagem do padroeiro da vila do Cajuúna, São Sebastião.....	61
Figura 3.19 - Igreja construída na vila em homenagem ao santo.....	61
Figura 3.20 - Comunitários da vila do Cajuúna na fila da água.....	61
Figura 3.21 - Comunitários na vila do Céu à espera da água enviada pela	61

prefeitura.....	
Figura 3.22 - Via Estadual, PA 154.....	62
Figura 3.23 - Limites de propriedade rural em meio a RESEX.....	62
Figura 3.24 - Extrativismo da pesca artesanal.....	64
Figura 3.25 - Extrativismo do coco na RESEX Marinha de Soure.....	64
Figura 3.26 - Artesanato com reutilização de natureza morta.....	64
Figura 3.27 - Processo de fabricação de medicamentos naturais: extração do óleo da Andiroba.....	64
Figura 3.28 - Medicamentos naturais extraídos: óleo de Andiroba engarrafado para comercialização.....	64
Figura 3.29 - Material de construção cedido pelo programa “Minha Casa Minha Vida” através do INCRA. RESEX Soure.....	65
Figura 3.30 - Várias famílias beneficiadas com o programa “Minha Casa Minha Vida”.....	65
Figura 3.31 - Reunião do grupo de mulheres da ASSUREMAS na sede da prefeitura municipal.....	66
Figura 3.32 - Presença da primeira presidente da ASSUREMAS.....	66
Figura 3.33 - Placa indicativa da instalação da RESEX Mãe Grande pelo ICMBIO e MMA.....	72
Figura 3.34 - Área frontal da cidade de Curuçá com uma pequena amostra da RESEX Mãe Grande.....	72
Figura 3.35 - Amostra da vegetação suspensa devido as enchentes, ao longo da RESEX Mãe Grande.....	72
Figura 3.36 - Ilha do Arrombado, RESEX Mãe Grande.....	72
Figura 3.37 - Ranchos temporários para pesca artesanal. RESEX Curuçá.....	73
Figura 3.38 - Ilha/comunidade do Areuá; RESEX Curuçá.....	73
Figura 3.39 - Terminal pesqueiro do Abade em Curuçá. A pesca é a principal fonte de renda no município incluindo a RESEX.....	73
Figura 3.40 - A pesca, principal fonte de renda no município e a RESEX.....	73
Figura 3.41 - Porto do Espadarte em Curuçá. Instalação em área de RESEX.....	75
Figura 3.42 - Ponta da Ilha dos Guarás, local da construção do superporto....	76
Figura 3.43 - Pescadores artesanais, e o “superporto”.....	76
Figura 3.44 - Colônia de Pescadores do Curuçá.....	77
Figura 3.45 - Associação dos Usuários da RESEX Mãe Grade (AUREMAG)..	77
Figura 4.1 - Secretaria Municipal de Turismo de Soure.....	79
Figura 4.2 - Pousada simplória na RESEX Soure; iniciativa popular.....	82
Figura 4.3 - Hospedagem com passeio típico em “carro de búfalo”.....	82
Figura4.4 - Artesão Rafael dos Santos, produção com elementos da natureza.....	82

Figura 4.5 - Ateliê do artesão Rafael dos Santos, na praia do Pesqueiro.....	82
Figura 4.6 - Antigo porto de desembarque (trapiche) em Curuçá.....	84
Figura 4.7 - Posto de Informações Turísticas (PIT) no antigo porto/trapiche....	84
Figura 4.8 - Bloco ecológico “Pretinhos do Mangue”, divulgado no Brasil e exterior.....	86
Figura 4.9 - integrantes do bloco se caracterizando em meio ao manguezal...	86
Figura 4.10 - Mestre de Carimbó Nego Uróia; Curuçá referência nesse estilo musical.....	86
Figura 4.11 - Placa em homenagem ao Mestre de Carimbó da região.....	86
Figura 4.12 - Artesanato utilitário e decorativo de Maruá.....	86
Figura 4.13 - Artesão Esaú Trindade, expressão na cultura local.....	86
Figura 4.14 - Praia na Ilha da Romana, a mais famosa de Curuçá.....	87
Figura 4.15 - Ilha da Romana, área de RESEX com meio ambiente preservado.....	87
Figura 4.16 - Ilha do Areuá e a comunidade de mesmo nome.....	87
Figura 4.17 - Ilha do Arrombado desabitada, com apenas rancho de pesca....	87
Figura 4.18 - Frente da sede do município com vista para o rio Mãe Grande..	89
Figura 4.19 - Parte do manguezal banhado pelo rio Mãe Grande.....	89
Figura 4.20 - Orla iniciada com a terraplanagem; vista do centro histórico de Curuçá. .....	89
Figura 4.21 - Trecho da obra de terraplanagem, vista do bairro Alto.....	89
Figura 4.22 - Calçadas por toda a orla.....	90
Figura 4.23 - Decoração que lembram atividades de pesca e marisqueira.....	90
Figura 4.24 - Aterramento ligando os dois bairros em Curuçá.....	90
Figura 4.25 - Aterramento; vista do Centro Histórico de Curuçá.....	90
Figura 4.26 - Projeto arquitetônico da nova orla de Curuçá.....	91
Figura 4.27 - Vista da orla antiga.....	91
Figura 4.28 - Vista da orla transformada pela obra.....	91
Figura 4.29 - Mapa animado elaborado pela SEMTUR, trazendo a descrição informativa dos atrativos e ponto turísticos aos visitantes.....	29
Figura 4.30 - Pousada na praia da Romana.....	93
Figura 4.31 - Simples, mas um ponto de apoio para os muitos visitantes na Romana.....	93

## LISTA DE SIGLAS

ACS	Associação dos Caranguejeiros de Soure
AMUPESQUE	Associação das Mulheres do Pesqueiro
ANS	Associação Nacional dos Seringueiros
ASPAC	Associação dos Pescadores Artesanais da Vila do Cajuúna
ASSUREMAS	Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Soure
AUREMAG	Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá
CET	Centro de Excelência em Turismo
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
COP 15	Copenhagen 15
ECO 92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento no ano de 1992.
EMATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EUA	Estados Unidos da América
FITA	Feira Internacional De Turismo Da Amazônia
GERCO	Seminário Regionalizado de Gerenciamento Costeiro
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais
ICMBIO	Instituto Chico Mendes para a Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPF	Ministério Público Federal
MTUR	Ministério do Turismo
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PARATUR	Companhia Paraense de Turismo
PNUMA	Programa das Nações Unidas Para o Meio Ambiente
PNT	Política Nacional de Turismo
PRODETUR	Programa de Regionalização do Turismo do Governo Federal
RB	Relação dos Beneficiários da RESEX Soure
Rio 92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1992.
REDD	Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação Florestal
RESEX	Reserva Extrativista
SEBRAE	Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa
SEMA-PA	Secretaria de Meio Ambiente do Pará
SEMTUR	Secretaria Municipal de Turismo
SETUR-PA	Secretaria de Turismo do Estado do Pará
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TBC	Turismo de Base Comunitária
UAFES	União dos Amigos da Festividade de São Sebastião
UC	Unidade de Conservação
UNB	Universidade de Brasília
VEM	Vem Encontrar O Marajó

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>1 METODOLOGIA</b> .....	22
1.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA E INSTRUMENTOS DE PESQUISA.....	22
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>2 PERSPECTIVAS E CONTEXTUALIZAÇÕES TEÓRICAS</b> .....	29
2.1 O TURISMO SOB PERSPECTIVA HISTÓRICA.....	29
2.1.1 <b>Turismo: conceitos e contextualização</b> .....	30
2.1.2 <b>Política Nacional de Turismo</b> .....	33
2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL...	35
2.3 DE ÁREAS PROTEGIDAS A UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: BREVE HISTÓRICO DO SURGIMENTO E UTILIZAÇÃO.....	39
2.3.1 <b>Unidades de Conservação: legislação e políticas de apoio e incentivo no caso brasileiro</b> .....	42
2.3.1.1 Política Nacional do Meio Ambiente - Lei 6.938-1981.....	42
2.3.1.2 Sistema Nacional de Unidades de Conservação - Lei 9.985/2000.....	43
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>3 CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO</b> .....	46
3.1 A RESEX MARINHA DE SOURE NA ILHA DO MARAJÓ.....	47
3.1.1 <b>O município de Soure: aspectos históricos e culturais</b> .....	49
3.1.2 <b>Institucionalização da RESEX Marinha de Soure: decreto de criação</b> .....	50
3.1.3 <b>Aspectos socioeconômicos da RESEX Marinha de Soure</b> .....	56
3.2 A RESEX MÃE GRANDE DE CURUÇÁ.....	67
3.2.1 <b>O município de Curuçá: aspectos históricos e culturais</b> .....	68
3.2.2 <b>Institucionalização da RESEX Mãe Grande de Curuçá: decreto de criação</b> .....	71
3.2.3 <b>Aspectos socioeconômicos da RESEX Marinha Mãe Grande de Curuçá</b> .....	73

## **CAPÍTULO IV**

<b>4 ABORDAGEM E COMPARAÇÃO DAS AÇÕES PÚBLICAS, PRIVADAS E COMUNITÁRIAS EM TURISMO NAS RESEX MARINHAS DE SOURE E MÃE GRANDE DE CURUÇÁ.....</b>	<b>78</b>
4.1 CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO TURISMO EM SOURE.....	78
4.1.1 Ações públicas, privadas e comunitárias em turismo na RESEX Marinha de Soure.....	81
4.2 CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO TURISMO EM CURUÇÁ.....	83
4.2.1 Ações públicas, privadas e comunitárias em turismo na RESEX Marinha Mãe Grande de Curuçá.....	88
4.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS AÇÕES EM AMBAS AS RESEX.....	93
<b>5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....</b>	<b>96</b>
5.1 ANÁLISE DAS DUAS RESEX.....	96
5.2 AÇÕES NEGATIVAS NAS RESEX SOURE E CURUÇÁ.....	101
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>105</b>

## **ANEXOS**

ANEXO A - Prospecto “Vila do Pesqueiro, muita história para contar”.....	111
ANEXO B - Parte posterior do prospecto “Vila do Pesqueiro, muita história para contar”.....	113
ANEXO C - Prospecto da Prefeitura Municipal de Curuçá.....	115
ANEXO D - Prospecto “Passaporte do Turista Responsável”.....	117
ANEXO E - Prospecto informativo alertando sobre a exploração sexual.....	119
ANEXO F - Folder “Curuçá: modelo de qualidade de vida”.....	121
ANEXO G - Leque comemorativo do Círio de Nossa Senhora do Rosário.....	123
ANEXO H - Informativo sobre o “Festival do Folclore” que ocorre todos os anos em Curuçá.....	125
ANEXO I - Prospecto do Instituto Peabiru com o “Projeto Casa da Virada”.....	127
ANEXO J - “Programa Estadual de Qualificação do Turismo” (PEQTur).....	129
ANEXO K - Projeto “Viaje Encontrando Marajó” (VEM) na vila do Pesqueiro...	131



## INTRODUÇÃO

### 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS

O presente trabalho dirige sua investigação a duas áreas protegidas localizadas no litoral Norte do Estado do Pará. Estas áreas estão conceitual e legalmente constituídas no Brasil, como Unidades de Conservação – que aqui serão tratadas pela abreviação “UC” – e que compreendem um determinado espaço territorial onde o principal objetivo é a conservação dos recursos ambientais relevantes, por meio da institucionalização deste espaço, sob um regime especial de administração<sup>1</sup>, exigindo para tal uma legislação específica.

As Unidades de Conservação compreendem várias categorias de utilização, cada qual com suas especificidades levando em consideração o espaço a ser protegido, os recursos naturais disponíveis, os objetos de proteção/conservação e a população que nele habita. De acordo com o Sistema nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as Unidades de Conservação estão divididas em dois grupos, as UC destinadas a Proteção Integral e as UC destinadas ao Uso Sustentável; as UC do primeiro grupo admitem apenas o uso indireto dos recursos naturais, em quanto no segundo grupo se permite compatibilizar preservação e uso sustentável dos recursos naturais.

Dentre as Unidades de Conservação destinadas ao Uso Sustentável encontram-se uma categoria que permite a utilização sustentável dos recursos naturais por parte de populações tradicionais residentes no espaço a ser protegido e que possui no extrativismo pesqueiro, vegetal, mineral, madeireiro, etc., a base de sua economia. Trata-se das Reservas Extrativistas, ou simplesmente RESEX<sup>2</sup>.

As RESEX, que se tornaram objeto de observação para a presente pesquisa, circunscrevem-se na região amazônica localizada no extremo norte do Brasil, no litoral norte do Estado do Pará; tratando-se da Reserva Extrativista Marinha de Soure localizada no município de Soure na Ilha do Marajó e a Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande localizada no município de Curuçá.

As RESEX de Soure e Mãe Grande de Curuçá possuem praticamente as mesmas características em relação ao meio ambiente, solo, vegetação e clima. Ambas se localizam em áreas litorâneas com manguezais que as circundam, e têm nas atividades da pesca e na coleta de frutos do mar e de manguezais, como o caranguejo, a principal fonte de renda e alimentação das populações tradicionais locais. Estas atividades também possuem grande relevância na economia

---

<sup>1</sup> Esta administração está a cargo dos órgãos oficiais estatais como o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes para a Biodiversidade (ICMBIO).

<sup>2</sup> O termo RESEX é utilizado pelos órgãos públicos competentes, como IBAMA e ICMBIO, para designar especificamente essas unidades de reserva onde é possível a extração por parte das comunidades tradicionais.

dos municípios sede de Soure e Curuçá. Por suas características litorâneas as RESEX se enquadram na denominação de Reservas Extrativistas Marinhas.

A criação destas Reservas Extrativistas em ambos os municípios do norte paraense, ocorreram em meados da década de 2000, e surgiram principalmente pela percepção dos desgastes ambientais que as duas regiões vinham sofrendo, devido à pesca e coleta de marisco de forma predatória. Como consequência os efeitos foram sentidos nos municípios sede de Soure e Curuçá, que eram a porta de entrada e circulação dos produtos-base das economias locais, como a pesca e os mariscos. Esse efeito sequencial recaía de forma massiva sobre as populações tradicionais que dependiam exclusivamente da comercialização dos produtos dessas atividades, nos mercados municipais localizados nos municípios sede.

Dessa forma, a institucionalização das Unidades de Conservação, na categoria de Reserva Extrativista, nas duas regiões especificadas anteriormente, trouxe transformações significativas sobre as dinâmicas sociais, econômicas e ambientais que existiam nas localidades e de certo modo contribuía para os desgastes ambientais das regiões costeiras, ocasionando certa desordem social e econômica que influía na cultura e modo de vida das populações tradicionais locais.

Nessa perspectiva, o turismo como uma das atividades econômicas mais emergentes e "maleáveis" da atualidade, pode ser moldado aos aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais encontrados nas regiões específicas das RESEX. O turismo pode contribuir significativamente para a construção de uma estrutura de desenvolvimento sustentável se for alicerçado na responsabilidade, e privilegiar a forma de vida das comunidades residentes da RESEX, se considerar as peculiaridades tradicionais existentes e já bastante impregnadas, por se tratar de pescadores amazônicos.

O turismo como grande "mercador" dos atributos culturais e naturais existentes e preponderantes em determinada região, tem por princípio a divulgação de tais atrativos para fins de comercialização no mercado turístico, atraindo turistas e visitantes ao local, contribuindo com a circulação da economia do lugar. Dessa forma é oportuno pensar que o turismo sirva de instrumento de mudança e crescimento, focalizando os exotismos ambientais e culturais que se pode preservar com o advento da institucionalização das áreas de RESEX.

Nesse contexto cabe observar, em uma visão mais ampla, de como o turismo vem ocorrendo nos municípios sede de Soure e Curuçá, dado a notória capacidade de atração turística desses locais, e sequencialmente sob uma lente mais minuciosa, aprofundar a análise dos efeitos dessas ações que recaem sobre as RESEX e suas populações.

## 1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

### a) Objetivo geral

Analisar os efeitos negativos das ações implementadas para o turismo, junto às RESEX Soure e Mãe Grande Curuçá.

**b) Objetivos Específicos**

- Fazer um levantamento das informações relevantes ao tema, tais como definições, as principais entidades envolvidas neste contexto e suas funções;
- Observar as decisões tomadas no delineamento das políticas públicas destinadas ao turismo;
- Levantar quais os motivos que impedem uma convergência de ideias entre atores sociais e políticos;
- Fazer uma avaliação de natureza qualitativa, que permita identificar os principais aspectos relevantes dos encaminhamentos para o turismo.

**1.3 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DA PESQUISA**

Este estudo propõe examinar as ações para o turismo dentro de Unidades de Conservação já efetivadas, as quais não trouxeram efeitos sociais e econômicos positivos às comunidades das Unidades de Conservação na categoria de Reserva Extrativista Marinhas de Soure e Curuçá.

Por se tratar de áreas institucionalizadas, as Unidades de Conservação como as Reservas Extrativistas, possuem um conjunto criterioso de normas, onde se alocam as possibilidades legais para a utilização de áreas definitivamente protegidas. Contudo em alguns casos há uma sobreposição da participação pública e privada, que sob a não observância das normatizações, acabam gerando, direta ou indiretamente desgastes a níveis sociais, econômicos, culturais e ambientais para todas as comunidades das RESEX e do entorno destas.

**1.4 RELEVÂNCIA DO TEMA E JUSTIFICATIVA**

Após a conclusão de um trabalho de monografia de especialização realizada pelo autor em Áreas Protegidas e Unidades de Conservação, foram obtidos resultados que levaram a questionar o fato da RESEX Soure não ter uma política incisiva destinada ao turismo, e por esta ausência do poder público na atividade, a condução com o turismo seguiu-se por critérios da iniciativa privada, deixando as comunidades da RESEX em exposição para um turismo insipiente, desordenado e por vezes predatório.

Observou-se que a região da RESEX Marinha de Soure era dotada de atrativos naturais e culturais de excepcionais valores para turismo, e embora existam algumas ações público/privado nesse aspecto, essas ações são de forma isoladas e indiretas tornando-as praticamente incipiente, sem representar grande importância na economia e na sociedade local como um todo.

Quando essa questão direciona-se às RESEX, é notória a insuficiência dos bens gerados pelo turismo, muito embora o turismo represente a grande esperança das comunidades da RESEX.

Outro fator preponderante da pesquisa foi observar como a institucionalização da Unidade de Conservação foi colocada por alguns atores políticos e sociais como empecilho para o desenvolvimento do turismo dentro dos limites da RESEX; justificado pelo possível risco de degradação dos bens naturais, que estão sob a proteção governamental. Questões de inércia política e social, favorecendo ações privadas desordenadas também foram constatadas no estudo; fatos que estimulam a realização de investigações mais apurada e minuciosas.

Ressalta-se que o trabalho é fundamentado na análise de um assunto ainda bastante discutido e com bibliografia escassa no âmbito do turismo, não tendo, portanto, a pretensão de encontrar respostas, mas sim levantar questões relativas ao tema. Nada impede, porém, que se chegue a algumas conclusões e recomendações que em suma pretenda contribuir com a elevação do turismo como atividade socioeconômica geradora desenvolvimento e equilíbrio ambiental, principalmente na direção dos residentes das unidades de conservação estudadas.

## 1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho está dividido em quatro capítulos além da introdução e conclusões. No primeiro capítulo propõe-se fazer a contextualização das linhas teóricas abordadas no estudo; da mesma forma, pretende-se neste capítulo fornecer os vieses que vão direcionar o trabalho nas linhas metodológicas. O segundo capítulo são apresentadas algumas abordagens teóricas acerca das concepções sobre desenvolvimento sustentável, com as vertentes interpretativas e revisões conceituais. Traremos uma abordagem sucinta histórica sobre áreas protegidas, encerrando com o surgimento das Unidades de Conservação brasileiras bem como a carta magna que conduz a esse processo, o SNUC.

O terceiro capítulo traz a caracterização das localidades onde o estudo foi realizado, tratando introdutoriamente dos aspectos histórico-geográficos dos municípios de Soure e Curuçá, adentrando pelos aspectos sociais, econômicos e ambientais das respectivas Reservas Extrativistas Marinhas de Soure e Mãe Grande de Curuçá.

O capítulo quatro aborda a forma como o turismo está sendo conduzido pelo poder público, empresários locais e as iniciativas populares nos municípios de Soure e Curuçá, observando que muitas dessas ações públicas e ou privadas em direção ao turismo, acaba por resvalar em direção as comunidades da RESEX, com a possibilidade de interferir sobre seu espaço e suas tradições.

Finalmente nas conclusões é apresentada uma análise do estudo realizado nas duas RESEX Extrativistas Marinhas de Soure e Curuçá, traçando uma comparação das ações para o turismo adotadas pelo poder público, através das políticas públicas de fomento e apoio para a elevação da atividade nos municípios sedes que beneficiem consequentemente as áreas de RESEX e suas comunidades.

A partir dessas análises, são feitas considerações e recomendações que podem vir a auxiliar na condução de ações e propostas, que tenham o turismo como um mecanismo capaz de contribuir com o desenvolvimento sustentável, condicionado a um retorno social e econômico responsável e igualitário aos municípios sedes de Soure e Curuçá e que beneficiem as comunidades das RESEX.

## CAPÍTULO I

---

### 1 METODOLOGIA

Este capítulo trata da metodologia de pesquisa utilizada para desenvolvimento do trabalho. Descreve os fundamentos teóricos do estudo e apresenta os principais conceitos a serem utilizados no decorrer da pesquisa. Será realizada uma revisão teórica de referência, as atuais discussões acerca dos temas abordados e as funções das principais entidades envolvidas. Espera-se elaborar discussões entre o empírico e o teórico, entre o discurso e a prática, com o intuito de revelar o real estágio do debate e sua correlação com a aplicação prática.

#### 1.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA E INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Para a condução deste trabalho foram utilizados métodos de pesquisa que deram suporte e conduziram a organização dos métodos e dos procedimentos aqui utilizados, dentre os quais está a aplicação do método qualitativo de pesquisa, figurando este como o balizador para os resultados esperados, dado que, “os métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e sua razão de ser”, como elenca Haguette (2007, p. 63).

Com base no método escolhido, foi possível garantir rigor e veracidade aos dados e informações coletadas. Partimos desse princípio para explicar, por exemplo, quais os motivos da escolha de determinados indivíduos para as entrevistas e levantamento de informações relevantes ao tema pesquisado. Os entrevistados foram escolhidos em meio às comunidades estudadas e as informações foram proferidas nas entrevistas e sondagens realizadas por meio de observações e anotações de campo.

O uso da pesquisa essencialmente qualitativa se justifica pela quase inexistência de dados estatísticos ou numéricos consistentes em poder dos órgãos públicos e outras instituições; nesse aspecto Gunther (2006, p. 204) utiliza o tratamento de análise no que chamou de “[...] tradução de resultados [...]”, onde se atribui de uma coleta de dados numéricos - portanto quantitativos - traduzindo-os em respostas qualitativas.

O tipo de pesquisa qualitativa, já especificada anteriormente, em nível explicativa, uma vez que esta propicia um correto delineamento da pesquisa. O estudo de campo foi necessário para tal levantamento, fato que trouxe dados bastantes relevantes capazes de aprofundar as questões em torno do turismo nas localidades estudadas, se adequando de forma coesa com a pesquisa exploratória para uma investigação que trata de estudos sobre turismo.

Baseado nessa exploração de natureza qualitativa, o levantamento das informações que deu origem ao trabalho segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT) considera que a

pesquisa de cunho qualitativa é utilíssima “[...] quando a informação disponível é pobre em dados, mas é rica na descrição das variáveis e não é facilmente tratável com dados estatísticos [...]”, assim descrito por Perez (OMT 2006, p.11).

Para a coleta de dados foram utilizadas as técnicas de entrevistas com grupo focal onde segundo Powell e Single (1996, p. 449, apud Gatti, 2005) “é um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema que é objeto de pesquisa, a partir de sua experiência pessoal”; da mesma forma entende Gatti (2005, p.17) “os participantes devem ter alguma vivência com o tema a ser discutido, de tal modo que sua participação possa trazer elementos ancorados em suas experiências cotidianas”.

Sobre o aspecto da escolha vale observar que determinados indivíduos foram escolhidos para aplicação das entrevistas, baseados não em um questionário fechado, mas em uma informalidade encadeada por um tema específico, que foi a dimensão do turismo dentro da RESEX. A partir dessa base, desenvolveu-se um diálogo espontâneo e livre, visando captar os fatos a respeito de temas correlatos que implicam direta ou indiretamente nas relações do turismo nas comunidades das RESEX. Nas fotografias e imagens seguintes, teremos uma demonstração dessas escolhas e sua justificativa, com demonstrado em Gatti (2005).

Sendo assim, conduziu-se as entrevistas com grupos focais baseando-se em temas correlatos ao turismo tais como: infraestrutura, políticas públicas, participação social e desenvolvimento sustentável, possibilitando aquisição de informações fundamentais a respeito do turismo em relação às RESEX.

O critério de escolha dos indivíduos para a realização das entrevistas seguiu as características “homogênea dos participantes, mas com suficiente variação entre eles para que possibilitasse o surgimento de opiniões diferentes ou divergentes” (GATTI, 2005, p. 18), daí a escolha de entes políticos, comunitários, empresários, fazendeiros e turistas; atores estes, diretamente ligados ou inseridos no contexto das comunidades e que possuem certa margem para o turismo.



Figura 1.1 - Líderes comunitários importantes na comunidade de Cajuúna o Prof. Benedito Ramos ('Bené') e Waldemil Medeiros ('Vazinho'),  
Fonte: Laércio Falcão, 2012.

A Figura 1.1, por exemplo, mostra o professor Benedito Ramos ('Bené'), à esquerda, que por muitos anos foi professor de ensino primário nas comunidades do Cajuúna e Céu na RESEX Soure, e liderou a comunidade durante longo período, assumindo interinamente o comando da Festividade de São Sebastião, que acontece anualmente no mês de agosto em Cajuúna. Ao seu lado (direito) está o senhor Waldemil Medeiros ('Vazinho'), outro importante líder da comunidade do Cajuúna, presidente fundador da Associação dos Usuários da RESEX Marinha de Soure (ASSUREMAS) e que esteve à frente de vários movimentos, junto a outras associações na luta pela proteção dos recursos naturais da região, sobretudo para resguardar o principal meio de vida das comunidades da RESEX.

Dessa forma, pretendeu-se encadear a escolha desses representantes comunitários de suma importância para as comunidades e que possuem um envolvimento direto com as mesmas, figurando como representantes incontestáveis dos residentes e usuários das reservas. Um desses personagens importantes para a construção da pesquisa foi o senhor Jorge Macedo da Rocha mostrado na Figura 1.2.





Figura 1.2 - Sr. Jorge da Rocha, um ex-vice-prefeito do município de Curuçá, ente público a favor da RESEX.  
Fonte: Laércio Falcão, 2009.

Importante como personagem político, o senhor Jorge da Rocha atuou como vice-prefeito em um dos governos municipais no município de Curuçá; sobre ele pesa o reconhecimento de ter sido o principal articulador para a criação da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, tendo papel fundamental na condução dos trâmites tanto políticos quanto sociais para que se criassem as configurações necessárias a institucionalização da reserva no município de Curuçá.

Exemplificando o motivo das entrevistas focais e a escolha de terminados personagens para compor as narrativas a respeito das situações e contextos que convergem para o desenvolvimento ou estagnação do turismo, apresentamos na Figura 1.3 a proprietária de fazenda, a Profa. Dra. Eva Abufaiad, como uma das entidades privadas escolhidas para a coleta de dados por meio de entrevista.



Figura 1.3 - Proprietária rural que detém uma das áreas mais preservadas da Ilha do Marajó.

Figura 1.4 – Parte da área particular dentro da RESEX; meio ambiente intacto.

Fonte: Mauro Castro (2012).

Sua propriedade rural (Figura 1.4) é uma das mais conhecidas do município de Soure, contudo configura-se em veredas de discussões por estar no meio da reserva extrativista de Soure, e no meio da estrada estadual PA-154, trazendo à tona toda a discussão que envolve o direito a propriedade, o direito de ir e vir de comunidades e a preservação de uma área institucionalizada como é a Reserva Extrativista Marinha de Soure.

Outro instrumento utilizado para a coleta de dados foi a pesquisa documental. Esta ferramenta foi imprescindível junto às comunidades das Reservas Extrativistas do Soure e Curuçá, bem como com o poder público. A investigação junto aos documentos públicos como: atas de reuniões, ofícios, folders informes, mapas, croquis, licitações e toda gama de documentos oficiais que demonstrassem referência direta ao turismo. Documentos particulares também integram esta pesquisa documental, como forma de expressão, caracteres sociais e culturais dos municípios de Soure e Curuçá que interferem nas comunidades das RESEX.

Trata-se de registros documentais de origem particular que figuram com grande relevância no levantamento deste estudo em relação às perspectivas e interesses para a elevação do turismo dentro das comunidades das RESEX. Documentos que atraem a possibilidade de um atrativo cultural a ser explorado, como os convites festivos, exemplificado pelo raro convite da Figura 1.5.



Figura 1.5 – Convite antigo, referência da centenária Festividade de São Sebastião, RESEX de Soure.  
Fonte: Prof. Benedito Ramos, 2010.

Trata-se de um antigo convite da Festividade de São Sebastião que se realiza na comunidade do Cajuúna na RESEX de Soure. A comemoração da festividade acontece nos meses de agosto, a mais de um século na comunidade, e o convite exposto datado de 1921, demonstra a formalidade e seriedade com que é tratado o evento cultural de cunho religioso, assim coloca o Prof. Benedito (informação verbal, 2010).

Por se tratar de estudar um fenômeno multifacetado e como grande apelo à imagem como fonte imprescindível para a informação, o turismo se atribui das formas imagéticas dos atrativos naturais e culturais de determinada realidade local, regional ou nacional para primeiramente explorar de forma visual o que se mostra possível de divulgação para atrair olhares e fomentar visitantes. Assim sendo, utilizou-se das fotografias para ilustrar a inerente capacidade ou incapacidade de desenvolvimento do turismo nos locais estudados.

O uso desse recurso (imagem) pretende revelar os contextos as quais se tentam traduzir em meio ao texto aqui escrito, resultado das observações do trabalho desenvolvido em campo.

Nessa perspectiva, procurou-se pautar a utilização da imagem como ferramenta indispensável na condução deste trabalho, seguindo os preceitos da “antropologia visual” preconizada e estimulada por Malinowski (1978), e ratificada nos trabalhos de Kahwage (2003), Samain (2003; 1995) e Simonian (2007). A esse respeito,

[...] não bastaria falar e discursar em torno do homem apenas descrevendo-o. Haver-se-ia de mostra-lo, expô-lo torná-lo visível para melhor conhecê-lo, sendo a objetividade de tal empreendimento não mais ameaçada pelo visor da câmara de que pelo caderno de campo [...]. (SAMAIN, 1995, p. 25).

Sob a mesma ótica da imagem Simonian argumenta que “[...] de todo modo, as imagens em si tem intrinsecamente um poder cultural e histórico, em especial pelo que representam nos contextos culturais local, regional e mundial [...]” (SIMONIAN, 2007, p. 21). O recorrente uso da iconografia no decorrer do trabalho traduz a importância que a imagem presta ao estudo do tema abordado, como o fenômeno do turismo; por entender que há uma singularidade ímpar entre este fenômeno e as mudanças ou transformações nas “matérias primas” das quais o turismo se atribui, que estão distribuídos pelos recursos naturais, artificiais e culturais.

A esse respeito propõe-se dispor ao leitor, a mais aproximada sensação que a pesquisa pode usufruir com os deslocamentos *in loco* que fez às Reservas Extrativistas, bem como as comunidades e aos municípios como um todo; observando e capturando imagens dos excessivos atributos naturais, culturais e por vezes sociais as quais se deparou a pesquisa em meio à confecção deste trabalho acadêmico. A imagem no decorrer do trabalho não configura meramente uma participação ilustrativa, mas sim compõe junto com o texto a redação da pesquisa; como analisa Simonian.

[...] De todo modo, essa realidade é permeada por significados, por uma estética apreciável e muitas vezes se constitui em base de dados para análise. Nesta última perspectiva, gradativamente, o uso de imagem deixa de ser ilustrativo e abre espaço para a interpretação. Por vontade própria ou interpretação de outrem [...]”. (SIMONIAN, 2003, p. 46).

Objetivou-se também na antropologia interpretativa proposta por Geertz (2008), a referência adequada para uma compreensão e explicação da realidade local, levando em conta a subjetividade dos atores sociais localidade estudada. Como nas palavras do próprio Geertz “[...] ver as coisas do ponto de vista do nativo [...]” (GEERTZ, 2008, p.88), embasado nessa perspectiva, partir-se-á para as observações dos comunitários da RESEX que estão inseridos ou não nas discussões sobre o turismo refletido na RESEX. Após a realização dessas etapas da pesquisa, o trabalho poderá chegar a algumas considerações e conclusões.

## CAPÍTULO II

---

### 2 PERSPECTIVAS E CONTEXTUALIZAÇÕES TEÓRICAS

Neste capítulo são abordados e contextualizados os principais conceitos utilizados na pesquisa tais como: turismo, políticas de turismo, legislação e políticas de apoio das unidades de conservação. É também abordada a questão da sustentabilidade, que permeia os diálogos contemporâneos sobre o desenvolvimento, levando a discussão a percorrer uma breve estrutura histórica em relação ao surgimento das áreas protegidas, como meio de possibilitar um debate temporal até os dias atuais com nascimento das Unidades de Conservação no Brasil. Finaliza com as políticas e ações institucionais de incentivo e apoio legal ao resguardo e utilização dessas áreas destinadas a conservação.

#### 2.1.O TURISMO SOB PERSPECTIVA HISTÓRICA

Os deslocamentos humanos já ocorriam na pré-história, porém como característica de nomadismo e ocorriam principalmente por questões de sobrevivência de grupos humanos (OMT, 2001). Alguns autores como McIntosh e Gupta (1997, apud CAMPOS, 2008) defendem a ideia de que os deslocamentos humanos prosseguem e se intensificam ao longo dos períodos da história, e a cerca de 4.000 anos a.C, os babilônicos já se deslocavam para longe de suas fronteiras motivados pelo comércio.

Esta argumentação dos autores baseia-se no fato de que os fenícios vigoraram e desenvolveram o comércio de forma grandiosa, originando a moeda que facilitaria as negociações e ampliaria os raios de ação entre as nações, forçando estes comerciantes às viagens cada vez mais distantes em busca de outros mercados, estabelecendo inúmeros intercâmbios de cunho comercial e inevitavelmente cultural. Autores como Dias (2005) e Youell (2002), colocam que na idade antiga com a realização das olimpíadas gregas, a 776 a.C., são registrados os primeiros deslocamentos de pessoas com intuito turístico e desde então a atividade vem passando por significativas mudanças, arrolando uma dinâmica de crescimento e adaptação por entre os tempos.

Outros autores acreditam que o turismo sempre foi passível de realização pela raça humana, ainda em tempos bem remotos, pois que, era imprescindível a busca por alimentos ou habitat mais condizentes. Barreto (2003) nos coloca que se fosse realizada uma busca arqueológica em tempos mais anteriores, encontrar-se-iam referências de que o ser humano sempre viajou, assim comenta Barreto (2003):

“[...] Seja definitivamente (migrando) ou temporariamente (retornando) [...]. As pesquisas arqueológicas revelam, por exemplo, que há 13 mil anos, o grupo humano habitante da Caverna de Mas-d' Azil, nos Pirineus franceses, viajavam até o mar e retornavam [...]”. (LEAKEY 1985, apud BARRETO 2003, p.44).

Os acontecimentos da idade moderna marcariam o início de um desenvolvimento exponencial do turismo até os dias atuais; fatos como os descobrimentos marítimos, o surgimento da imprensa e o nascimento do sistema capitalista que vigoraram naquele momento da história, deram ao turismo outra dinâmica de crescimento. Falcão (2010) observa que o turismo passou a vincular-se intimamente com os níveis de crescimento econômico que o sistema capitalista disponibilizara a sociedade mundial, atribuindo-se do desenvolvimento industrial que o período pode disponibilizar.

Nesse íterim da história da humanidade, o avanço dos meios técnicos e científicos traziam a invenção da máquina a vapor, os constantes aprimoramentos das locomotivas, o incremento das inovações junto à navegação e a culminância com a invenção do automóvel, contribuíram massivamente com os deslocamentos turísticos, desenhando uma evolução magistral para o turismo no fim do século XIX (FALCÃO, 2010).

Trigo (2004) analisa que o turismo na forma organizada, ainda primária do que praticamos hoje, começou a vigorar exatamente neste período, a partir do início do século XIX, como consequência da explosão tecnológica causada pela Revolução Industrial, que permitiu uma significativa elevação da classe burguesa industrial e comercial, os permitindo maiores disponibilidade de tempo e financeira para gastos com viagens e lazer para outras localidades.

### **2.1.1. Turismo: conceitos e contextualização**

É notório que o turismo está diretamente vinculado aos deslocamentos das pessoas para outras localidades ou regiões do planeta com seus variados propósitos, mas uma das definições mais comumente aceitas é a que parte da entidade da Organização das Nações Unidas (ONU) responsável pelas diretrizes do setor, a Organização Mundial do Turismo (OMT). A OMT (2001, p. 03) elenca que o turismo “compreende a atividade realizada pelas pessoas durante suas viagens e estada em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, por lazer, negócio ou outros.”.

Barreto (2003) levanta que a primeira definição formal de turismo que se tem notícia foi proferida por um economista austríaco no ano de 1911, Hermann von Schullern zu Schattenhofen abordou uma análise que tendia naturalmente para uma definição econômica, assim inferiu: “[...] turismo é o conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado [...]” (apud BARRETO 2003, p. 09).

A autora supracitada, ainda nos traz uma relação de definições, não menos interessante, ligadas as escolas “berlinesa” e “polonesa”; da escola berlinesa podemos citar a definição de Schwink: “Movimento de pessoas que abandonam temporariamente o lugar de residência permanente por qualquer motivo relacionado com o espírito, o corpo ou a profissão.”; e a definição de Josef Stradner: “[...] Tráfego de viajantes de luxo (aqueles que têm condução própria) que se detêm num lugar fora do seu lugar fixo de residência e com sua presença naquele país não perseguem nenhum propósito econômico, mas buscam a satisfação de uma necessidade de luxo [...]” (apud BARRETO 2003, p. 11).

Contudo, a conceituação formalmente aceita em todo mundo é o da Organização Mundial do Turismo, autores como Trigo (2004) embasados nessa conceituação da OMT tendem a direcionar suas análises conceituais para esta mesma linha de pensamento, quando o classifica desta forma:

“[...] pode-se dizer, em resumo, que qualquer viagem temporária com duração superior a vinte e quatro horas é turismo e que as viagens de apenas um dia são excursões. Em geral, não se classificam como turismo viagens de estudo ou trabalho (caso das migrações ou viagens profissionais de longa duração, como as empreendidas por estudantes, diplomatas, militares, técnicos, religiosos, etc.) [...]”. (TRIGO 2004, p. 12).

Autores como Camargo (2008), vão além de um estágio de conceituação permitindo-se influir sobre a dinâmica com que age o turismo, quando faz uso do termo “fenômeno” para designar a abrangência de relações (comercial, social, cultural, psíquico, entre outras) que o turismo provoca:

“[...] O uso da palavra fenômeno, bastante desgastada transcende os chavões usuais nas abordagens do gênero. Apreende-se o turismo como algo que se produz em nossa consciência por meio dos sentidos, envolvendo dados materiais, ou fenômenos internalizados, psicológicos, nos quais, por exemplo, se encontrariam as atitudes e as sensações antes durante e após a viagem [...]. Como se pode ver um fenômeno multifacetado e abrangente requer uma qualificação que se adiciona ao substantivo, denominando-o fenômeno cooperativo [...]”. (CAMARGO 2008, p. 40).

Tido como uma das atividades mais importantes da economia global, o turismo vem sendo muito bem representado por seus resultados positivos dentro da balança comercial em muitos países. Em referência ao deslocamento internacional com o turismo, registra-se que seu crescimento ao longo do tempo tem sido praticamente ininterrupto, oscilando, logicamente, nos períodos de picos econômicos; sua atividade torna-se moderada quando a economia mundial está

em recesso, porém recupera-se rapidamente quando da recuperação de crises econômicas, assim levanta a OMT (2001).

A Organização Mundial do Turismo identifica que a atividade turística está vinculada ao crescimento econômico e é diretamente influenciada por este. Dados desta organização são elementares para o entendimento de algumas das etapas evolutivas por qual a atividade turística vem percorrendo.

“[...] Dos anos 50 à década de 80, o número de viagens internacionais em âmbito mundial duplicou a cada 10 nos aproximadamente. Também, cabe que nesse período a demanda de todo tipo de bens se caracterizou por um crescimento contínuo. Na década de 80, o mercado do setor turístico alcançou um maior grau de maturidade, caracterizando-se pelo crescimento mais lento da demanda e pelo excesso de oferta; assim, o aumento médio da entrada de turistas internacionais aos destinos cresceu em ritmo mais lento, em torno de 4,5% ao ano. No começo dos anos 90, o turismo internacional não mostrou uma clara tendência em seu crescimento e se caracterizou por apresentar um elevado grau de resistência às flutuações econômicas; não obstante registraram-se algumas diminuições nas taxas de crescimento do turismo internacional nos anos de 1991 e 1993, devido à influência da forte recessão econômica dos países industrializados por causa da Guerra do Golfo; na atualidade segue desenvolvendo-se novos produtos e a atividade turística está estendendo-se a novas regiões onde começa a se consolidar [...] O turismo tem mantido notáveis taxas de crescimento e muito superior às de outros setores da economia [...]”. (OMT 2001, p. 07).

Coriolano (2012) analisa o turismo sob o ponto de vista de uma típica atividade econômica, que logicamente possui seus reveses na sociologia e cultura das civilizações; a autora nos informa que esta atividade econômica, assim como qualquer outra, está sobre intensa influência dos mercados globalizados do qual dispõem a economia na atualidade e sofre os efeitos de alta e de queda que a economia global possa vir a sofrer, assim reflete Coriolano:

“[...] O turismo é uma das atividades-chave da modernização contemporânea que privilegia relações sociais típicas da sociedade de consumo ao transformar o lazer em mercadoria a ser consumida em viagens realizadas por quaisquer motivos, pressupondo outros consumos [...]”. (CORIOLANO, 2012, p. 11).

A Política Nacional de Turismo brasileira (Lei 6.938/2008) também traz uma definição sobre o turismo em seu Capítulo I, Artigo 2º, definindo-o assim: “... considera-se turismo as atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu



entorno habitual, por um período inferior a 1 (um) ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras...”; prosseguindo, no Parágrafo Único do mesmo artigo, a Lei complementa:

“[...] As viagens e estadas [...] devem gerar movimentação econômica, trabalho, emprego, renda e receitas públicas, constituindo-se instrumento de desenvolvimento econômico e social, promoção e diversidade cultural e preservação da biodiversidade [...]”. (BRASIL, 2008).

Assim sendo, todas essas definições e conceituações referentes ao turismo (dentre tantas outras não abordadas neste estudo) de certo modo contribuíram para que no decorrer do tempo e das investigações, fossem lapidando conceitualmente esta que é uma das mais antigas e expressivas atividades humana e que inegavelmente está em franca evolução.

### **2.1.2. Política Nacional de Turismo**

A Lei 11.771 de 17 de setembro de 2008 institui a Política Nacional de Turismo brasileira, definindo as atribuições do Governo Federal em relação à interferência na atividade, cabendo a este o planejamento, o desenvolvimento e o estímulo ao setor turístico. A Lei incumbe ao Ministério do Turismo (Mtur) estabelecer a Política Nacional de Turismo, cabendo ao órgão “planejar, fomentar, regulamentar, coordenar e fiscalizar a atividade turística, bem como promover e divulgar institucionalmente o turismo em âmbito nacional e internacional” (BRASIL, 2008).

A importância atribuída ao MTur para mobilizar ações em prol do crescimento do turismo almejando o benefício social é disposto no Parágrafo Único do Artigo 3º:

“[...] O poder público atuará, mediante apoio técnico, logístico e financeiro, na consolidação do turismo como importante fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e da conservação do patrimônio natural, cultural e turístico brasileiro [...]”. (BRASIL, 2008).

É preconizado no artigo 4º do Capítulo II que a Política Nacional de Turismo será rígida em obedecer aos princípios da Constituição Federal que prega a livre iniciativa, a descentralização, a regionalização e do desenvolvimento socioeconômico de forma justa e sustentável. A Política Nacional de Turismo destaca-se por ter um conjunto de leis e normas voltadas para o planejamento e ordenamento do setor turístico nacional, além de abarcar em seu conteúdo, diretrizes, metas e programas que são previamente estabelecidos pelo Governo Federal, construindo assim o Plano Nacional do Turismo (PNT).

Entre os objetivos relacionados no artigo 5º da Política Nacional de Turismo, nos debruçamos sobre alguns itens que representam importância considerável para servir de parâmetro na análise do estudo aqui proposto; dentre estes objetivos citamos os incisos:

“[...] II - reduzir as disparidades sociais e econômicas de ordem regional, promovendo a inclusão social pelo crescimento da oferta de trabalho e melhor distribuição de renda;

IV - estimular a criação, a consolidação e a difusão dos produtos e destinos turísticos brasileiros, com vistas em atrair turistas nacionais e estrangeiros, diversificando os fluxos entre as unidades da Federação e buscando beneficiar, especialmente, as regiões de menor nível de desenvolvimento econômico e social;

VI - promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando Estados, Distrito Federal e Municípios a planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica;

IX - preservar a identidade cultural das comunidades e populações tradicionais eventualmente afetadas pela atividade turística;

Parágrafo único. Quando se tratar de unidades de conservação, o turismo será desenvolvido em consonância com seus objetivos de criação e com o disposto no plano de manejo da unidade [...]”.

(BRASIL, 2008).

No inciso II observamos a definição de “reduzir disparidades sociais e econômicas de ordem regional”, atribuindo ao turismo a possibilidade em fomentar a criação de mais trabalho, contribuindo com a geração e distribuição da renda. No inciso IV focaliza-se no estímulo para atrair turistas e espertar neste o interesse pelos produtos turísticos, principalmente atrair visitantes para “as regiões de menor nível de desenvolvimento econômico e social”.

No 6º inciso destaca-se a promoção, descentralização e regionalização do turismo, onde a proposta é fazer com que cada município proponha e planeje seu espaço para a realização do turismo, fazendo com que a própria comunidade participe e se envolva tanto na prestação dos serviços turísticos quanto no retorno positivo deste. No Inciso IX traz a preservação da identidade cultural das comunidades e populações tradicionais, que possam ser eventualmente afetadas pelo turismo, destacando a importância de se estabelecer o respeito a essas populações como forma destas não se sentirem ameaçadas como turismo.

No Parágrafo único do Art. 5º, é tratado da confluência que deve existir quando se pensa em ações com o turismo dentro de unidades de conservação, objetivando adequações que se encaixe no rol de procedimentos admitidos dentro de cada UC, baseando-se em seu Plano de Manejo. Toda via qualquer possibilidade de se implantar ações ou projetos dentro de uma UC, é necessário também considerar a relação das normas e critérios estabelecidos no Sistema

Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, o SNUC, seguindo as normas legais de procedimentos para que não haja prejuízos as UC como um todo.

## 2.2. CONSIDERAÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Na atualidade somos levados inevitavelmente aos discursos sobre desenvolvimento imbuídos de equilíbrios, equidades e a pensarmos não só em nosso bem estar, mas também no bem estar das gerações futuras. O termo Desenvolvimento Sustentável passou a integrar de forma intensiva qualquer plano ou projeto ligado a desenvolvimento econômico e social, tendo por primordial a conservação da natureza e seus recursos naturais, em qualquer instancia seja ela política, privada ou social.

Os redirecionamentos de propostas que contemplavam o “crescimento”, sobretudo foram provocados pela possibilidade de esgotamento dos recursos naturais, dos quais os humanos se utilizavam de forma desmedida. Historicamente essas tensões que giram em torno da exploração da natureza e da sobrevivência humana no planeta iniciaram entre os séculos XVIII e XIX, mais precisamente no continente europeu e concomitantemente na norte americano, com a expansão monumental da indústria e o desenfreado crescimento do comércio.

Porém até metade do século XX nas nações industrializadas, até então países conhecidos por terem maior desenvolvimento, o crescimento pujante da economia capitalista era tido como progressista e benéfico para a humanidade. No entender de Guimarães (2001), para aquele período da história, esses fatos eram entendidos como um elemento civilizador para os seres humanos e exemplo a ser seguido por todas as nações.

Dado o crescimento exponencial da economia e dos mercados nos países industrializados, alguns pensadores e políticos da época acreditavam em um futuro de glórias para a humanidade. Com essa perspectiva em foco, tornou-se inevitável desassociar os termos crescimento e desenvolvimento; ambos passaram a servir como parâmetros para evidenciar o grau de adiantamento econômico e social que determinada nação ocupava. Notadamente essas nações foram as que conseguiram se industrializar primeiro, e a partir de critérios embasados em seus crescimentos econômicos passaram a expressar justamente por meio do termo “desenvolvido”.

A dissociação não se fazia tão necessária assim até a década de 1960, pois eram poucas as nações ricas e “desenvolvidas” que vertiam a economia global aos seus termos (VEIGA, 2008). Na última década do século XX, é propenso o engajamento por parte de lideranças mundiais de países até então subdesenvolvidos (ou “terceiro mundo”), para a dissociação entre os tais termos “crescimento” e “desenvolvimento”.

Sen (2000), por exemplo, irá enfatizar que o crescimento econômico é característica direta do aumento da renda bruta e *per capita* de um país. O teórico aprimora seu pensamento quando analisa que o reconhecimento da liberdade dos cidadãos e seus direitos civis

fundamentam o verdadeiro desenvolvimento, e que não existe desenvolvimento quando se retira dos sujeitos sociais as condições adequadas de vida como saúde, educação, alimentação, transporte e outros.

Com as grandes e ricas nações assentadas sobre uma ininterrupta base exploradora de crescimento, não foi difícil a insurgência a partir da década de 1960 estudos científicos versando sobre a possibilidade de esgotamento dos recursos naturais em um cenário mundial, principalmente nos países fornecedores de matéria primas (caso dos países do “terceiro mundo”). Este novo foco tratava em suma dos processos desenfreados de exploração da natureza em prol do crescimento de poucos, as análises sobre esse esgotamento versavam, ainda que de forma inicial, sobre os resultados negativos que potencialmente ameaçariam a vida no planeta nas décadas seguintes.

Uma obra de grande valor científico na época foi a publicação de “A Tragédia dos Comuns” (*The traged of comons*), onde o biólogo francês Garret Hardin usa a celebre frase “... a liberdade em relação aos comuns gera a ruína de todos” (HARDIN 1975, apud FEENY, 2001 p.18), analisando de forma bastante dogmática que o livre acesso na utilização sem parâmetros dos recursos naturais existentes ocasionaria a curto ou médio prazo, a extinção de grande parte desses recursos, tornando a situação de vida no planeta insustentável.

Estudos como este passaram a dominar os debates acerca do verdadeiro desenvolvimento na segunda metade do século XX, correndo concomitantemente com novas perspectivas do sistema econômico vigente. As ideias ambientalistas tomam corpo e vem em uma crescente pressionando as decisões e deliberações em torno da economia e dos mercados. O surgimento de discursos sobre um verdadeiro desenvolvimento se formavam, novos rumos são traçados, e essas teias de acontecimentos vão forçosamente redefinindo as mudanças e os costumes.

Guimarães (2004) sustenta que essa trajetória da humanidade colocou à mesa as tensões entre a modernidade e o meio ambiente, considerando que os meios antes estabelecidos para o desenvolvimento eram obsoletos e depredatórios, pois colocava em risco a sobrevivência do meio ambiente. O referido autor também analisa historicamente que o papel de “resistência antissistema”, que fora incorporado ao modelo socialista frente à expansão industrialista entre os séculos XIX e XX, recai agora sobre o ambientalismo (GUIMARÃES, 2004), que imbuído dessa mesma representação “antissistêmica” coloca-se em contraposição a expansão consumista, que é base da economia moderna.

Sobre essa lógica Dupuy (1980, p.16) enfatiza que “a ecologia do capitalismo nada mais é do que a integração dos constrangimentos ecológicos na sua própria lógica”. Da mesma forma, embasada sob esse contexto, Simonian (2007) destaca que esses “novos” movimentos sociais da atualidade, estão imbuídos de questões socioambientais, primando pelo equilíbrio da sociedade em si, e dela sobre os recursos naturais, e que nessa perspectiva a modernidade volta-se para a ameaça sobre sua própria existência.

Stuart Mill na obra “Princípios de Economia Política” de 1848, já pregava seu descontentamento com os rumos que o sistema calcificava naquele dado momento da história,

refletindo que o sistema capitalista induzia a humanidade ao consumo desmedido, apregoando cegamente que a felicidade, considerada bússola norteadora da existência humana, poderia ser plenamente satisfeita com a aquisição dos bens materiais “forjados” pela indústria e “negociados” pelos mercados interligados mundo a fora.

“[...] Nós que não aceitamos esta etapa muito primitiva do aperfeiçoamento humano..., que somos céticos em relação ao tipo de progresso econômico que excita as congratulações dos políticos ordinários: o aumento puro e simples da produção e da acumulação [...]”. (MILL 1848, apud GUIMARÃES 2001, p.67).

Encontramos ainda nas palavras de Marx (1975) outra ideia clássica de confronto intelectual com a força capitalista e conseqüentemente com o tentáculo consumista que alimenta esse sistema; há uma inconformidade deste com a condição humana de subordinação diante dos bens materiais, discorrendo que a propriedade privada “... tornou-nos tão estúpidos e parciais que, para nós, um objeto só passa a ser nosso quando ele está em nossas mãos, quando ele existe na condição de capital...” (MARX 1975, apud GUIMARÃES 2001, p.68), sustenta-se que esta conotação acabou por esvair em nós a capacidade de buscar um sentido verdadeiramente psíquico e intelectual da vida e da verdadeira felicidade, analisando que a valorização do “ter” superou imensamente a do “ser”.

Com o crescimento dos estudos sobre o ambientalismo no mundo, passaram a ser frequente a ocorrência de eventos internacionais objetivando a discussão de outras possibilidades de progresso para a humanidade. Conferências de Estocolmo em 1972 ficou celebre por inaugurar uma nova era de ajustes e reflexões significativas no contexto do desenvolvimento, introduzindo a expressão que solidificaria um conceito, o “desenvolvimento sustentável”. A conferência de Estocolmo gerou um grupo de trabalho conhecido por “Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente” que em 1987 gerou um dos documentos mais importantes e referenciais para um novo desenvolvimento, o Relatório Brundtland.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) realizada em junho de 1992 na cidade do Rio de Janeiro, ficou mais conhecida como RIO 92 (também tratada por ECO92, Cúpula ou Cimeira da Terra). É considerado um dos eventos mais importantes, tanto quanto a realizada em Estocolmo, por ter fortalecido os objetivos na busca pela conciliação entre o desenvolvimento social e econômico e a conservação e proteção dos ecossistemas do planeta; o termo “desenvolvimento sustentável”, referenciado primeiramente em Estocolmo, passou a vigorar com mais ênfase no mundo após este evento internacional.

A RIO92 propiciou a formação de um grupo de trabalhos chamada de “Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável” ao qual deu origem ao documento “Agenda 21”, que serviria de base para as discussões sobre desenvolvimento e a pretensa “incorporação do conceito de sustentabilidade ao desenvolvimento brasileiro” (BRASIL, 2000). A Agenda 21 reafirma o esforço da dos segmentos da sociedade brasileira, governos, setor privado e sociedade

civil organizada, em especial da comunidade científica, em colocar na pauta das discussões econômicas e mercadológicas aspectos socioambientais.

A “Conferência do Clima” realizada em Copenhagen em dezembro de 2009, torna-se mais uma das insistentes tentativas de colocar na pauta das discussões econômicas e mercadológicas o novo paradigma ao desenvolvimento no mundo. Onde o objetivo era encontrar solução imediata para diminuir as emissões de gases de efeito estufa (Co<sup>2</sup>) que ameaça de superaquecimento o planeta em um prazo de tempo curto.

Essa proposta, logicamente, implica em modificações profundas no tradicional modelo de desenvolvimento econômico que ininterrupto desde o século XVIII, diretrizes como a redução do uso de combustível fóssil, opção de matrizes energéticas limpas e renováveis, fim dos desmatamentos e mudança nos hábitos de consumo, se torna oponentes de uma educação voltada para o consumo desmedido.

A Conferência em Copenhagen, assim como muitos outros eventos do gênero, não surtiram o efeito desejado, pois, ainda que estudos comprovassem os efeitos negativos da exploração desmedida dos recursos naturais e ainda reforçado pelos eventos catastróficos, a “COP15”, como ficou conhecida a Conferência, fracassou por não conseguir convencer os governos dos países industrializados da importância de mudar o quadro econômico, industrial e comercial em que se veem confortavelmente situados. Porém, a COP 15 deixou avanços sobre a Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação Florestal (REDD), expondo no relatório final sobre o assunto, o reconhecimento do importante papel das populações tradicionais e indígenas na formulação e acompanhamento das ações de trabalho do REDD.

Entretanto deve-se convir que os esforços na obtenção de resultados positivos desses eventos, esbarram nos grandes interesses econômicos que regem o sistema econômico mundial nas intensas transações comerciais. Os países primeiramente industrializados congregados no G8<sup>3</sup> (também integrantes do G20<sup>4</sup>) tendem a dissipar propostas em que pesem a interferência de suas políticas de desenvolvimento e manutenção econômica, visto que essas nações, ainda se fincam sobre bases de exploração desmedidas, principalmente de produtos brutos ou semi-industrializados (comercialmente conhecidos por *commodity*) negociados por ínfimos valores de mercados, contrapondo com seus produtos finais já industrializados.

Recentemente<sup>5</sup> ocorreu na cidade do Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como “Rio+20”, que trazia como objetivos:

[...] assegurar um compromisso político com o desenvolvimento sustentável, além de propor e discutir novos temas [...] busca também

---

<sup>3</sup> Grupo dos oito países mais desenvolvidos composto por EUA, Inglaterra, França, Itália, Canadá, Alemanha, Japão e Rússia.

<sup>4</sup> Grupo também chamado de “G20 financeiro”, é formado pelas 19 maiores economias do planeta (incluindo os emergentes) mais a União Europeia, compõe-se por África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, China, Coreia do Sul, Índia, Indonésia, México, Turquia e mais o G8.

<sup>5</sup> A Rio+20 ocorreu no período de 13 a 22 de junho de 2012 na cidade do Rio de Janeiro.

fortalecer o equilíbrio entre os pilares ambiental, econômico e social do desenvolvimento sustentável, assim como aperfeiçoar a governança ambiental internacional e debater temas relacionados ao conceito “economia verde” [...]. (RIO + 20, 2012).

A conferência circunscreveu-se a dois temas centrais, a “Economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza” e o “Marco institucional para o desenvolvimento sustentável”. A abordagem no evento ocorrido com a Rio 92 tratava de sintetizar os resultados de discussões e embates que já vinham ocorrendo em anos anteriores a 1992, que resultou na formulação de documentos importantes focando o meio ambiente e sua preservação; mas o evento da Rio + 20 trouxe uma abordagem diferenciada nas discussões a respeito do meio ambiente, nesta última conferência a motivação focava essencialmente as discussões sobre o desenvolvimento sustentável e a economia verde visando o futuro e solidificando propostas e ações reais.

### 2.3. ÁREAS PROTEGIDAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: BREVE HISTÓRICO DO SURGIMENTO E UTILIZAÇÃO

Historicamente as áreas destinadas à proteção já ocorriam no mundo desde a antiguidade, como apresentam Dixon e Sherman (1991, apud COLCHESTER, 2000), os autores levantam a ideia de que as primeiras áreas protegidas que se tem notícia foram àquelas destinadas as caçadas reais e surgiram na Assíria no ano 700 a.C. aproximadamente. Por volta de 400 a.C. no reino Açoca na Índia, também se estabeleceram áreas visando às caçadas dos reis e suas cortes, essas primordiais características de área protegidas passou a ser disseminada por entre a elite dominante do império mongol (GADGIL; GUHA, 1993 apud COLCHESTER, 2000).

O então privilégio em benefício das elites serviu de inspiração a outras realezas na era antiga para a criação de áreas protegidas nesses moldes, Colchester (2000) faz saber que essa mesma ideia foi introduzida na Inglaterra pelos normandos no século XI, onde se estabeleceu o conceito de “florestas reais”, produzindo um resultado positivo de tal modo que já no reinado de Henrique II esses espaços protegido já tomavam cerca de 25% de toda a Inglaterra.

Thompson (1987) irá referir-se a essas áreas destinada a realeza inglesa, quando do estudo da “Lei Negra de Waltham” (THOMPSON 1987, p. 21), analisando que os indivíduos “invasores” das “florestas reais” eram severamente punidos e em certos casos com levados a forca, caso fossem surpreendidos praticando a caça, pesca ou na retirada de lenha dentro dos limites dessas florestas. Assim levanta o autor:

[...] O principal conjunto de infrações era a caça, ferimento ou roubo de gamos ou veados, e a caça ou pesca clandestina de coelhos, lebres ou peixes. Eram passíveis de morte se os infratores estivessem armados e

disfarçados, e no derrubada de estivessem os delinquentes armados e disfarçados ou não. Outros delitos referiam-se à destruição da cabeceira ou outeiro de qualquer lago piscoso; [...] a derrubada de árvores; ateamento de fogo [...]”. (THOMPSON 1987, p.23).

Mas é com o Parque Nacional de Yellowstone nos Estados Unidos que se tem a primeira experiência moderna de áreas protegidas em 1872 (DIEGUES, 2001; SIMONIAN, 2000). Toda via, esse modelo de parque como o Yellowstone, já denotava características bem mais apuradas de áreas protegidas, e este por décadas serviu de modelo a criação de outros parques mundo afora. Kenton Miller discorre quanto à finalidade de criação Parque Estadual de Yellowstone, expondo:

“[...] Quando o congresso dos EUA criou o Parque Nacional de Yellowstone também determinou que a região fosse reservada e proibida de ser colonizada, ocupada e vendida..., dedicada e separada como parque público ou área de recreação para o benefício e desfrute do povo, e que toda pessoa que estabeleça ou ocupe o parque ou qualquer de suas áreas, será considerada infratora, portanto, será desalojada [...]”. (MILLER apud DIEGUES, 2001, p. 22).

Até o ano de 1994 estimava-se que existiam no planeta cerca de 40.000 áreas protegidas que, necessariamente, não se enquadravam nas categorias estabelecidas pelo *World Conservation Union* (IUCN), sendo que apenas 8.500 correspondiam a esses padrões que estabeleceram a criação de Yellowstone em 1872 (MORSELLO, 2001), em 1998 essas áreas pré-condicionadas já somavam 9.869 unidades correspondendo a uma área de 931.787.396ha cerca de 6,29% da superfície terrestre. A esse período os EUA já contavam com 1.495 unidades com extensões maiores de 1.000ha, sendo a maior cifra mundial.

Vianna (2008) levanta a questão que também no Brasil essas áreas naturais foram massivamente criadas com o intuito de proteção, sem a observação de que nelas já existia a presença humana. Haja vista que até então a concepção que se fazia sobre áreas naturais protegidas, era da inviabilidade da presença humana nesses espaços – tal qual o modelo norte americano – acreditando no alto poder de desgaste que recairiam sobre os recursos naturais.

Essa política “importada” tendeu a intensificar vários conflitos de ordem social, econômica, política e ambiental entre as populações locais e outros interesses, principalmente nos países do terceiro mundo “onde foi criado o maior número de áreas naturais protegidas ao longo da história” (VIANNA, 2008, p. 27) e onde há conseqüentemente grande número de populações tradicionais. Silva (2007) faz referencia a dinâmica que se estabeleceu no Brasil com a modernização política das áreas protegidas e o atual surgimento e legalização das Unidades de Conservação, que se situada na diversidade socioambiental brasileira se traduziria em divisões de categorias de UC correspondendo dada realidade e situação local.



“[...] Do ponto de vista institucional há diferenças conceituais entre área protegida e unidade de conservação (UC). Aquelas são áreas de terra e/ou mar especialmente dedicadas à proteção e manutenção da diversidade biológica, e de seus recursos naturais e culturais associados, manejadas por meio de instrumentos legais ou outros meios efetivos. As UC são consideradas como espaços territoriais (incluindo seus recursos ambientais e as águas jurisdicionais) com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e com limites definidos, sob regime especial de administração, às quais se aplicam com garantias adequadas de proteção [...]”. (SILVA, 2007, p. 41).

As Reservas Extrativistas surgiram sob essas recentes configurações de áreas protegidas, tendo em vista que as circunstâncias que envolveram o surgimento dessas categorias de UC levantam as lutas e reivindicações dos seringueiros do Estado do Acre por toda a década de 1980. Onde a partir de 1985 cresce as expedições de pesquisas sobre a potencialidade madeireira da região, dado o declínio da comercialização do látex dos seringais amazônicos, esta situação trazia temor aos que dependiam exclusivamente dos recursos que borracha natural trazia.

Esse avanço da especulação madeireira sobre a floresta amazônica tornou-se motivo de grande tensão nas áreas de exploração do látex, e os conflitos deram ensejo para que em 1988 os seringueiros amazônicos fundassem o Conselho Nacional os Seringueiros (CNS). Neste mesmo ano é realizado um estudo para a criação da primeira Unidade de Conservação de Uso Sustentável na categoria de Reserva Extrativista, sendo criada em 1989 sob o Decreto Lei nº. 98.863 (BRASIL, 1989), institui-se a Reserva Extrativista do Alto Juruá, no Acre como levantam Allegretti (1994) e Becker (2008).

No ano seguinte, ainda sob a pressão de ruralistas e madeireiros, e meio ao choque com o assassinato do líder sindical Chico Mendes é aprovada em nível federal a criação da segunda Reserva Extrativista brasileira no Acre, sob o Decreto Lei nº. 99.144 de 1990 (BRASIL, 1990) criou-se, em homenagem ao líder sindical acreano, a Reserva Extrativista Chico Mendes.

Esses episódios, sendo alguns insólitos, consentiram legalmente a permanência das populações tradicionais em suas terras de origem, garantindo a continuidade das atividades de extração dos recursos naturais. No ano de 2006 o Ministério do Meio Ambiente (MMA), lança o projeto “RESEX na Amazônia Ocidental”, onde a função consistia em “dotar as RESEX com acesso a saúde, educação, transporte e atividade geradoras de renda, criando condições para fixação da população no local” (BRASIL, 2006 apud SANTOS, 2006, p. 30).

### **2.3.1. Unidades de conservação: legislação e políticas de apoio e incentivo no caso brasileiro**

Considerando a grande diversidade social, ambiental e econômica do Brasil, as áreas protegidas percorreram longo processo jurídico e institucional para adequar-se as variadas realidades socioambientais brasileiras. Passou-se a pensar e formular políticas que se atribuíssem exclusivamente da proteção, resguardo e manuseio dos recursos naturais bem como a administração desses recursos concomitantemente a permanência humana dentro dos limites das áreas a serem resguardadas.

Instrumentos legais e de ordem federal, que serviram de base para muitas políticas a níveis estaduais e municipais, foram o limiar que promoveu outra concepção no trato com o meio ambiente no país; políticas como a Política Nacional do Meio Ambiente e a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, balizaram o que viria a serem as novas bases para as recentes configurações de proteção e utilização sustentável dos diversificados atributos naturais brasileiros.

#### **2.3.1.1. Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA)**

A Política Nacional do Meio Ambiente passou a vigorar a partir de 31 de agosto de 1981 sob a Lei nº 6.938, em seu segundo artigo levanta os objetivos da Lei:

“[...] a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana [...]”. (BRASIL, 1981).

A Lei 6.938 estabelece alguns princípios balizadores para que sejam obtidas as condições salútares ao desenvolvimento socioeconômico, dentre estes podemos elencar alguns dos principais mais importantes do PMNA, tais como o parágrafo I da “... ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo...”,

No parágrafo III do PMNA tem-se o “... planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais...”, parágrafo V “... controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras”, parágrafo VI “... incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais...” e o parágrafo X que trata da “... educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente”. (BRASIL, 1981).

### 2.3.1.2. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - Lei 9.985/2000

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) foi instituído sob a Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, com o objetivo estabelecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação em todo o território nacional. Com o SNUC estabeleceu-se de vez um conjunto doutrinário e oficial que iria embasar legalmente a criação e manejo de áreas protegidas no Brasil, os efeitos dessa Lei são positivos a tal ponto que Silva (2007, p. 48) irá atribuir-lhe o papel de “Constituição das UC brasileiras”.

No artigo 2º, a Lei 9.985 traz uma definição conceitual de unidades de conservação, esclarecendo e direcionando parâmetros para sua adequada utilização, informando que uma unidade de conservação é o:

“[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob-regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção [...]”. (BRASIL, 2000).

É com o surgimento do SNUC em 2000, que novas perspectivas começam a tomar corpo em relação às áreas protegidas; passam a existir outras possibilidades para a utilização desses espaços, sem que isso represente separação social ou mesmo exclusão de sociedades autóctones (como antes acontecia). Surge outra dinâmica no trato com essas áreas e o SNUC torna-se um instrumento legal e ativo para o devido manuseio sem que haja prejuízos ao meio ambiente e as populações locais.

O SNUC em seu capítulo 3º “Das Categorias De Unidades De Conservação”, estabelece a divisão das UC em dois grupos, cada um com sua característica específica, onde são delimitados até que ponto essas unidades podem ser utilizadas, sendo elas as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável. No artigo 7º, o SNUC irá elencar os reais objetivos da cada uma dessas UC. As Unidades de Proteção Integral, por exemplo, se caracterizam por “... preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.”. Enquanto que as Unidades de Uso Sustentável se caracterizam por “... compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.” (BRASIL, 2000).

Dentre esses dois grupos definidos pelo SNUC, especificados acima, a que corresponde ao objeto do estudo aqui proposto, está alocado no segundo grupo, as Unidades e Uso Sustentável. Esses grupos também irão se subdividir em categorias bem definidas e que possibilitam a adequada sobreposição à determinada área destinada a proteção, levando-se em consideração suas características sociais, ambientais e econômicas. Assim em seu artigo 14º, o SNUC define as categorias de Unidades de Uso Sustentável:

“[...] Art. 14”. Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação:

I - Área de Proteção Ambiental;

II - Área de Relevante Interesse Ecológico;

III - Floresta Nacional;

IV - Reserva Extrativista;

V - Reserva de Fauna;

VI - Reserva de Desenvolvimento Sustentável;

VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural [...]”. (BRASIL, 2000).

Dentre as categorias especificadas acima pelo SNUC, o inciso IV nos traz o objeto de observação deste estudo, a Reserva Extrativista; caracterizando-a temos a seguinte definição no artigo 18º na Lei 9.985 (SUNC):

“[...] Art. 18. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade [...]”. (BRASIL, 2000).

Ainda no artigo 18º, há sequencialmente sete parágrafos que vão explicar com minúcia as características que se atribuem a uma Reserva Extrativista, desde sua constituição legal até as formas de utilização; dentre as quais podemos citar o inciso 1º (§ 1º) “A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica”.

O inciso 2º (§ 2º) “... será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área...”, e o inciso 3º (§ 3º) “A visitação pública é permitida, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área.”.

## **Considerações**

Observamos que o turismo sempre se mantém em um crescimento ininterrupto, oscilando de forma convergente com os rumos da economia mundial, porém sem perder a impulsividade que o acompanha por entre a história dos deslocamentos humanos, como vimos anteriormente. Essa característica adaptável do turismo também se mescla aos acontecimentos atuais de crescimento pautados no desenvolvimento e na sustentabilidade.

É sob essas características que nascem novas políticas destinadas ao turismo, como o Plano Nacional de Turismo (PNT), no caso brasileiro, exacerbando nesta atividade socioeconômica, a distância formal dos aspectos predatórios que possuem outras tantas atividades econômicas no mundo e que incidem ferozmente sobre meio ambiente. O surgimento do ecoturismo, por exemplo, sinaliza uma dessas vertentes do turismo e sua dinâmica de abarcar de forma responsável a utilização dos recursos naturais, demonstrando que nesta atividade, em sua essência, predomina uma simbiose de utilização e contemplação dos atributos naturais disponíveis.

Desse modo não é difícil direcionar o olhar para a elevação do turismo como mecanismo de desenvolvimento social e econômico devido sua maleabilidade com políticas e propostas que tenham como base a responsabilidade sobre o meio ambiente concomitantemente a manutenção econômica das populações tradicionais, outro exemplo dessas novas configurações do turismo apoiado nas diretrizes de sustentabilidade e equidade social é a escalada do Turismo de Base Comunitária (TBC) que compreende a participação direta e a condução de todo o processo por parte dos próprios indivíduos das inseridos em determinada comunidade.

## CAPÍTULO III

### 3 CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO

Este capítulo descreve as características fundamentais das localidades estudadas, apresenta um breve histórico do surgimento dos municípios de Soure na Ilha do Marajó e Curuçá no nordeste do Pará por meio de um breve histórico de fundação, contexto social e cultural e as características que se sobrepõe as suas respectivas reservas extrativistas.

Visando situar geograficamente, os municípios de Soure e Curuçá são apresentados no recorte do Mapa 3.1.

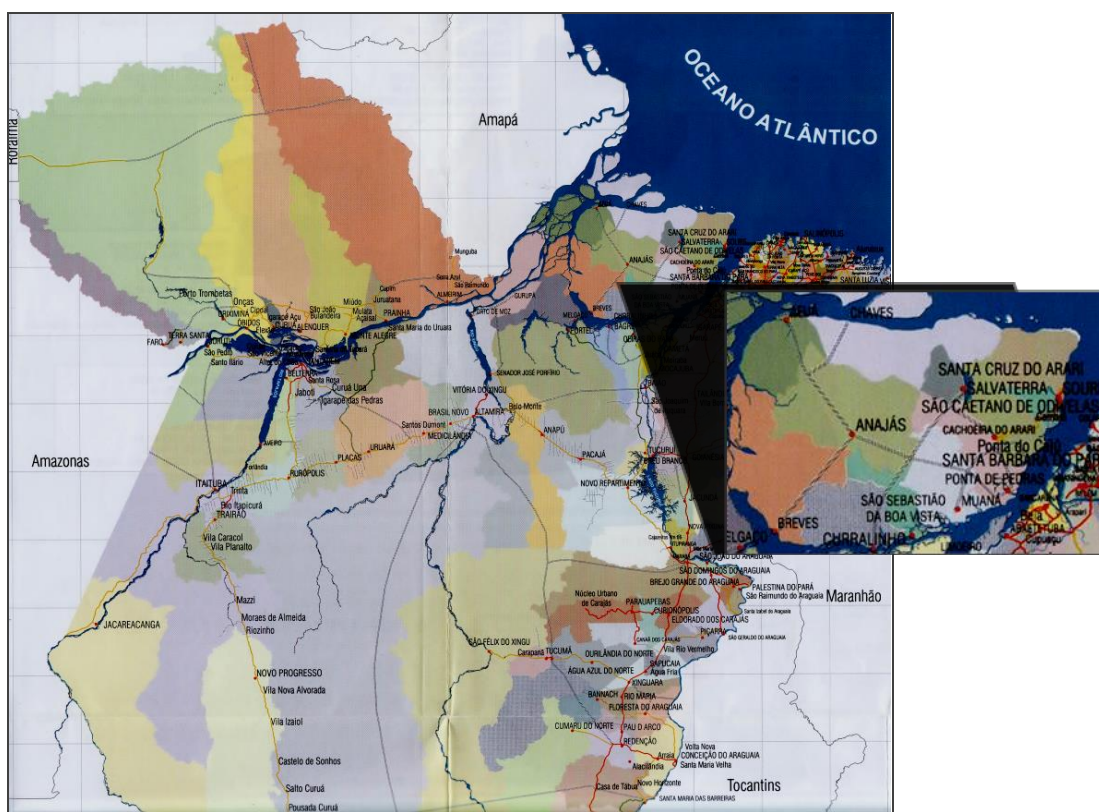


Mapa 3.1 - Mapa do Brasil destaque para a localização dos municípios de Soure e Curuçá no norte do Pará, com suas respectivas RESEX.

Fonte: IBGE, 2010

### 3.1 A RESEX MARINHA DE SOURE NA ILHA DO MARAJÓ

Com o objetivo de situar no Estado do Pará o município marajoara de Soure (Mapa 3.2), serão apresentadas as características da Ilha do Marajó, onde o mesmo se situa.



Mapa 3.2 - Estado do Pará com destaque para Ilha do Marajó; *Imbaraió* na língua Tupi significando “barreira contra o mar”.  
Fonte: Pará, 2004.

O parêntese que aqui se abre ao Marajó (Mapa 3.2) servirá para visualizar a grandiosidade histórica, social e cultural na qual foi formada a Ilha do Marajó e todo seu contexto sociocultural cercado de simbolismo, exotismo e ricas paisagens. Essas características colocaram a ilha na rota turística como um dos atrativos culturais e naturais de grande valor no Brasil e no mundo, estando o município de Soure, a “Capital do Marajó”, na condição de “porta de entrada” deste produto turístico de impacto visual que é a Ilha do Marajó.

O Marajó é a maior ilha flúviomarítima do mundo e possui uma área de 49.606 km<sup>2</sup> (IBGE, 2002). Situa-se no norte do Estado do Pará na embocadura do rio Amazonas nas proximidades da linha do Equador. A ilha divide-se em duas regiões, ao leste está a região dos campos abrangendo os municípios de Cachoeira do Arari, Santa Cruz do Arari, Chaves, Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras (CRUZ, 1999). A outra é a região dos furos situada a oeste do

arquipélago com os municípios de Afuá, Curralinho, Muaná, Breves, São Sebastião da Boa Vista, Anajás e as ilhas, pela determinação da Resolução nº 05 de 10 de outubro de 2002 do IBGE foram integrados mais os municípios de Bagre, Portel, Melgaço e Gurupá, todos a oeste da ilha totalizando 16 municípios que compõe a mesorregião do Marajó com uma área de 104.139,299 km<sup>2</sup> (IBGE, 2002).

Segundo Cruz (1999), o descobrimento do arquipélago data do ano de 1500, quando o navegador espanhol Vicente lañez Pinzón deparou-se com um fenômeno estranho (a pororoca) e dado o santo do dia, como de costume dos descobridores, batizou o arquipélago de “Ilha Grande de Joanes”. Em 1757 os portugueses rebatizaram-na de Marajó, seguindo o significado tupi *imbara-yo* “barreira do mar”, acreditando os indígenas que a ilha era uma barreira ali colocada pela natureza para evitar as grandes tormentas do mar (CRUZ, 1999).

Devido a dificuldades em lidar com os índios hostis da tribo Aruã, a ocupação pelos europeus, só foi possível pela a ação de apaziguamento feita por padres católicos trazidos pelo Padre Antonio Vieira a partir 1659. Os sacerdotes da Companhia de Jesus fundaram a primeira povoação por nome Joanes sendo erguidas as primeiras construções de pedra da ilha (CRUZ, 1999).

Ainda nesse período os sacerdotes mandam buscar as primeiras cabeças de gado das raças vacuum e cavalari para a Ilha Grande de Joanes, que pelas devido às dificuldades de transporte só chegariam ao ano 1664, era então o início da atividade pecuária na ilha. Já em 1675 os mercedários preparavam a terra para a criação de gado e esperando a chegada de famílias portuguesas dos Açores com intenção de povoar a extensa área destinada à pecuária e agricultura.

Como anteriormente observado, a pecuária contribuiu com o processo de povoamento e o crescimento econômico do Marajó, exercendo durante séculos um papel fundamental e histórico, tanto que a criação de búfalos (*Bubalus bubalis*) de forma extensiva fez da região uma das maiores detentoras de rebanho bubalino do país, e seu gado de corte exportado para vários centros. Contudo a atividade entrou em declínio progressivo nas últimas duas décadas devido à falta de investimento para modernização e introdução de novas tecnologias representando hoje pífios 2% do total de rebanho bovino estadual.

Ainda hoje, há produção de derivados de gado bubalino como queijo, leite, manteiga e chouriço, em relação à agricultura a base é o cultivo de frutos regionais como o açaí (*Euterpe oleracea*) que vem tornando-se grande fonte de renda para várias comunidades do Marajó. Entretanto, o búfalo integra uma das cenas mais típicas da realidade marajoara, tornando-se praticamente um símbolo da cultura pecuária que se manteve economicamente muito ativa e impregnou a sociedade marajoara por longo período.

Entre outras dificuldades, o arquipélago também possui sérios problemas de saúde como as altas taxas de mortalidade infantil, desnutrição e doenças parasitárias, e ainda carece de políticas de regularização fundiária e de gestão territorial e ambiental. O fato de contar com fazendas extensas e centenárias também acentua a letargia da região, onde o tradicionalismo da elite pecuária local não abre espaços às modernizações necessárias para uma evolução



econômica e social do Marajó, principalmente quando se reflete sobre as muitas de comunidades que se espalham pela vasta região marajoara (FALCÃO, 2010).

Como atrativo turístico o Marajó ocupa a quarta posição dentre os destinos paraenses mais procurados, com uma fatia de 13% do contingente de visitantes que procuram o Estado do Pará, ficando atrás de Belém, Mosqueiro e Salinópolis, nessa ordem de importância. O relatório “Pesquisa de Demanda” desse mesmo Plano justifica que esse baixo índice deve-se, sobretudo a baixa estrutura receptiva, carência de informações e falta de pacotes formatados para região marajoara.

### 3.1.1 O município de Soure: aspectos históricos e culturais

O município de Soure é conhecido popularmente como a “Pérola do Marajó” e considerado informalmente “A Capital do Marajó” (Figura 3.1). Soure pertence à Mesorregião do Marajó e a Microrregião do Ararí está localizado na foz do Rio Amazonas, na parte mais oriental da Ilha do Marajó, a altitude é de 4m acima no nível do mar. Sua área corresponde hoje a 3.512,863 km<sup>2</sup>. Sua distancia capital Belém é 87 km em linha reta e 94 km em linha fluvial. Segundo o Senso 2010 (IBGE, 2010) a população é 23.001, com um índice populacional urbano de 86,7%. O município possui a maior taxa de urbanização do arquipélago, estando mesmo acima do percentual geral do Marajó que é de 38,8%.



Figura 3.1 - Porto de chegada à cidade de Soure, a “Pérola do Marajó”.  
Fonte: Laércio Falcão, 2012.

A atividade pesqueira continua sendo a principal fonte econômica de Soure, sendo que em muitos casos os métodos utilizados para a pesca ainda são predominantemente artesanais, com uma infinidade de espécies destinadas a comercialização. A extração de coco (*Cocos nucifera*) e caranguejo (*Miocarcinus marmoreus*) também exercem um papel expressivo na economia extrativista do município, sendo exportados, aproximadamente 250.000 frutos e cerca de 10.000 crustáceos dentro de peias ou já beneficiados. Estas atividades são as principais ocupações econômicas das comunidades residentes da RESEX Soure.

Segundo a analista ambiental do Instituto Chico Mendes (ICMBIO) em Soure, Sra. Lisangela Cassiano, assim como em toda a ilha do Marajó a fauna característica em Soure é uma das mais diversificadas do Estado, entre as aves as mais comuns são jacu (*Penélope jacquacu*), inhambus (*Tinamus major*), perdizes (*Rhynchotus rufescens*), papagaios (*Psittacus erithacus*), periquitos, araras (*Ara*), cocorocas, pombas (*Columba liv*), tucanos (*Ramphastus tucanu*), guarás (*Guará rubra*), pato do mato (*Cairina moschata*) e outros.

A analista ambiental lista também várias espécies de animais e dentre eles a cotia (*Dasyprocta aguti*), capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris*), macacos guariba (*Alouatta guariba*) e Macaco-de-cheiro (*Saimiri sciureus*). Dentre os répteis, também sob pressão de caça há iguanas (*Iguana iguana*), o jacuraru (*Tupinambis teguixim*), jacaré (*Caiman crocodylus*), e os quelônios como muçua (*Kinosternon scorpioides*), tartaruga marinha (*Cheloniidae*) e tartaruga de água doce (*Hydromedusa tectifera*).

A amostra de fauna levantada acima pela analista ambiental do ICMBIO em Soure demonstra a riqueza e exuberância animal da região e se contrapõe a um dado realista ainda que dentro dos limites da unidade de conservação. As espécies discriminadas acima, segundo a analista por dados de apreensão, pelo ICMBIO, IBAMA e Polícia Militar, são os animais que sofrem maior pressão de caça ou captura, sejam para alimentação ou com finalidade de venda clandestina. Ainda que se tenha notado uma significativa redução desses dados com a chegada da RESEX, ainda hoje sofrem ação predatória mesmo dentro dos limites da unidade de conservação.

### 3.1.2 Institucionalização da RESEX Marinha de Soure: decreto de criação

A Reserva Extrativista Marinha de Soure foi criada em 22 de novembro de 2001 pelo Decreto S/N, sob o Art. 18 da Lei n 9.985 e o e no Decreto no 98.897. Esta RESEX integra a categoria das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, discriminada no SNUC, levando-se em consideração a possibilidade de "... compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais." (BRASIL, 2000). Assim traz-se parte o marco legal de criação (decreto lei) da RESEX Marinha de Soure:

“[...] O DECRETO DE 22 DE NOVEMBRO DE 2001

Cria a Reserva Extrativista Marinha de Soure, no Município de Soure, Estado do Pará, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 18 da Lei n o 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto n o 98.897, de 30 de janeiro de 1990,

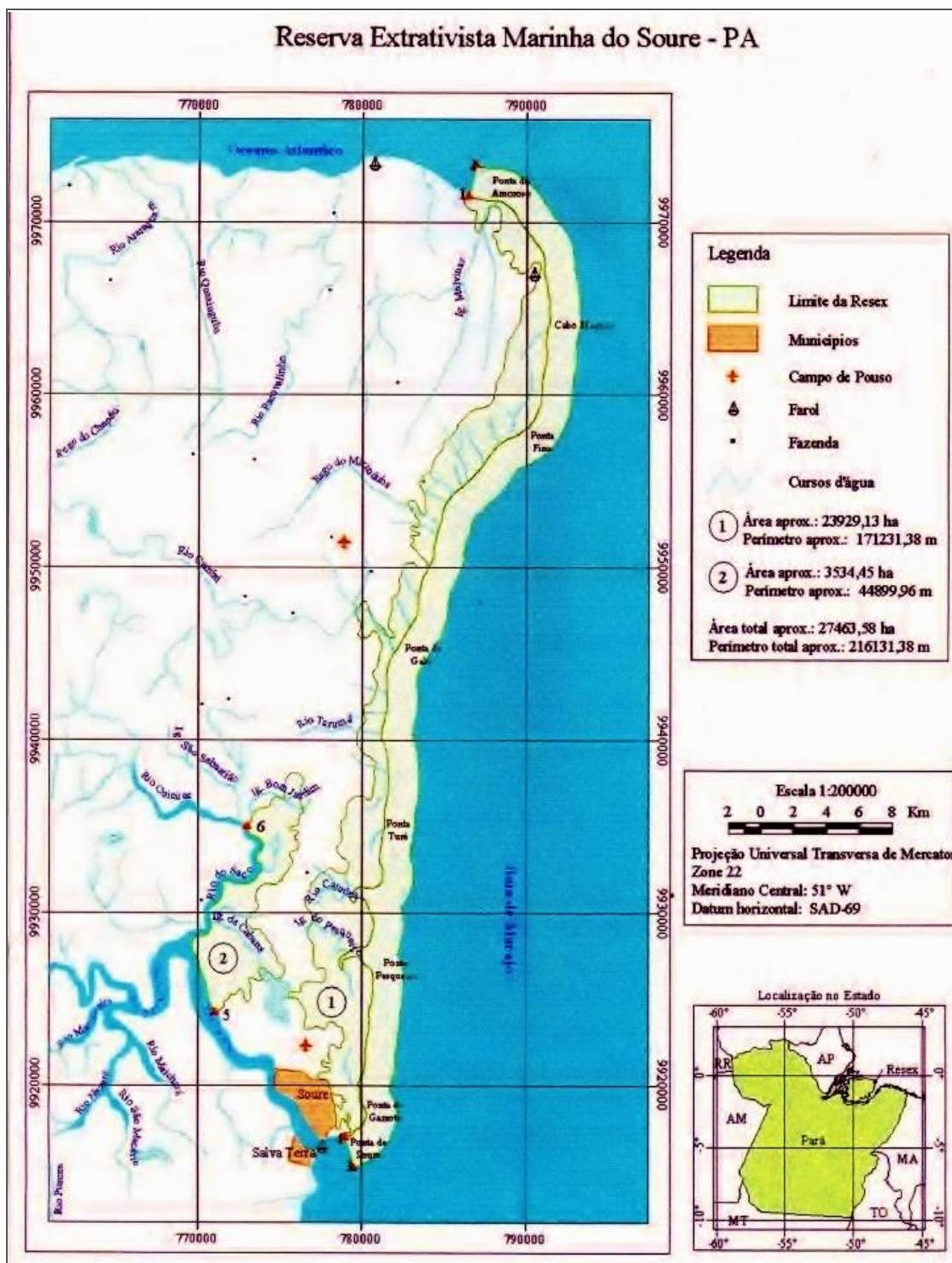
DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Reserva Extrativista Marinha de Soure, no Município de Soure, Estado do Pará, com os objetivos de assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local.

Art. 2º A Reserva Extrativista Marinha do Soure abrange uma área de aproximadamente 27.463,58 ha, tendo por base Mosaico Semicontrolado de Radar, folhas AS 22-X-B-II e SA 22-X-B-V, na escala de 1:200.000, publicada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, 1973, constituída por duas áreas com os seguintes memoriais descritivos [...]

Art. 3º Caberá ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA supervisionar a área de que trata este Decreto, promover as medidas necessárias à formalização do contrato de concessão real de uso gratuito com a população tradicional extrativista, para efeito de sua celebração pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos termos do Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999, e acompanhar o cumprimento das condições nele estipuladas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Brasília, 22 de novembro de 2001; 180 o da Independência e 113 o da República.  
(BRASIL, 2001) [...]"



Mapa 3.3 - Demarcação Oficial da Reserva Extrativista Marinha de Soure  
 Fonte: IBAMA, 2010.

A Reserva Extrativista Marinha de Soure, demarcada oficialmente no Mapa 3.3, localiza-se na parte nordeste da ilha de Marajó (Figura 3.2), abrangendo três vilas de pescadores, a vila do Pesqueiro, vila do Céu e vila do Cajuúna; estas comunidades possuem como atividades econômicas principais a pesca artesanal, a extração de caranguejo e o artesanato, os residentes



locais agregam-se na Associação dos Usuários das Reserva Extrativistas Marinhas de Soure (ASSUREMAS).



Figura 3.2 - Imagem por satélite; demarcação da RESEX Soure. Fonte: ICMBIO, 2012.





Figura 3.3 - Placa do ICMBIO indicativa da RESEX Soure.

Figura 3.4 - Praia do Pesqueiro, a mais famosa da Ilha do Marajó. RESEX Soure

Fonte: Laércio Falcão e Mauro Castro, 2012.



Figura 3.5 - Trilha que leva a praia na vila do Cajuúna, RESEX Soure

Figura 3.6 - Praia do Cajuúna.

Fonte: Laércio Falcão, 2012.



Figura 3.7 - Presença de animais silvestres sinal de área preservada. RESEX Soure

Figura 3.8 - Uma das comunidades da RESEX Soure. Vila do Pesqueiro.

Fonte: Laércio Falcão e Mauro Castro, 2012.

O surgimento da Reserva Extrativista Marinha (Figuras 3.3, 3.4, 3.5, 3.6, 3.7 e 3.8) remonta a década de 1990, onde os caranguejeiros de Soure enfrentavam uma concorrência desleal no trabalho junto ao mangue da região. Outros pescadores advindos da costa atlântica continental paraense, que devido ao esgotamento dos recursos de suas regiões, passaram a invadir os manguezais de Soure e a disputar os recursos com nativos locais, usando uma técnica até então desconhecida dos marajoaras, o “laço”, espécie de armadilha feita com sacos de náilon e colocada na boca da toca do caranguejo.

Cada invasor desses conseguia armar em um dia 700 laços, enquanto os caranguejeiros tradicionais de Soure, usando técnicas simples e habituais dos quais sempre se utilizaram, pegavam em média 70 caranguejos por dia. Esses fatos foram se intensificando no decorrer dos anos e a população de caranguejos conseqüentemente foi reduzida, passando a não mais representar o principal meio de manutenção de vida das comunidades pescadoras de Soure.

Essa prática predatória de caranguejos por pescadores de outras regiões do estado incomodava a tal ponto que em agosto de 2007 a Associação dos Caranguejeiros de Soure em conjunto com uma Organização Não Governamental (ONG) chamada Novos Curupiras a publicarem o “Manifesto Caranguejeiro”, onde demonstravam seu profundo descontentamento com a continuidade da devastação do recurso natural e a inércia dos órgãos competentes, mesmo após seis anos de criação da Reserva Marinha de Soure, assim diz o manifesto:

“[...] desde 2001 estamos reclamando, denunciando e pedindo providências contra a invasão de pessoas inescrupulosas vindas da costa atlântica continental paraense e que em nossos manguezais devastam o recurso com o uso criminoso do “laço” e armadilhas para a captura durante o sautá. Não adiantou nada a criação da Reserva Extrativista Marinha de Soure. Nós caranguejeiros e outros trabalhadores dos manguezais locais não temos tido apoio por parte das autoridades encarregadas da fiscalização e administração dos recursos e dos manguezais da reserva. Já se passaram mais de seis anos desde a criação da RESEX Soure e a situação em vez de melhorar está piorando [...]”. (SOURE, 2007).

Devido aos crescentes embates entre os caranguejeiros de Soure e os pescadores invasores de outras localidades fora do Marajó, fez-se necessário convocar o IBAMA no ano de 1997 para que mediasse a discussão indicando possíveis soluções para o impasse gerado em torno dos recursos naturais na região marajoara. Técnicos ligados ao então Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável (CNPT), órgão ligado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), passaram a reunir-se com a comunidade para discutir formas e planos de organização comunal que os beneficia-se social e economicamente, daí ajudaram a fundar a Associação de Caranguejeiros de Soure (ACS).

Desse momento em diante foi se desenvolvendo a ideia da criação de uma reserva extrativista que privilegiasse a população local e os resguardasse de quaisquer ameaças aos seus

recursos. Para tal, o objetivo proposto era “Assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local”, isso implica em não apenas de manter ecossistemas vivos, mas também garantir melhoria na qualidade de vida dos moradores desses ambientes.

### 3.1.3 Aspectos socioeconômicos da RESEX Marinha de Soure

A Reserva Extrativista sofre com a ocupação irregular de moradias, uma vez que grande parte das famílias que chegam a Soure são oriundas de outros municípios do arquipélago do Marajó. Estes se deslocam almejando melhoria nas condições de vida, e acabam se fixando geralmente aos arredores da Reserva Extrativista de Soure, visando possibilidades de benefícios com políticas destinados às populações da Reserva. O propenso desenvolvimento do turismo na região também serve de objeto de especulação, fazendo com que alguns invasores se fixem nos limites da Reserva buscando essa oportunidade.

O Ministério Público Federal no Pará entrou com uma “recomendação” a prefeitura de Soure no ano de 2007, para providenciar a retirada de uma ponte em madeira que permitia acesso a praia do Garrote (berçário de espécies nativas), a determinação foi devido à prefeitura não considerar estudos de impactos ambientais no local de área de RESEX, a ordem deveria ser cumprida em um prazo mínimo de trinta dias, ao qual foi realizada.

O Ministério Público Federal no Pará, ainda no prazo estipulado, solicitou ao governo municipal que apresentasse um plano de recuperação pelos danos ambientais causados área do Garrote, bem como informasse também o cronograma de remoção das construções irregulares implantadas no local, como barracas para bares e pontes. O MPF indicou o IBAMA no devido acompanhamento das ações impetradas à administração municipal, adotando, caso necessário, as sanções administrativas correspondentes ao dano já ocorrido na RESEX. Assim procedeu a recomendação do MPF:

“[...] O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no regular exercício de suas atribuições institucionais, com base nos artigos 127 e 129, incisos II e III, da Constituição Federal e nos artigos 5º, incisos I, alínea h, II, alínea c, e III, alíneas b e e, e 6º, inciso XX, ambos da Lei Complementar n.º 75/1993, bem como com fundamento nos artigos da Lei federal n.º 7.347/1985 e na Resolução CSMPF 87, e CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Administrativo em referência, instaurado para verificar a irregularidade de construção de ponte às margens do Rio Paracuri, ligando as praias "Mata Fome" e "Garrote"; CONSIDERANDO que o MUNICÍPIO DE SOURE, ao construir tal ponte não observou os procedimentos mínimos de proteção ambiental, possibilitando que a construção propiciasse a irregular ocupação da Reserva Extrativista Marinha de Soure [...]”. (PARÁ, 2007).



Como solução para possíveis problemas como estes, aponta-se a criação de um plano de manejo focado nas especificidades dos extrativistas da RESEX de Soure, é possível se pensar em uma política de redução ou mesmo contenção dos invasores que sobrecarregam a exploração dos recursos naturais já utilizados pelas comunidades locais. Mas para isso é necessário que haja concomitantemente a essa proteção a RESEX, uma política de incentivo nas regiões emissoras desses invasores para que sejam criadas alternativas econômicas.

Apesar da RESEX já instituída, as comunidades anseiam por orientações adequadas, pois segundo os líderes da ASSUREMAS os órgãos competentes acreditando em uma condução da própria população no gerenciamento da RESEX não costumam prestar orientação frequente. A tomada da atitude processual, como fez o MPF do Pará, é altamente relevante na contenção do avanço de atos inconsequentes que possam colocar em risco todo o processo de construção e os objetivos reais da RESEX de Soure, além de garantir a presença e participação do poder público nas decisões que contribuem de forma salutar para a RESEX Soure. A RESEX conta com três comunidades, de pescadores artesanais: Vila do Pesqueiro, Vila do Céu e Vila do Cajuúna. Situadas as margens da baía do Marajó e estão ligadas umas as outras por um longo corredor de praias. (Figura 3.9)



Figura 3.9 - Imagem por satélite da sede do município de Soure e as comunidades da RESEX.  
Fonte: ICMBIO, 2012.

Os residentes das comunidades são conscientes das transformações que se configuraram com o surgimento da RESEX, com isso organizaram-se politicamente com o fim de buscarem melhorias para as comunidades. Fundaram também a Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Soure (ASSUREMAS), tendo iniciado seus trabalhos em 2001 com o Sr. Waldemir Medeiros (“Vazinho”), que esteve à frente no processo de fundação da entidade e nela permaneceu por dois mandatos consecutivos.

O Pesqueiro mostrado nas Figuras 3.10 e 3.11 é a única das três vilas que possui acesso facilitado e com vias pavimentadas e sinalizadas, o que conseqüentemente lhe proporciona melhor infraestrutura. Isso atrai um número infinitamente maior de visitantes do que as vilas do Céu e Cajuúna. Como a maioria dos visitantes que chegam ao município de Soure é proveniente da capital ou mesmo de outras cidades próximas, se torna mais cômodo ir ao Pesqueiro por critérios de facilidade, rapidez e conforto, saindo da sede do município de carro, moto ou van e chegando a praia em cinco minutos.



Figura 3.10 - Comunidade (ou vila) do Pesqueiro.  
 Figura 3.11 - Praia do Pesqueiro, a mais famosa do Marajó.  
 Fonte: Laércio Falcão e Mauro Castro, 2012.

A Vila do Pesqueiro é banhada pelo rio Paracauari e pelo Oceano Atlântico, sua fundação veio através da construção de um terminal pesqueiro com o objetivo de abastecer com peixes a então capital de Santa Maria de Belém, principalmente a Tainha (*Mugil liza*) encontrada em abundância naquela localidade. Em 1691 sob a ordem do rei de Portugal o então Governador e Capitão-General Antônio Albuquerque, cria em 1692, entre os rios Igarapé Grande (Paracauari) e Cambu (Soure), o estabelecimento pesqueiro na boca do rio Cajuúna. A partir de 1820 os descendentes de portugueses e de pescadores trouxeram suas famílias para se estabelecerem ao longo da margem do igarapé da praia do Pesqueiro, formando assim a vila atual (CRUZ, 1999).

A proximidade com a sede do município de Soure (apenas 8 km), e facilidade de acesso, faz do Pesqueiro a comunidade mais desenvolvida da RESEX, contando com uma infraestrutura básica. Existe atualmente cerca de 400 habitantes na vila, a localidade possui duas associações muito ativas a Associação de Mulheres da Vila do Pesqueiro (ASMUPESQ) (Figura 3.12 e 3.13) com cerca de 80 integrantes, e a Associação dos Pescadores da Vila do Pesqueiro (ASPEPE).



Figura 3.12 - Sede da Associação das Mulheres do Pesqueiro (ASMUPESQ); RESEX Soure.

Figura 3.13 - Sra. Margarete Cruz, presidente da ASMUPESQ; RESEX Soure.

Fonte: Mauro Castro, 2012.

Essas associações no Pesqueiro são responsáveis pelas conquistas que vêm beneficiando a vida da comunidade, com a captação de recursos para realização de projetos como a produção de artesanatos e remédios caseiros, aumentando a visibilidade do povoado. Por sua boa condição estrutural o Pesqueiro consegue atrair um número muito maior de turistas dentre as vilas da RESEX, esse aspecto positivo serve para a realização de políticas de estímulo ao desenvolvimento do turismo nas comunidades.

A vila do Céu (Figura 3.14 e 3.15) é a comunidade mais recente da RESEX e localiza-se ao lado do Cajuúna na extensão da praia da baía do Marajó. Sua fase de povoamento data de 1964, que devido à erosão causada pelas águas da baía do Marajó que destruiu o antigo povoado de Areião e com o esforço das famílias locais e da prefeitura migrou-se para a atual localidade que ocupam. A vila do Céu como o Cajuúna são as únicas comunidades da RESEX que ficam literalmente no término da rodovia estadual PA-154, que transpassa uma extensa propriedade rural.



Figura 3.14 - Comunidade (ou vila) do Céu.

Figura 3.15 - Comunidade organizada e ruas sinalizadas.

Fonte: Laércio Falcão e Mauro Castro, 2012.



Segundo a ASSUREMAS a comunidade possui cerca de 150 pessoas aproximadamente, tendo como base da economia local a pesca artesanal, a captura de caranguejo, o artesanato de argila e a estamperia marajoara sobre camisas e bolsas. Apesar do pouco tempo de existência observa-se a existência de uma disposição dos membros da comunidade, principalmente por parte de seus líderes comunitários, que participam ativamente das reuniões e encontros das associações, debatendo propostas e ideias para a melhoria de vida de seus moradores e de questões referentes à RESEX.

O surgimento da vila do Cajuúna (Figuras 3.16 e 3.17) assim como no Pesqueiro, está relacionado com o terminal pesqueiro criado para abastecer a cidade de Belém. A verdadeira vila de Cajuúna possuía mais de um século e meio de existência, quando foi destruída pelas erosões ocorridas na região durante a grande enchente do rio Amazonas, ocorridas no ano de 1979, que influenciou as marés na Baía do Marajó e o Rio Pará. Na língua Tupi-Guarani a expressão “una” refere-se à cor preta ou escura, atribuída pelos índios daquele local a uma espécie de caju (*Anacardium occidentale*), encontrado em abundancia na região, portanto Cajuúna significa “caju preto” (ou caju escuro).



Figura 3.16 - Vila do Cajuúna

Figura 3.17 - Praia na vila do Cajuúna.

Fonte: Laércio Falcão e Mauro Castro, 2010; 2012.

Segundo o presidente da Associação dos Pescadores Artesanais da Vila do Cajuúna (ASPAC) e também presidente do CNS em Soure, a vila conta com um total de 280 habitantes aproximadamente. Está a 18 km da sede do município, limita-se ao norte com o rio Cajuúna e posteriormente o oceano Atlântico; ao sul faz fronteira com o povoado do Céu. No lado leste, suas praias encontram a Baía do Marajó, e a oeste limita-se com extensa propriedade rural.

A comunidade é bastante arraigada às comemorações de seu padroeiro São Sebastião, sendo essa festividade o ponto forte de atração de visitantes para a comunidade, tanto que possui uma comissão a União dos Amigos da Festividade de São Sebastião (UAFES) (Figuras 3.18 e 3.19), que é responsável pela prévia organização do Círio de São Sebastião que acontece anualmente no terceiro domingo do mês de Agosto, a organização do evento é coordenada sob a minuciosa e não menos caprichosa dedicação do professor Benedito Ramos (“Bené”), um dos

mais antigos moradores e respeitado líder comunitário do Cajuúna. A festividade é quase centenária e movimenta também as outras comunidades da RESEX e mesmo a sede do município de Soure.



Figura 3.18 - Professor Benedito Ramos com a imagem do padroeiro da vila do Cajuúna, São Sebastião.

Figura 3.19 - Igreja construída na vila em homenagem ao santo.

Fonte: Laércio Falcão.

Diferentemente da Vila do Pesqueiro, as vilas do Céu e Cajuúna amargam por anos a não resolução de questões básicas que são comuns às duas comunidades. Situações de insatisfação são levantadas por grande parte dos comunitários e diz respeito à infraestrutura básica e a restrição do acesso que leva até a entrada das comunidades. A questão da água potável já se arrasta há anos, a prefeitura iniciou os trabalhos para a perfuração de um poço artesiano entre as comunidades do Céu e Cajuúna, mas a ação não prosperou devido a inoperâncias ocorridas no processo que não considerou o local correto e a má qualidade da água extraída. Desse modo a população passou a exigir da prefeitura uma solução para o problema, que disponibilizou um trator-tanque para abastecer as comunidades (Figuras 3.20 e 3.21).



Figura 3.20 - Comunitários da vila do Cajuúna na fila da água.

Figura 3.21 - Comunitários na vila do Céu à espera da água enviada pela prefeitura

Fonte: Laércio Falcão, 2012.

A outra questão é relativa ao acesso, que segundo alguns comunitários das Vilas Cajuúna e Céu, implicam nas oportunidades de desenvolvimento da atividade turística nas duas comunidades, pois segundo os eles a questão esbarra na restrição de visitantes pelo único acesso rodoviário que existe e leva à entrada das comunidades.

Há uma propriedade rural em meio a RESEX, cortando esta propriedade, perpassando-a, a estrada estadual PA 154 (Figuras 3.22 e 3.23). Contudo esse impasse, referente ao acesso por uma via pública, é um imbróglgio existente entre as comunidades, os proprietários da fazenda e o poder público, já que essa situação vem sendo discutida há anos sem que houvesse, até o fechamento deste trabalho, qualquer solução.



Figura 3.22 - Via Estadual, PA 154.

Figura 3.23 - Limites de propriedade rural em meio a RESEX.

Fonte: Laércio Falcão

Essas realidades vivenciadas pelas Vilas do Céu e Cajuúna representam verdadeiros complicadores na realização de propostas e políticas que visem uma abertura turística para o local, uma vez que a questão do acesso é extremamente delicada, já que a disputa envolve as legalidades do direito a propriedade e o direito de ir e vir do cidadão. Tal situação não permite sequer a melhoria estrutural para as próprias comunidades, o que acaba incidindo diretamente na qualidade de vida da população local.

Segundo informação verbal do presidente da Associação dos Pescadores Artesanais do Cajuúna (ASPAC), no ano de 2010 existiam projetos sendo tramitados na prefeitura municipal com a finalidade de resolver os problemas encontrados nas vilas do Céu e Cajuúna. O primeiro trata-se da questão da distribuição de água encanada para as comunidades, e o segundo refere-se ao projeto de asfaltamento da PA-154 até a porteira da propriedade rural. Na opinião do presidente da ASPAC “[...] se esses projetos forem realmente concluídos, representarão um acontecimento histórico na vida das duas comunidades [...]” (informação verbal, 2010). Contudo até o término deste trabalho não houve qualquer iniciativa para sua realização.

Nos diálogos proferidos pelos moradores das comunidades do Céu e Cajuúna, é notório que o fato da corrente política do atual gestor público municipal ser ligado aos movimentos sociais,



há uma “possibilidade” maior de que essas políticas públicas saiam do papel e do discurso e se concretizem, principalmente no que se refere às comunidades mais afetadas da RESEX.

O fato da restrição do acesso às vilas perpassando a propriedade rural é colocado pela proprietária do imóvel, como uma forma extrema para evitar a exploração ou mesmo depredação dos recursos naturais que cercam a área de RESEX, onde está inserida a fazenda. Sobre essa “proteção”, os analistas do ICMBIO em Soure, colocam que por um lado, a propriedade rural acaba prestando um serviço de utilidade pública, pois “... as cercanias da fazenda, querendo ou não, ajudam na preservação da área, já que devido à extensão da área e o quadro reduzido que temos no instituto seria impossível fiscalizar todo esse espaço” (informação verbal dada ao autor em 2012).

Vale observar que os analistas do ICMBIO, a proprietária da fazenda, bem como alguns moradores da RESEX, concordam que ainda se pratica a caça como meio de alimentação; entretanto é também colocado por eles que há situações que extrapolam a simples subsistência, e configuram crimes de tráfico de animais e caça predatória já flagrados e apreendidos pelo ICMBIO e IBAMA. Daí o entendimento de que a propriedade rural acaba sendo um refúgio para a fauna, ainda que represente um imbróglio para residentes e visitantes das vilas do Céu e Cajuúna.

Por questões culturais, como as colocadas anteriormente, a chegada da Reserva não era bem vista pelos residentes das comunidades, pois que no entendimento dos mesmos, a unidade de conservação mudaria seus antigos hábitos, o que soava como ameaça a continuidade da forma de vida que levavam. Mas com o passar do tempo, e com as inúmeras reuniões lideradas pelo ICMBIO e IBAMA, além de outros órgãos, foram sendo esclarecidos aos comunitários, os grandes benefícios que viriam para a região com a institucionalização da Reserva.

Esse fato deu aos comunitários uma nova visão, pois para muitos a criação da reserva possibilitaria através de mecanismos legais e transparentes a vinda de recursos e investimentos públicos nunca antes imaginados pelas comunidades. O ex-presidente da ASSUREMAS, Sr. Waldemil, quando se referiu à chegada da Reserva, ressaltou: “[...] nós damos graças a Deus pela chegada da RESEX aqui pra Soure, senão a situação era pior [...] falta melhorar muita coisa, é claro, mas para o que era antigamente [...]”. (informação verbal, 2010).

De uma forma geral a economia de subsistência das comunidades da RESEX Soure gira em torno do extrativismo da pesca artesanal, coleta de caranguejo (*Ucides cordatus*) e apesar de ser Reserva Marinha, ocorre também o cultivo e coleta do coco (*Cocos nucifera*), dado as condições propícias do sol (Figuras 3.24 e 3.25). Outras matérias primas naturais como madeira morta, argila, cascas de crustáceos e frutos nativos, compõe as bases para a confecção de trabalhos artesanais e para a produção de medicamentos naturais como óleo de Andiroba (*Carapa guianensis*) (Figuras 3.26, 3.27 e 3.28).



Figura 3.24 - Extrativismo da pesca artesanal.

Figura 3.25 - Extrativismo do coco também ocorre na RESEX Marinha de Soure.

Fonte: Laércio Falcão, 2012.



Figura 3.26 - Artesanato com reutilização de natureza morta.

Figura 3.27 - Processo de fabricação de medicamentos naturais: extração do óleo da Andiroba.

Figura 3.28 - Medicamentos naturais extraídos: óleo de Andiroba engarrafada para comercialização.

Fonte: Laércio Falcão, 2010; 2012.

Vigoram também projetos sociais de incentivos que ajudam a movimentação econômica no local, programas oriundos do Governo Federal se transformam em valiosos recursos na assistência às famílias da RESEX, ações como o “Fome Zero”, “Bolsa Escola”, e principalmente “Seguro Defeso”, figuram como apoio considerável na melhoria da condição de vida dos comunitários. A prefeitura municipal possui alguns vínculos empregatícios em suas secretarias municipais com algumas pessoas residentes da RESEX, por conseguinte, também aloca outros residentes para trabalhos terceirizados com contratos de prestação de serviços.

Existe na ASSUREMAS uma listagem chamada “Relação dos Beneficiários da RESEX” (RB), este documento é um cadastro designado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para garantir o direito dos residentes e usuários ao recebimento de materiais de construção do Programa “Minha Casa Minha Vida” do Governo Federal, e serve também como



critério para a aplicação de recursos e doações por meio de projetos institucionais que tem por objetivo a melhoria das famílias da RESEX; sobre esse recurso nos informa a secretária da ASSUREMAS.

[...] quem é cadastrado no RB do INCRA, pode pedir um valor até 3.200 reais, mas eles nem pegam no dinheiro, isso é depositado direto na conta do lojista que libera a mercadoria por beneficiado, que pode ser rede de pesca, enxada, carrinho de mão, machado ou mesmo bicicleta tipo cargueira ou freezer, se sobrar algum valor pequeno tipo 100 ou 150 reais é pra alimentação da família do beneficiado, que também vai direto para conta do dono do comercio, e só pode levar produto alimentício, é tipo uma cesta básica mesmo [...] (informação verbal, 2010).

Para os residentes da RESEX Soure, esse benefício recebido do programa do Governo Federal “Minha Casa, Minha Vida” (BRASIL, 2009), por meio do INCRA vigora como uma das mais importantes realizações estabelecidas com o advento da Reserva, e a partir desse feito iniciou-se uma nova fase de conscientização na população local sobre a importância de se pensar o contexto ambiental para uma perspectiva de melhoria social (Figura 3.29 e 3.30).



Figura 3.29 - Material de construção cedido pelo programa “Minha Casa Minha Vida” através do INCRA.

Figura 3.30 - Várias famílias beneficiadas com o programa de origem federal.

Fonte: Laércio Falcão, 2010.



Figura 3.31 - Reunião do grupo de mulheres da ASSUREMAS na sede da prefeitura municipal em 2010

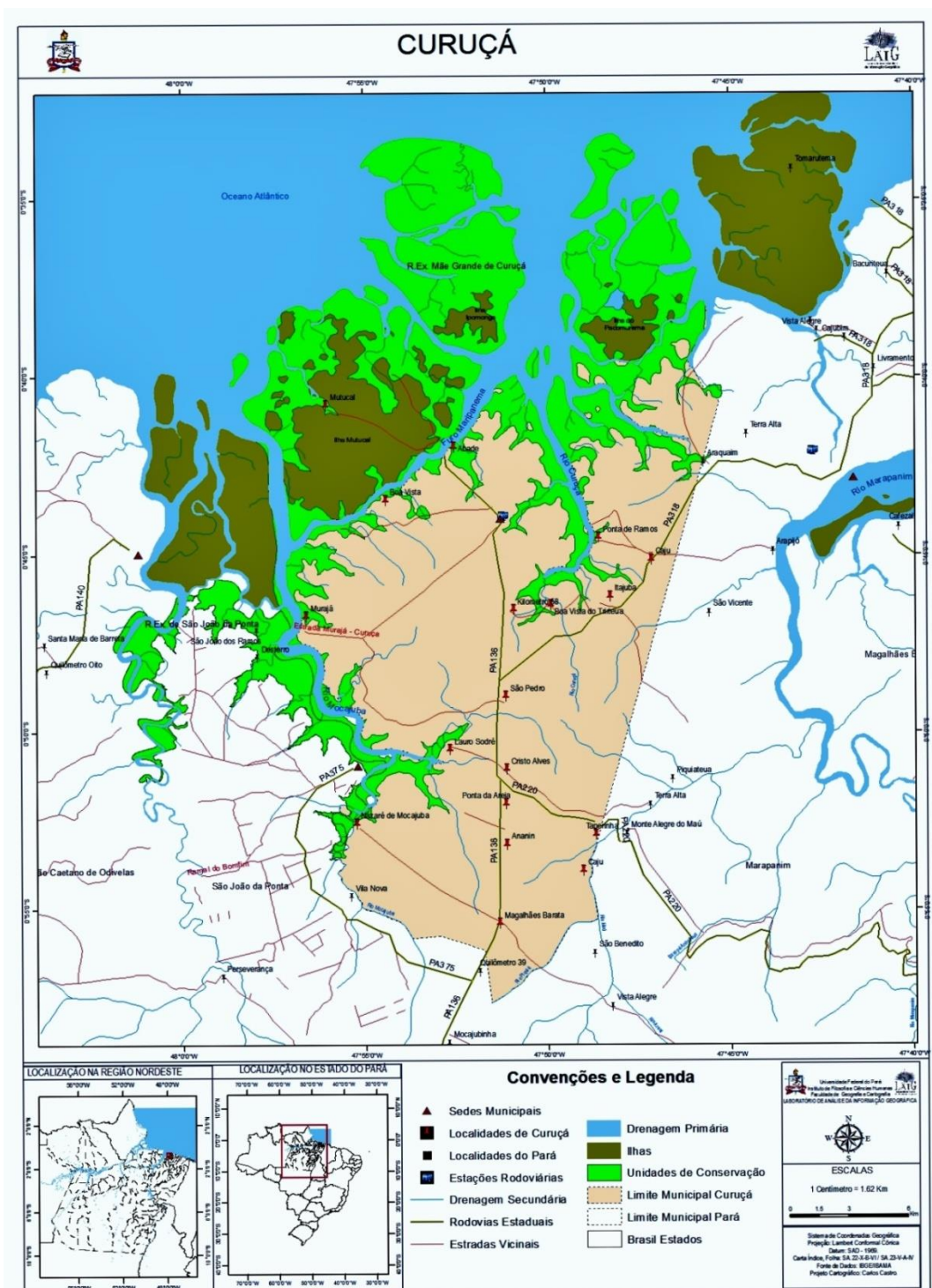
Figura 3.32 - Presença da primeira presidente da ASSUREMAS, Sra. Patrícia em 2010.

Fonte: Laércio Falcão, 2010.

É considerável o aumento da presença feminina nos movimentos sociais dentro da RESEX Marinha de Soure. O crescente envolvimento das mulheres nesses movimentos é registrado pelas muitas reuniões e encontros (Figura 3.31 e 3.32) com uma presença maciça elas estão sempre almejando as melhorias para a reserva e conseqüentemente para as famílias as quais representam.

Como efeito positivo desse encontro das mulheres nas associações, cita-se a fundação da Associação das Mulheres do Pesqueiro (AMUPESQUE), além da sua numerosa participação na associação dos artesãos da RESEX, e, sobretudo a eleição, em 2009, da primeira presidente feminina para o cargo máximo da ASSUREMAS, sendo que, na eleição seguinte repetiram o fato com a eleição da segunda mulher ao cargo, a Sra. Rosemeire Trindade (“Meire”).

## 3.2 A RESEX MÃE GRANDE DE CURUÇÁ



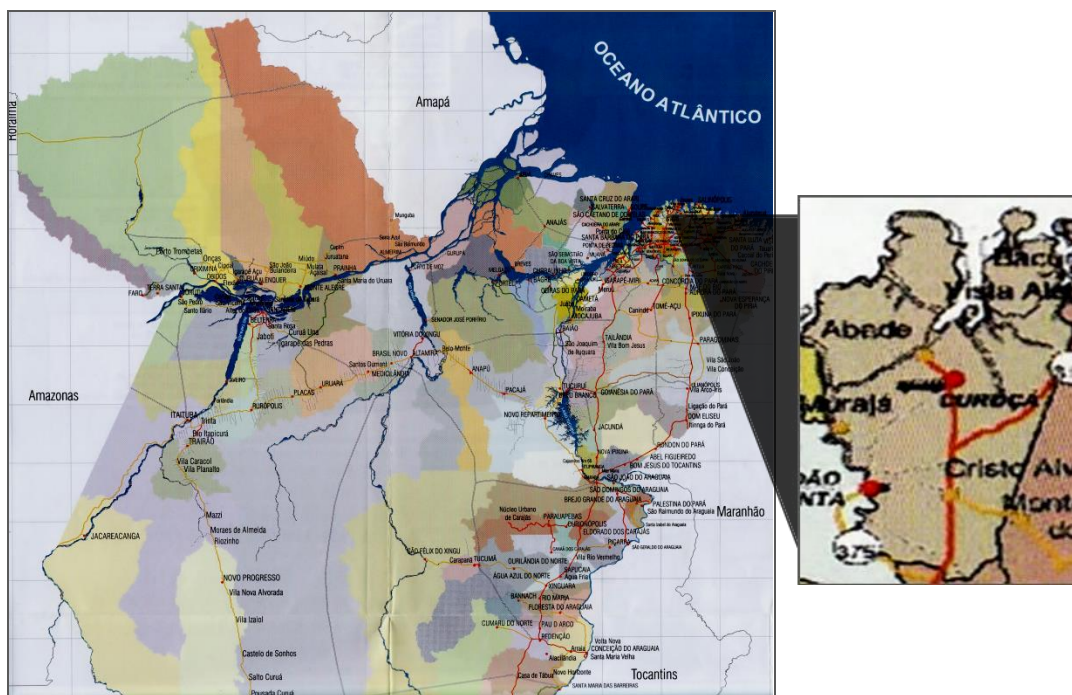
Mapa 3.4 - Município de Curuçá com a demarcação da Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá.

Fonte: Faculdade de Geografia/UFGA, 2012.



### 3.2.1 O município De Curuçá: aspectos históricos e culturais

O município de Curuçá situa-se na costa norte brasileira, na Mesorregião do nordeste paraense (Mapa 3.5), e na Microrregião do Salgado deste Estado também conhecida como “zona do salgado”, região que da sede a outros municípios de grande importância histórica na colonização do Estado do Pará.



Mapa 3.5: Estado do Pará com destaque para o município de Curuçá.  
Fonte: PARÁ, 2004.

Sua fundação data do século XVII, por decorrência da Provisão Régia de 23 de setembro de 1652, que fora sancionada pelo então Rei de Portugal Dom João IV. Em 1953 o padre Antônio Vieira incumbiu aos padres jesuítas Mateus Delgado e Manoel de Souza a missão de levar a cruz e o evangelho às 135 aldeias existentes na região, entre elas a que hoje é Curuçá. O nome dado a esta aldeia é uma referência ao objeto símbolo do cristianismo, pois que, “Curuçá” era o termo Tupi usado pelos índios Tupinambás para designar a “Cruz” cristã. (CURUÇÁ, 2009; FERREIRA, 2005).

Segundo Ferreira (2005), no ano de 1707 o Rei de Portugal autoriza a continuidade dos padres jesuítas na localidade, com o intuito de prosseguirem com a missão religiosa e com isso preservarem a aldeia, que já em 1730 contava com quase 500 índios. Sua elevação à categoria de vila deu-se no em 03 de julho de 1757, pelo então Governador e Capitão General do Pará, Dom Francisco Xavier de Mendonça Furtado (irmão do Marquês de Pombal) chamando-se Vila Nova de El Rey.

Contudo, logo viria a ser extinta em 1833 por questões políticas e permanecendo assim até o ano de 1850, onde por meio da Resolução Governamental nº 167 de 21 de novembro deste ano, a vila é restabelecida e rebatizada com o antigo nome de Vila de Curuçá. Em 1890 por ato do governo provisório estadual foi extinta a Câmara Municipal e criado o Conselho de Intendência Municipal; já em 1895 a vila era emancipada politicamente e elevada à categoria de cidade pela Lei nº 236 de 14 de maio de 1895. (CURUÇÁ, 2012; FERREIRA, 2005).

A Prefeitura municipal de Curuçá possui um calendário festivo muito ligado às manifestações religiosas, destacando-se três entre elas, a festa em homenagem a São Pedro que ocorre em 29 junho; já na última semana do mês de junho, é realizado um festival onde são apresentados os grupos de folia (romaria musical), quadrilhas juninas, lundu, bois-bumbás, pássaros e grupos de carimbó. Entre estes últimos, os de maior destaque são os grupos "Centenário", "Samaritanas" e "Brasa Viva".

No segundo domingo de setembro ocorre da Festa de Nossa Senhora do Rosário, iniciando com a realização de uma transladação da imagem da santa que parte da igreja Matriz da cidade em direção à capela de Nossa Senhora do Rosário, por um percurso de aproximadamente três quilômetros, percorrido em cerca de duas horas e procissão, contando com paradas para que sejam recebidas as homenagens à Santa. Já no terceiro domingo de dezembro, ocorre a Festividade em Louvor a São Benedito, que conta também com a realização de procissões, ladainhas, arraial, leilões, derrubada de mastros de flores e festas dançantes, todos bastante movimentados. (MARTINS, 2010).

Curuçá fica a 134 km de distância da capital Belém, possui a extensão territorial de 672,61 km<sup>2</sup> (CURUÇÁ, 2012; IBGE, 2010), a sede do município localiza-se a Latitude Sul 00° 43' 48' e a Longitude Oeste de Greenwich 47° 51' 06'. Limita-se ao Norte com o Oceano Atlântico, ao Sul com município de Terra Alta, a Leste com o município de Marapanim, a Oeste com o município de São Caetano de Odivelas e São João da Ponta (CURUÇÁ, 2012).

O Município possui 08 distritos conhecidos por "vilas" que são: Lauro Sodré, Ponta de Ramos, Araquaim, Murajá, Mutucal, Boa Vista do Iriteua, Nazaré do Mocajuba e a Povoação São João do Abade; mais 62 localidades rurais distribuídas ao longo desses distritos, das quais 23 localizam-se nas regiões dos rios e várzeas, e 39 estão na zona do planalto. A área urbana possui 08 bairros (CURUÇÁ 2012). De acordo com o último censo a população do município é de 34.294 habitantes, destes, a Prefeitura local estima que 13.027 representem a população urbana e 20.741 constitua a população rural (BATISTA, 2010; CURUÇÁ, 2009; IBGE, 2010).

Por meio de dados históricos dispostos pela Prefeitura de Curuçá, o município presenciou importantes momentos da história da Amazônia como a ocupação de suas terras pela coroa portuguesa, os ditames do Marquês de Pombal através das ações políticas de seu irmão Dom Francisco Xavier de Mendonça Furtado, a Cabanagem, a crise entre estado e Igreja no final do século XIX e a campanha abolicionista no Pará.

Daí em diante o território vem sendo ocupado e apropriado por diferentes atores sociais e políticos tais como caboclos extrativistas e mais recentemente empresários. Esta heterogeneidade contribuiu para uma gama de acontecimentos e um diversificado cenário para

realizações de ações e/ou projetos tanto nas esferas privadas quanto públicas, sendo esta última em suas três esferas municipal, estadual e federal (BATISTA, 2010).

### **Aspectos físicos e naturais relevantes**

O Clima de Curuçá apresenta-se como equatorial amazônico tipo Am da classificação de Köppen. Caracteriza-se pelas temperaturas elevadas, com temperatura média de 27°C, pequena amplitude térmica, precipitações abundantes que ultrapassam os 2.000mm anuais, sendo os meses mais chuvosos de janeiro a junho e menos chuvosos de julho a dezembro. De acordo com Batista (2010) e Curuçá (2012), o solo atualmente predomina o latossolo amarelo com textura média, concrecionário laterítico e solos indiscriminados de mangues.

Na hidrografia destaca-se o rio Mocajuba, que é um dos mais importantes rios do Município, formado pelo Igarapé Pimenta e outros tributários sem grandes expressões, servindo de limite natural a oeste entre os municípios de Curuçá e São Caetano de Odivelas, corre em direção a sudeste-noroeste formando meandros, para depois tomar a direção Norte, até desembocar no Oceano Atlântico. O rio apresenta-se largo em grande parte do seu trecho, atravessando os povoados conhecidos como Nazaré do Mocajuba e Murajá. Recebe, conforme Batista (2010) e Curuçá (2012), vários afluentes, sendo os da margem direita os de maior importância para o Município, como os rios Tijoca, Candeuca, e o furo Maripanema ou Muriá, que banha o povoado de São João do Abade.

Curuçá possui várias ilhas de consideráveis extensões e de formação recente, como as ilhas Mutucal, Ipomonga, Marinteua, Pacamorema, Cipoteua e Santa Rosa que se comunicam com uma infinidade de furos, belas praias, banhadas pelo Atlântico como as ilhas Marinteua e Cipoteua, ao norte do Município. O rio Curuçá é o segundo mais expressivo do Município, sendo que no seu afluente, rio Baunilha, pela esquerda, se encontra a sede municipal.

Ainda, outro curso de maior importância, é o igarapé Araquaim, que parte da montante do povoado de Araquaim, recebe, pela margem esquerda, o igarapé Cachoeira para Noroeste, onde deságua numa das reentrâncias da Baía de Curuçá. Na porção meridional do Município, destaca-se o rio esquerdo do Marapanim, que se limita com o município de Castanhal, referido por Curuçá (2012).

A cobertura vegetal original (formada pela floresta primitiva) foi removida, em consequência, dos desmatamentos ocorridos de forma intensiva e extensiva, para o plantio de espécies agrícolas de subsistência (CURUÇÁ, 2012). Por isso, atualmente, o domínio da cobertura florestal do Município é formado por Florestas Secundárias. Destaca-se também, a presença das Florestas de Mangue ou Manguezais, que ocupam as porções litorâneas e semilitorâneas, onde existe a influência da salinidade da água do mar.

### 3.2.2 Institucionalização da RESEX Mãe Grande de Curuçá: decreto de criação

A Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá foi criada por meio de Decreto-Lei S/N (sem número) em 13 de dezembro de 2002, estando esta reserva no grupo das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, o dispositivo do Decreto-Lei que a cria diz na íntegra:

“[...] O DECRETO DE 13 DE DEZEMBRO DE 2002:

Cria a Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, no Município de Curuçá, no Estado do Pará, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 18 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto no 4.340, de 22 de agosto de 2002,

DECRETA:

Art.1o Fica criada a Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, no Município de Curuçá, no Estado do Pará, com os objetivos de assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local.

Art.2o A Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá abrange uma área de aproximadamente trinta e sete mil e sessenta e dois hectares e nove centiares, com base na Carta Topográfica MI-337, em escala de 1:100.000, publicada pela Diretoria do Serviço Geográfico-DSG do Exército Brasileiro [...]

Parágrafo único. Ficam excluídos dos limites descritos no caput deste artigo todos os terrenos localizados fora da influência da preamar máxima nas Ilhas de Cipoteua, Pacamurema, Mariteua, Ipomonga e Mutucal.

Art. 3o Caberá ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA administrar a Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, adotando as medidas necessárias à sua efetiva implantação, formalizando o contrato de cessão de uso gratuito com a população tradicional extrativista, para efeito de sua celebração com a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e acompanhar o cumprimento das condições nele estipuladas, na forma da lei.

Art. 4o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação [...]. (BRASIL, 2002).

Com aproximadamente 37.000 hectares (como informado no decreto acima) a RESEX Mãe Grande de Curuçá (Figura 3.27) teve sua criação motivada por fatos semelhantes ao que se deu na RESEX Soure. Foi precedida pela percepção de exaustão dos recursos naturais no litoral da região, particularmente com a deterioração dos manguezais. A partir de 1993 um grupo de

trabalho da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) juntamente com segmentos sociais em Curuçá como algumas associações e sindicatos (BATISTA 2010), a igreja local, comerciantes, pesquisadores, entre outros, que passaram a reunir-se frequentemente para debater a questão que se agravava.

Batista (2010) destaca que entre os dias 20 a 22 de março de 1998 ocorreu em Curuçá o evento “III Seminário Regionalizado de Gerenciamento Costeiro” também conhecido por “GERCO”. Com a realização deste evento veio à tona o conhecimento sobre as Unidades de Conservação, que já vinham ocorrendo nas regiões amazônicas, passou-se então a amadurecer a ideia de se criar uma UC em Curuçá que pudesse conter a exploração demasiada dos recursos naturais locais.

Os direcionamentos das discussões e estudos de viabilidade se estenderam de 1999 a 2001, e levavam na direção da criação de uma RESEX, em virtude das características das atividades, do local, e da condição das populações que habitavam e se utilizavam desses recursos para sua subsistência. Assim, em dezembro 2002, cria-se a RESEX (Figura 3.32, 3.33, 3.34, 3.35, 3.36 e 3.37).



Figura 3.33 - Placa indicativa da instalação da RESEX Mãe Grande pelo ICMBIO e MMA.  
Figura 3.34 - Área frontal da cidade de Curuçá com uma pequena amostra da RESEX Mãe Grande.

Fonte: Laércio Falcão



Figura 3.35 - Amostra da vegetação suspensa devido as enchentes, ao longo da RESEX Mãe Grande.

Figura 3.36 - Ilha do Arrombado na RESEX Mãe Grande.

Fonte: Mauro Castro





Figura 3.37 - Ranchos temporários para pesca artesanal. RESEX Curuçá.

Figura 3.38 - Ilha do Areuá, com sua comunidade de mesmo nome. RESEX Curuçá.

Fonte: Mauro Castro, 2012.

### 3.2.3 Aspectos Socioeconômicos da RESEX Marinha Mãe Grande de Curuçá

A economia do município está ligada as atividades do comércio, agricultura/pecuária, indústria e o turismo. Porém a pesca e frutos do mar são as atividades de maior expressão econômica para Curuçá. A vila de São João do Abade (Figura 3.38) há 4 km da sede, está entre os mais importantes terminais pesqueiros do estado, possuindo uma das principais Indústrias de pescado do Pará que exporta peixe beneficiado para a Europa e os Estados Unidos.

A pesca artesanal (Figura 3.39) no município de Curuçá é responsável pela captura de toneladas de peixes, que além de garantir o consumo local, abastecem a capital Belém e outras cidades paraenses, o pescado também é comercializado com outros mercados nacionais no nordeste e sul do país e ainda é exportado para outros países.



Figura 3.39 - Terminal pesqueiro do Abade em Curuçá.

Figura 3.40 - A pesca é a principal fonte de renda no município incluindo a RESEX.

Fonte: Laércio Falcão, 2010.

Dentre as espécies encontradas estão a uritinga (*Arius proops*), gurijuba (*Tachysurus luniscutis*), pescada amarela (*Cynoscion acoupa*), dourada (*Brachyplatystoma rousseauxii*), corvina (*Micropogonias furnieri*), bagre (*Goslinia platynema*), a pratinzeira (*Mugil curema*), a tainha (*Mugil brasiliensis*), o bandeirado, cação (*Carcarhinus spp.*) e pescada amarela (*Cynoscion acoupa*) e a dourada (*Brachyplatystoma rousseauxii*). Existe uma boa produção comercializada de caranguejo (*Miocarcinus marmoreus*), o mexilhão (*Mytilus edulis*) e o camarão (*Macrobrachium rosenbergii*).

O comércio de Curuçá atualmente está preparado para atender as necessidades dos moradores, bem como a crescente demanda de turistas e visitantes que procuram as praias do município. Há uma considerável variedade de estabelecimentos comerciais, dentre os quais estão: cybercafé, farmácias, lanchonetes, restaurantes, hotéis/pousadas, laboratórios, lojas de confecções/sapataria, lojas de eletrodomésticos, óticas, academias, borracharias, postos de combustíveis, supermercados e feiras.

A agricultura, iniciada à época da colonização, com a participação dos Tupinambás e posteriormente por escravos africanos, figura como uma das heranças deixada por esses descendentes e está disseminada no município. Cultiva-se várias culturas como frutas, destacando-se: pimenta doce (*Capsicum annum*), mamão (*Carica papaya*), hortaliças e mandioca (*Manihot esculenta*). Atualmente o município produz 1.750 toneladas/mês dessas culturas, e parte da produção é comercializada e em parceria com a prefeitura são escoados a Central de Abastecimento S/A de Belém (CEASA), (CURUÇÁ, 2012). Na pecuária há a criação de bovinos e suínos, mas o destaque é para criação de galinha branca e caipira.

Contudo o município de Curuçá vive as expectativas com a chegada do Terminal Portuário do Espadarte; este terminal portuário é um porto do tipo *off shore*, a ser instalado na praia da Romana, Ilha dos Guarás, localizado dentro da área da RESEX Mãe Grande. O “superporto” como é comumente conhecido pelos curuçenses (Figura 3.40), é um extenso complexo portuário pensado como forma de escoar toda a produção de minério de ferro do Pará, que atualmente tem sua saída de exportação realizado pelos portos do Estado do Maranhão.



Figura 3.41 - Porto do Espadarte (“superporto”) em Curuçá. Instalação em área de RESEX  
 Fonte: Companhia de Docas do Pará (CDP), 2012.

Segundo a Companhia de Docas do Pará, órgão portuário estadual, é bastante comum no mundo, que se batizem terminais e plataforma do tipo *off shores* com nome de peixes da fauna aquática local e o Espadarte (*Xiphias gladius*) “[...] é um peixe raro no litoral brasileiro de até 4 metros de comprimento e 300 Kg, tendo o maxilar prolongado (como uma lamina de espada cortante) de cor azul-esverdeado, muito valente e desbravador [...]”, daí o nome Terminal Portuário do Espadarte (CDP, 2012).

Os prováveis benefícios sociais e econômicos para o município de Curuçá são colocados como fator preponderante na construção da mega obra, e isso vêm causando efervescência em parte da sociedade curuçense, formada por empresários, comerciantes e políticos; alegando-se o grande desenvolvimento que experimentará o município como um todo, com a atração de novas empresas, novos comércios, novos investimento públicos em infraestrutura, e o aumento significativo do número de turistas.

Entretanto alguns setores de Curuçá não acreditam que a construção do superporto possa contribuir beneficemente com o município e principalmente com as comunidades da RESEX Mãe Grande. Muitos dos residentes da RESEX demonstraram preocupação com a mega estrutura portuária que se estalaria da localidade; isso fez com que a AUREMAG e outras associações da RESEX e de Curuçá, se mobilizassem junto aos órgãos ambientais como a Secretaria de Meio Ambiente do Pará (SEMA), o ICMBIO e o IBAMA, questionando a viabilidade da obra em meio a RESEX.

Com a realização de reuniões locais para versar sobre a mega obra, as associações comunitárias e lideranças políticas locais, têm demonstrado preocupação com os impactos ambientais e consequentemente sociais que a construção poderá ocasionar nas comunidades; como observado pelos pescadores, a área marítima compreendida para o superporto (Figuras 3.41 e 3.42) será interdita para uso exclusivo do tráfego de navios cargueiros e essa área de mar aberto circunscribe a área onde são realizadas as atividades de pesca que movimentam o mercado pesqueiro de Curuçá.



Figura 3.42 - Ponta da Ilha dos Guarás ao fundo, local da provável construção do superporto.

Figura 3.43 - Pescadores artesanais; preocupação com interdição da légua pesqueira devido o superporto.

Fonte: Laércio Falcão, 2012.

Batista (2010) refuta que em praticamente toda a RESEX Mãe Grande de Curuçá as associações e sindicatos, são formadas por moradores, agricultores, produtores, pescadores, ou ainda entidades ligadas ao meio ambiente a exemplo das associações criadas em meio ao Projeto de Gestão Participativa da RESEX. Dentre essas associações destacam-se: Associação os Pescadores Artesanais de Tucumandeuá, Associação Agro-Pesqueira de Araquaim, Associação Rural Comunitária do Rio Tijóca, Associação dos Carangueiros do Arapuri, Associação das Marisqueiras na Área da RESEX Mãe Grande de Curuçá, Associação Agro-Pesqueira da Comunidade Ponta de Ramos, entre outras.

Devido a notória característica pesqueira do município de Curuçá, dentre as representatividades comunitárias e associativas, a Colônia de Pescadores<sup>6</sup> (Figura 3.44) é uma entidade de grande importância para as comunidades, bem como para o município em geral; pelo fato de estarem a frente das representações que vinculem os interesses dos pescadores locais, a Colônia está frequentemente incidindo sob políticas e ações que em suma possam influenciar a atividade da pesca.

<sup>6</sup> A Colônia de Pescadores de Curuçá Z-05 (zona 05), foi fundada em 1902, é presidida atualmente pelo Sr. Júnior da Silva Costa.



Porém, é a Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, AUREMAG<sup>7</sup>, a entidade comunitária e associativa que possui maior representatividade para as comunidades residentes da RESEX. Esta associação (Figura 3.45) é a grande responsável por inúmeras demandas em ações e reivindicações positivas frente ao poder público municipal e atores privados, defendendo interesses das comunidades, bem como, media os diálogos para entre todos os atores como órgãos públicos, iniciativa privados e comunitários, para a delimitação de benefícios para a RESEX.



Figura 3.44 - Colônia de Pescadores do Curuçá, representação mais antiga e uma das mais importantes para a comunidade de todo o município.

Figura 3.45 - Sede da Casa do Pescador em Curuçá que abriga juntamente a Associação dos Usuários da RESEX Mãe Grade, a AUREMAG.

Fonte Laércio Falcão 2012 e 2013.

---

<sup>7</sup> Atualmente a AUREMAG é presidida pelo Sr. Alcinei Frazão (“Nei”)

## CAPÍTULO IV

---

### 4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM TURISMO NAS RESEX SOURE E RESEX MÃE GRANDE DE CURUÇÁ

Este capítulo aborda a forma como o turismo está sendo conduzido pelo poder público, empresários locais e as iniciativas populares nos municípios de Soure e Curuçá, observando que muitas dessas ações públicas e ou privadas em direção ao turismo, acaba por resvalar em direção às comunidades da RESEX, com a possibilidade de interferir sobre seu espaço e suas tradições.

#### 4.1 CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO TURISMO EM SOURE

No início da atual gestão municipal<sup>8</sup>, elaborou-se o “Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico de Soure - 2009/2012”, desenvolvido em conformidade com o Programa de Regionalização do Turismo do Governo Federal (PRODETUR) por meio do Ministério do Turismo (MTUR), que instituiu o segmento turístico como instrumento de planejamento e gestão da atividade, com o objetivo de evidenciar as potencialidades naturais e culturais do Município de Soure.

Descreve-se no plano que os segmentos da atividade turística que mais se destacam no município de Soure são: o turismo rural, o ecoturismo, o turismo de sol e praia e o turismo denominado de “segunda residência”, este último devido ao trânsito de parentes de moradores e mesmo retorno de antigos moradores que retornam nos períodos de feriados e férias escolares. A gestão pública municipal por meio da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura (Figura 4.1), vêm organizando os vários segmentos envolvidos com a atividade de modo a viabilizar a adequação do *trade* turístico e a aplicabilidade de políticas públicas locais.

---

<sup>8</sup> A atual gestão teve início com o pleito de 2008, e prosseguiu com mandato por meio da reeleição no pleito de 2012.



Figura 4.1 - Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura de Soure  
Fonte: Laércio Falcão, 2012.

Como objetivos específicos o Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico de Soure destacava o aumento de turistas, melhoria da infraestrutura de acesso a Soure e melhoria do atendimento médico-hospitalar. O objetivo geral do plano era o desenvolvimento do “Destino Turístico Soure” em seus múltiplos aspectos como: infraestrutura, cultura, lazer, segurança, saúde, meio ambiente e informações, levando-se em consideração questões inteiramente relacionadas com a participação social, tais como:

- [...] a) Conscientização da comunidade sobre a importância da atividade turística;
  - b) Sistematização dos serviços ligados ao turismo, buscando a qualidade;
  - c) Construir um plano de marketing de forma planejada, priorizando cultura, meio ambiente e a sustentabilidade;
  - d) Envolver atores locais no trabalho coletivo para o crescimento do turismo;
  - e) Trazer desenvolvimento sustentável para o município de Soure;
  - f) Valorizar o povo sourense fomentando oportunidades sócio-econômico-financeiro;
  - g) Promover o resgate cultural de Soure-Marajó;
  - h) Promover a divulgação efetiva de Soure;
  - i) Redefinir a imagem original da cidade, como a capital do Marajó [...].
- (SOURE, 2009, p. 03).

O levantamento elaborado pela Secretaria de Turismo, Lazer e Cultura e apresentado no Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico destaca que apesar da inegável vocação turística e de contar com equipamentos de médio porte e certa demanda espontânea e apresentado no Plano Estratégico de Soure destaca que existe uma absoluta desarmonia entre o poder público, *trade* turístico e as comunidades em Soure. Esse fato, segundo consta no Plano Estratégico, acarreta a médio e longo prazo o desgaste da imagem comercial do destino turístico Soure-Marajó.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico de Soure-2009/2012, foi elaborado em junho de 2009, e sua consolidação e execução foi estimada para quatro anos correspondentes ao governo municipal. No entanto, nem mesmo com o término do ano limite para o projeto (2012), sequer havia sido colocado em prática o módulo inicial, que começaria com as pesquisas e levantamento de dados para os direcionamentos das políticas públicas necessárias a sua execução.

A questão colocada como impeditiva para a realização dos trabalhos iniciais do plano, segundo a Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura esbarra na captação de recursos financeiros e no recrutamento e treinamento de agentes para a realização dos trabalhos. De acordo com o chefe de gabinete da Secretaria de Turismo, Sr. Michael Assis, além de recursos financeiros para os custos da operação, os trabalhos demandam também um processo de ajustes com os interesses divergentes entre as comunidades, além de uma política de cooperação com órgãos governamentais e empresários do ramo. Assim argumenta o chefe de gabinete da secretaria de Soure, "... todo esse processo exige tempo, até mesmo pela complexidade do trabalho" (informação verbal, 2010)<sup>9</sup>.

Com um rico contexto histórico de povoamento e fundação, repleto de manifestações culturais seculares, com um exotismo natural e cultural, e cercado por uma geografia natural incomum, a ilha do Marajó vem fomentando interesses como uma das promessas para o turismo dentro dos roteiros destinados ao Estado do Pará e mesmo na Amazônia. O fato de alguns municípios estarem geograficamente mais próximos a poucas horas de barco ou alguns minutos de avião (de pequeno porte) da capital do estado, faz do arquipélago uma interessante propostas de roteiro turístico dado sua exuberância, rusticidade e história.

Considerando aspectos geográficos e estruturais a comunidade do Pesqueiro encontra situação bem melhor que as comunidades de Cajuúna e Céu. Isso se deve principalmente a fatores como localização e acesso, sendo que a facilidade de acesso ao Pesqueiro é nitidamente melhor, e por consequência o local possui melhor estrutura para receber os visitantes. Devido ao fator como isolamento causado por sua localização dentro de uma extensa propriedade particular, isso dificulta o desenvolvimento estrutural como o saneamento básico, transporte, saúde entre outros.

---

<sup>9</sup> Michael Assis é chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura de Soure. O secretário em questão é o responsável pela condução do então Plano de Turismo, que visa a expansão das políticas destinadas ao turismo no município.



Em 2005 foram implementadas políticas públicas de fomento ao turismo em Marajó e conseqüentemente em Soure. O Programa de Regionalização do Turismo do Governo Federal (PRODETUR) em Marajó objetivou um destino turístico prioritário para o desenvolvimento da região. Surgiu o projeto “Turismo na Amazônia do Marajó”, que teve o apoio da Companhia Paraense de Turismo (PARATUR) e foi desenvolvido e conduzido pelo Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa (SEBRAE).

A partir dessas políticas de fomento ao turismo, surgiram outros produtos que beneficiavam o município de Soure, com roteiros turísticos singulares como o “Amazônia Quilombola”, que contava com a formatação de um produto que abarcava em meio ao seu circuito as experiências com a gastronomia local, o lazer, os passeios de acanoas e o turismo rural nas fazendas com criação de búfalos da região.

#### **4.1.1 Ações públicas, privadas e comunitárias em turismo na RESEX Marinha de Soure.**

Uma proposta de motivação do turismo vinculado na Vila do Pesqueiro veio com o projeto Turismo na Amazônia do Marajó com o PRODETUR, como antes informado, tendo o SEBRAE como órgão condutor. O projeto iniciou em 2005 e durou cerca de um ano, originou o produto turístico chamado “Vila do Pesqueiro: muita história pra contar”, como apresentado nos ANEXOS A e B. O próprio SEBRAE encarregou-se da realização de oficinas de capacitação com os comunitários, bem como a preparação da comunidade para o desempenho das atividades turísticas. Da elaboração ao término do projeto foram 18 meses de trabalho envolvendo a comunidade do Pesqueiro no desenvolvimento do turismo comunitário, levanta Falcão (2010).

Esse projeto consistia em acolher turistas e visitantes na vila do Pesqueiro por um período curto (geralmente três dias), para isso foi montada uma rede de prestação de serviços para atender as necessidades dos turistas e visitantes, utilizando a casa de pescadores e fazendo com que esse visitante participe das atividades comuns aos moradores, e assim conhecer o modo de vida dessas populações, por meio da gastronomia típica, passeios turísticos de canoa pelos rios, visita ao manguezal.

Contudo, as políticas do PRODETUR com o projeto “Turismo na Amazônia do Marajó”, não conseguiu maturidade suficiente nem tempo para abarcar as outras comunidades da RESEX Soure, fato que acarretou decepção aos comunitários com as políticas públicas destinadas ao fomento do turismo. De modo que foram observadas algumas iniciativas populares ainda que simplórias, que almejavam algum tipo de retorno satisfatório com o turismo; uma dessas ações foi a construção de uma pousada na vila do Céu, dentro dos limites da RESEX, por nome “Brisa do Mar” (Figura 4.2), que de forma humilde hospedava os turistas que atravessavam pela praia do Pesqueiro e tinham nas atividades tradicionais da comunidade um atrativo a parte, como o passeio no “carro de búfalo” (Figura 4.3).



Figura 4.2 - Pousada simplória na RESEX Soure; iniciativa popular.

Figura 4.3 - Hospedagem com passeio típico em "carro de búfalo".

Fonte: Laércio Falcão, 2010.



Figura 4.4 - Artesão Rafael dos Santos, produção com elementos da natureza.

Figura 4.5 - Ateliê do artesão Rafael dos Santos, na praia do Pesqueiro.

Fonte: Mauro Castro, 2012.

As dificuldades no acesso às comunidades da RESEX Soure, na maioria das vezes não configuram motivo de intimidação a certos turistas e visitantes. Alguns se aventuram cruzando quilômetros de praias que ligam as três comunidades da RESEX Soure, atravessando em canoas ou cruzando o extenso manguezal, até chegarem às vilas do Céu e Cajuúna, evidenciando o potencial turístico da região com seus atrativos naturais e culturais.

A produção artesanal (Figura 4.4 e 4.5) por comunitários de dentro da RESEX é bastante comum e se faz sempre a utilização de matéria-prima oriunda da natureza local como argila, raízes, casca de mariscos, sementes, entre outras, trazendo a representação da própria natureza local ou mesmo representando as identidades locais das comunidades da RESEX.

Na comunidade do Cajuúna, a questão do acesso é tida por muitos comunitários como crucial motivo de impedimento para a evolução do turismo, por não permitir o livre trânsito de pessoas exógenas à comunidade. O presidente da Associação dos Pescadores Amigos do Cajuúna (ASPAC), Sr. Waldemir, coloca que tem de haver uma negociação entre os atores políticos, privados e comunitários para render somente benefícios a todos; se posiciona o presidente da ASPAC:

“[...] o que falta na verdade é apoio público, um acerto do governo para desapropriar a área e ter um acesso livre, fazendo com que o turismo chegue a comunidade [...] e as ideias são boas pra se desenvolver o turismo aqui por parte do secretário de turismo e mesmo do prefeito, mas tem que haver um acordo com a proprietária para que o turista possa entrar para conhecer o Céu o Cajuúna [...] porque eles têm seu direito de propriedade, mas os comunitários também têm seu direito de ir e vir, nós não somos contra os proprietários, mas achamos que tem que haver acerto com os níveis de governo para essa situação [...]”. (informação verbal, 2010).

#### 4.2 CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO TURISMO EM CURUÇÁ

Com a divisão do Estado do Pará em Polos Turísticos, o município de Curuçá por sua característica litorânea atlântica, foi inserido no Polo Amazônia-Atlântica. Por sua importância no contexto turístico nesta região Atlântica do Estado, ganhou uma cadeira na diretoria deste Polo. Dentre os municípios do nordeste paraense, Curuçá é considerado um dos mais promissores polos turísticos do Estado, foi um dos vinte e seis municípios contemplados com PROECOTUR, e é um dos 40 municípios paraense inserido no mapa de regionalização do turismo realizado pelo MTur a partir de 2009.

Até o ano de 2008, o município não possuía uma secretaria destinada a tratar exclusivamente da questão turística, cabendo à Secretaria de Turismo, Cultura e Lazer a condução de ações e atividades ligadas ao turismo. A partir de 2008 a Secretaria Municipal de Turismo (SEMTUR) foi desmembrada da antiga Secretaria de Cultura e Lazer, iniciando uma nova vertente nas ações de políticas públicas direcionadas da própria prefeitura municipal (ver ANEXO C), objetivando a divulgação dos atrativos e a evolução do turismo no município, elencando características da cidade que segundo os entes sociais locais a tornam diferenciada dos outros municípios.

Hoje a SEMTUR de Curuçá está estruturada e desenvolve um trabalho de base e conscientização dos atores envolvidos na prestação de bens e serviços turísticos, bem como em prestar informação para conscientizar os turistas e visitantes que chegam ao município, de que forma estes devem proceder com responsabilidade, assim informado em folders e guias, demonstrados nos ANEXOS D e E. Tem por finalidade ser um instrumento de transformação do turismo local, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população, da prestação de serviços públicos e da oferta de produtos, de forma a impulsionar a sustentabilidade da atividade turística com a geração de emprego e renda e da divulgação do potencial turístico do município.

A SEMTUR Curuçá esteve presente no IV Salão do Turismo ocorrido em 2009, em 2010 representou o Estado do Pará no V salão deste mesmo evento, e como demonstração da riqueza cultural da região proporcionou um show da Carimbó com o “Grupo de Carimbó, O Sabiá”; já em 2011 com o VI Salão do Turismo e também representando o Estado, demonstrou mais uma vez o

Carimbó com “Grupo de Carimbó Os Andirás”. Curuçá através de sua SEMTUR também esteve presente na V Feira Internacional de Turismo da Amazônia 2010 (FITA-2010) e mantém presença expressiva nos eventos consecutivos da FITA. Sempre divulgando as qualidades naturais e culturais inerentes ao município como um todo, atribuindo-lhe condições favoráveis para receber quaisquer visitantes, elencando as qualidades existentes na cidade, como o retratado no ANEXO F.

Em janeiro de 2010 o município foi contemplado com o Certificado de Município Turístico, outorgado pela PARATUR devido seu direcionamento e esforços em fazer do turismo um meio de desenvolvimento sustentável. No final de 2012 se atribuindo de um antigo e inoperante porto de desembarque (ou trapiche) (Figura 4.6 e 4.7), a SEMTUR inaugurou o seu Posto de Informação Turística (PIT), que posteriormente tornou-se a sede da SEMTUR, que além das informações e esclarecimentos a turistas e visitantes, faz a coleta de dados relevantes para o turismo receptivo local através de pesquisas com estes turistas.



Figura 4.6 - Antigo porto de desembarque (trapiche) em Curuçá.

Figura 4.7 - Posto de Informações Turísticas (PIT) no antigo porto/trapiche.

Fonte: Laércio Falcão e Mauro Castro, 2010 e 2012.

Com ricos atributos naturais e culturais, Curuçá está propenso a desenvolver determinados segmentos turísticos que se adequam as suas necessidades, tais como o turismo de pesca, o turismo de aventura, ecoturismo, turismo sol e praia, turismo religioso, turismo rural e turismo histórico-cultural, todos estes seguindo uma base de planejamento e responsabilidade.

O poder público local entende que para o desenvolvimento do turismo de forma definitiva, é necessário melhorar a infraestrutura turística e investir na capacitação de mão de obra prioritariamente local. Com esse direcionamento em 2011, a prefeitura por meio da SEMTUR, em parceria com a Secretaria de Turismo do Estado do Pará (SECTUR-PA), prestaram capacitação profissional a mais de 80 pessoas diretamente inseridas na atividade turística da cidade, em cursos como camareira, manipulação de alimentos, qualidade no atendimento e gestão de negócios, de acordo com Curuçá (2012).

Tratando-se dos atributos culturais, Curuçá possui um calendário de eventos repleto de manifestações de cunho religioso, folclórico e carnavalesco de grande expressão regional. Nos eventos religiosos destacam-se três festividades, a festa em homenagem a São Pedro em 29 de junho, o Círio de Nossa Senhora do Rosário, exemplificado no ANEXO G, no segundo domingo de setembro iniciando com a transladação da imagem da santa da igreja Matriz para a capela de Nossa Senhora do Rosário, com percurso de cerca de três quilômetros, e no terceiro domingo de dezembro ocorre a festa em louvor a São Benedito.

É bastante comum em torno dessas festas de cunho religioso, a realização de procissões, ladainhas, arraiais, leilões, derrubada de mastros de flores e festas dançantes, estes eventos contam com um expressivo número de participantes, turistas e visitantes. Na última semana do mês de junho, é realizado um festival onde se apresentam os Grupos de Folia (conhecidos pela romaria musical), as Quadrilhas Juninas, a dança do Lundú, Bois-bumbás, grupos dos Pássaros Junino de grupos de Carimbó.

O carnaval curuçaense é um dos mais conhecidos e prestigiados do Estado, com presença de inúmeros foliões que desfilam pelas ruas da cidade, com vários blocos caracterizados. Os que mais se destacam são os “mascarados” e o ponto alto do carnaval de Curuçá com o bloco “ecológico” conhecido por “Pretinhos do Mangue” (Figuras 4.8 e 4.9) que em meio ao desfile pelas ruas do centro histórico de Curuçá, entram no manguezal e voltam ao desfile cobertos de lama, para simbolizar a importância em proteger o manguezal.

Anualmente, no mês de julho ocorre o conhecido “Festival do Folclore”, como destacado no ANEXO H, que em virtude de sua importância nesta região do estado, atribuiu-se ao município de Curuçá, o título de “Terra do Folclore” e que também goza de prestígio dentre as manifestações culturais do Estado. Das atrações deste festival, o Carimbó é o mais aguardado pelo público, pois o município é um dos berços deste estilo musical tipicamente paraense; a prefeitura prestou uma homenagem a um dos grandes Mestres do Carimbó que nasceu na cidade, o Sr. Zeferino Leal, ou Nego Uróia, como era mais conhecido (Figura 4.10 e 4.11).

O artesanato local é marcado por uma produção de peças com caráter utilitário e de decoração, como pequenas embarcações e apetrechos utilizados para pesca como espinhéis, tarrafas e currais, servindo para a confecção estilizada de outros artefatos decorativos. O artesanato de Marauá (Figuras 4.12 e 4.13) produzido pelo artesão Esaú Trindade é um dos principais elementos artísticos do município.





Figura 4.8 - Bloco ecológico “Pretinhos do Mangue”, divulgado no Brasil e exterior.

Figura 4.9 - integrantes do bloco se caracterizando em meio ao manguezal.

Fonte: Elaine Almeida dos Santos, 2011.

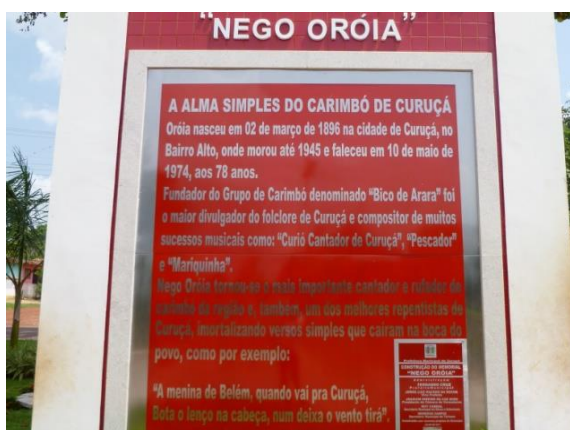


Figura 4.10 - Mestre de Carimbó Nego Uróia; Curuçá referência nesse estilo musical.

Figura 4.11 - Placa em homenagem ao Mestre de Carimbó da região.

Fonte: Laércio Falcão, 2012.



Figura 4.12 - Artesanato utilitário e decorativo de Marauá.

Figura 4.13 - Artesão Esaú Trindade, expressão na cultura local.

Fonte: Laércio Falcão, 2010.

Dentre os patrimônios naturais Curuçá possui várias ilhas de considerável extensão e de formação recente, como as ilhas de Areuá, Arrombado, Paxicu, Ipomonga, Guarás, Mariteua,

Pacamorema e Santa Rosa, que se comunicam com uma infinidade de furos e igarapés ligando outras ilhas. Banhado pelo Oceano Atlântico, Curuçá dispõe de belas praias, como as de Mariteua, Sino, Cipoteua e Romana, alguns demonstrados nas Figuras 4.12, 4.13, 4.14 e 4.15.



Figura 4.14 - Praia na Ilha da Romana, a mais famosa de Curuçá.

Figura 4.15 - Ilha da Romana, área de RESEX com meio ambiente preservado.

Fonte: Henrique Campos, 2012.



Figura 4.16 - Ilha Areuá e a comunidade de mesmo nome.

Figura 4.17 - Ilha do Arrombado desabitada, com apenas rancho de pesca.

Fonte: Laércio Falcão e Mauro Castro, 2012.



#### **4.2.1 Ações Públicas, Privadas e Comunitárias em Turismo na RESEX Mãe Grande.**

O município como um todo apresenta um conjunto único de atrações naturais, contudo na área de RESEX é evidente os ambientes naturais preservados, manguezais mais biodiversos do planeta, cultura tradicional dos pescadores e catadores de mariscos artesanais. Nessas áreas os manguezais e demais ecossistemas integrantes do bioma costeiro encontram-se com o bioma amazônico. É reconhecida a sua importância para a conservação da biodiversidade, reprodução de espécies, controle da erosão e manutenção do estoque pesqueiro, além de garantir a sobrevivência e a cultura de comunidades tradicionais que retiram do mangue o seu sustento.

Sob esse contexto de rico atrativo natural, o ecoturismo é para essa região uma oportunidade de desenvolvimento com bases sustentáveis inserindo as comunidades tradicionais e proporcionando geração de emprego e renda local. Além disso, proporciona ainda aumento da autoestima, estímulo a conservação de ambientes e recursos naturais e promove a recuperação de áreas degradadas.

Nesta linha observou-se a atuação de grupos sociais organizados que promovem oficinas sobre educação ambiental e estimulam o ecoturismo na área de RESEX, como o projeto “Casa da Virada” (ver ANEXO I), desenvolvido pelo Instituto Peabiru, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que em conjunto com órgãos federais e associações locais, atuou junto às comunidades tradicionais da RESEX com projetos de educação ambiental, onde o ecoturismo de base comunitária foi uma estratégia de inserção socioeconômica, formando grupos de monitores das próprias comunidades.

Devido sua extensão a RESEX Mãe Grande delimita grande parte da sede do município de Curuçá, esse fato implica que em algumas ações do poder público ou mesmo da iniciativa privada em relação ao fomento do turismo para o município, acabam por incidir de forma diretamente ou indiretamente no modo sobre a RESEX e causando perturbações no modo de vida de algumas comunidades das RESEX.

Em 2009 o poder público municipal iniciou o projeto da nova orla de Curuçá (Figuras 4.18 e 4.19), com intervenção na margem do rio Mãe Grande (que dá nome a RESEX). Segundo informações de atores sociais e políticos locais a primeira fase do projeto providenciou a limpeza da área que integra a RESEX, e localiza-se em frente da cidade entre dois principais bairros do município, o bairro Alto e o Centro Histórico de Curuçá, mostrados nas Figuras 4.18 e 4.19.



Figura 4.18 - Frente da sede do município com vista para o rio Mãe Grande.

Figura 4.19 - Parte do manguezal banhado pelo rio Mãe Grande.

Fonte: Laércio Falcão, 2010.



Figura 4.20 - Orla iniciada com a terraplanagem; vista do centro histórico de Curuçá.

Figura 4.21 - Trecho da obra de terraplanagem, vista do bairro Alto.

Fonte: Laércio Falcão, 2012.

A fase seguinte consistiu-se em empreitada de terraplanagem das laterais do rio Mãe Grande mostradas nas Figuras 4.20 e 4.21, incidindo diretamente na paisagem que havia anteriormente. O projeto arquitetônico objetivou transformar a orla localizada na frente da sede do município, como forma de implementar melhorias consideráveis na paisagem frontal da cidade. Segundo alguns atores sociais, a obra viria embelezar o complexo de manguezal que ali existia, e que de certa forma tirava a beleza da cidade, e seria um modo de reforçar a identidade turística de Curuçá.

O projeto inicial contava com um passeio arborizado, margeando a orla e com longas calçadas decoradas com elementos alusivos a cultura pesqueira e marisqueira, características do município (Figura 4.22 e 4.23).



Figura 4.22 - Calçadas por toda a orla.

Figura 4.23 - Decoração que lembra atividades de pesca e marisqueira.

Fonte: Laércio Falcão e Mauro Castro, 2012.

No meio do rio Mãe Grande iniciou-se a construção de uma passarela ou ponte na forma de aterramento de parte do rio, como apresentado nas Figuras 4.24 e 4.25 ligando, os dois bairros mais populosos e antigos do município de Curuçá, sendo estes o bairro Alto e o Centro Histórico.



Figura 4.24 - Aterramento ligando os dois bairros em Curuçá; vista Bairro Alto.

Figura 4.25 - Aterramento; vista do Centro Histórico.

Fonte: Laércio Falcão, 2012.



Na Figura 4.26 destaca-se o projeto da “nova” orla de Curuçá e os parâmetros que se almejavam com a transformação do que antes era todo um ecossistema de rio e manguezal que integrava a RESEX Mãe Grande.



Figura 4.26 - Projeto arquitetônico da nova orla de Curuçá.  
Fonte: Prefeitura de Curuçá, 2010.

Em um contra ponto as Figuras 4.27 e 4.28 identificam visivelmente as transformações ocorridas no ecossistema local com as intervenções públicas na orla do entorno.



Figura 4.27 - Vista da orla antiga; ao fundo o Centro Histórico de Curuçá.  
Figura 4.28 - Vista da orla transformada pela obra; ao fundo o Centro Histórico.  
Fonte: Laércio Falcão, 2010-2012.

Uma das ações pública de grande repercussão e considerável valor para o turismo em Curuçá e consequentemente na área da RESEX, foi a criação do “Roteiro do Sol” pela SEMTUR; este roteiro consiste em uma proposta de turismo de sol e praia, oportunizando aos turistas e visitantes conhecer algumas das várias ilhas e praias que compõe a RESEX Mãe Grande de Curuçá.

Para facilitar a locomoção dos turistas e visitantes, e também demonstrar de modo prático os variados atrativos turísticos existentes no município, a SEMTUR criou um mapa animado (Figura 4.29) com os principais atrativos, serviços e pontos turísticos do município, como o Bosque Centenário, artesanato Muarúá e Caju, a ostreicultura em Lauro Sodré, Centro Histórico, igreja de N.ª Senhora do Rosário, praias, bancos, praças e a orla. Incluindo neste mapa o percurso do “Roteiro do Sol” e a visualização de outros passeios pelos vários rios e furos de Curuçá levando visitantes às praias da região no mês de julho.



Figura 4.29 - Mapa animado elaborado pela SEMTUR, trazendo a descrição informativa dos atrativos e ponto turístico aos visitantes.

Fonte: SEMTUR Curuçá, 2013.



Em 2011 houve uma mobilização individual de cunho privado de um empresário em Curuçá na área de RESEX, que deu início a construção de um bar-pousada na praia da Ilha da Romana, com o objetivo de receber e acolher os inúmeros visitantes que atravessavam para a ilha mais visitada da RESEX, em busca de um turismo diferenciado, cercado por um meio ambiente preservado e semidesabitado como é a Ilha da Romana.

Nas Figuras 4.30 e 4.31 é apresentada a singela pousada que servia de apoio a muitos turistas que se dispunham a conhecer a famosa praia da Romana. Contudo a pousada não perdeu muito tempo, foi vistoriada e autuada pelo IBAMA e ICMBIO por estar dentro de área de RESEX e não apresentar laudos técnicos para sua construção foi condenada por estes órgãos oficiais responsáveis pela fiscalização das UC brasileiras e meses depois a hospedagem foi derrubada.



Figura 4.30 - Pousada na praia da Romana.

Figura 4.31 - Simples, mas um ponto de apoio para os muitos visitantes na Romana.

Fonte: Henrique Campos, 2012.

#### 4.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS AÇÕES EM AMBAS AS RESEX

Os levantamentos e observações sobre o turismo nas duas RESEX de Soure e Curuçá evidenciaram as ações implementadas pelo poder público, por meio dos órgãos de fomento para criar condições favoráveis e legais em encaminhar o turismo de forma que beneficiasse as comunidades da RESEX e contribuísse com o desenvolvimento socioeconômico e preservação ambiental. São evidenciadas ainda as manifestações de interesses privado e ou popular no desentrelaçamento do turismo em suas determinadas localidades, ainda que de forma forçosa, simplória e desestruturada, almejando estabelecer um retorno (econômico) com uma atividade promissora e com muitas evidências de realização nessas duas regiões.

O Governo do Estado do Pará por meio de sua Secretaria Estadual de Turismo (SECTUR) iniciou um projeto visando o aprimoramento na qualidade dos serviços que se prestavam aos turista e visitante em municípios com maior incidência para o turismo, entre estes

Soure e Curuçá, o “Programa Estadual de Qualificação do Turismo” (PEQTUR) destacado no ANEXO J.

O PEQTUR demonstra o incentivo do governo estadual juntamente com os governos municipais em promover a qualidade de serviços básicos pra o turismo nestas localidades, especialidades como garçom, camareira, atendentes em geral (hotelaria, bares, restaurantes), foram alguns dos cursos prestigiados por membros da comunidade.

O caso descrito na RESEX Soure com o projeto “Amazônia do Marajó” que trabalhou o produto “Vila do Pesqueiro, muita história para contar”, vislumbra a contribuição das políticas públicas em turismo em direção às populações tradicionais habitantes de UC, neste caso RESEX, colocando primeiramente o trabalho de conscientização dos indivíduos integrantes das comunidades e posteriormente preparando esses indivíduos para bem receber e prestar um serviço que consistia simplesmente em demonstrar as práticas comuns do dia-a-dia de suas atividades.

A descontinuidade do projeto “Vila do Pesqueiro, muita história para contar”, de fato afetou a crença da população das duas outras comunidades locais da RESEX, em relação ao fomento do turismo pela condução pública e institucional. No entanto, relevando as grandes dificuldades existentes, o “Vem Encontrar o Marajó” (VEM), demonstrado no ANEXO K, continuou na aplicabilidade do projeto, ainda que de forma tímida, mas tocando adiante o trabalho com os grupos que haviam sido formados e preparados pelas capacitações dos órgãos públicos, que se atribuíram dos conhecimentos técnicos adquiridos para a condução do turismo sem que dele ficassem a mercê.

O ocorrido na comunidade do Céu exemplifica o anseio que alguns dos comunitários possuem com o turismo. Sendo a menor e a mais recente das comunidades da RESEX Soure, o Céu conta com aproximadamente 150 pessoas, e apesar do grau de escassez de infraestrutura na localidade em não oferecer as bases para os comunitários locais, a construção da pousada simplória “Brisa do Mar” na praia do Céu é de uma considerável atitude proativa da proprietária, logicamente que em busca de melhorias sociais e econômicas, mas evidenciando a consciência dos moradores da RESEX sobre o potencial turístico da região e o crescente fluxo de visitantes e turistas.

Bastante relevante é a ação do poder público em Curuçá, que demonstra muito empenho e desenvoltura na condução do turismo como forma de valorizar a cidade que notoriamente possui um arcabouço cultural e natural como matérias primas para o turismo. Contudo não se percebeu em Curuçá uma política específica de turismo para trabalhar a questão das comunidades da RESEX Mãe Grande. No entanto, como a RESEX ocupa grande parte do município, as ações públicas de estímulo ao turismo vão em direção a RESEX, que está circunscrita as ilhas, as praias, o manguezal, os rios, os furos e as comunidades pesqueiras e marisqueiras.

Em Curuçá conta-se com o projeto institucional “Casa da Virada”, que privilegia a educação ambiental e o ecoturismo como forma de se atribuir dos muitos bens naturais que possui a região e trabalhar a questão da inclusão social conduzindo a própria comunidade na



continuidade do processo. Essas propostas são de grande valor social, pois influem de modo positivo com o turismo e delimita de forma responsável o papel desta atividade como transformadora no processo de desenvolvimento.

Por se tratar de Unidades de Conservação, há todo um contexto legal e de procedimento técnicos para a execução de quaisquer projetos ou propostas que intentam o uso do espaço ou recursos naturais destinados à proteção. Foi sob esse viés que ocorreu a interdição da pousada levantada na Ilha da Romana na RESEX Mãe Grande, onde não houve por parte do proprietário a ciência em observar o novo contexto ambiental em que estão inseridas grande parte das áreas do município curuçaense. Ações inoportunas como estas acontecem eventualmente no vasto espaço delimitado das RESEX, tendo em vista o crescente fluxo de turistas e visitantes que acabam por empolgar atores ávidos por participar dos efeitos positivos do turismo.

## 5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Este capítulo apresenta as principais conclusões decorrentes das análises dos estudos realizados nas Reservas Extrativistas Marinhas em Soure e Curuçá. Apresenta ainda as principais recomendações entre as ações para o turismo implementadas pelo poder público, por meio das políticas públicas de fomento e apoio para a elevação da atividade turística nos municípios sedes, que beneficiem consequentemente as comunidades dentro das áreas de RESEX.

A partir do levantamento das informações e das análises realizadas, são apresentadas, a seguir as principais considerações e recomendações que podem vir a auxiliar na condução de ações e propostas que tenham o turismo como um mecanismo capaz de contribuir com o desenvolvimento sustentável, condicionado a um retorno social e econômico responsável e igualitário, tanto para os municípios sedes, quanto para as RESEX Soure e Curuçá, e suas comunidades.

### 5.1 ANÁLISES CONCLUSIVAS SOBRE AS DUAS RESEX

As áreas protegidas sempre figuraram como mecanismos eficientes para a delimitação de espaços comuns, como forma de resguardar o espaço natural da exploração demasiada, que indiscriminadamente nos últimos séculos, fora motivada pela satisfação do momento presente, sem considerar as possibilidades de escassez no futuro. Relevante é analisar a evolução do conceito, bem como a modificação dos parâmetros de utilização dessas áreas protegidas e os contextos que foram se desenhando sob as bases do sistema econômico.

Especificamente no Brasil, devido o diferenciado contexto social, econômico e ambiental, essas áreas foram requisitadas por movimentos sociais no campo, pretendendo garantir o espaço destinado à manutenção das tradições e ao mesmo tempo, primordiais à existência destes; reivindicando novas configurações e direcionamentos que os permitissem a continuidade do uso da terra e recursos. Esses eventos trouxeram à tona a impossibilidade de se pensar em proteção exclusiva dos bens naturais, desconsiderando a participação das populações tradicionais habitantes destes espaços.

Por esse motivo, as Unidades de Conservação representavam uma ruptura com as antigas práticas de utilização indiscriminada desses espaços ou mesmo, a utilização exclusivamente para fins privados, inserindo com isso novas propostas de utilização como forma de aproveitamento responsável e que pudessem contribuir com a qualidade de vida das populações tradicionais sem ameaçar a integridade de suas práticas centenárias e respaldando legalmente a proteção e utilização sustentável do meio ambiente.

Frente ao visível avanço do turismo em direção a esses espaços naturais, que ora vem sendo institucionalizados no Brasil, toma-se por analogia toda a dinâmica e volatilidade que

sempre acompanharam o turismo desde suas épocas mais remotas, se adaptando aos tempos, sociedades, situações e ao ambiente, e que sem as devidas observações, diretrizes e manuseios pode acabar traçando caminhos tortuosos e ocasionando prejuízos sociais e ambientais no âmbito brasileiro, resvalando negativamente sobre as populações tradicionais.

A institucionalização de muitas áreas no Brasil abre um leque de possibilidade de utilização, uma vez que a legislação brasileira possui certa maleabilidade de utilização, não interrompendo processos sociais, econômicos e ambientais já instaurados em regiões como estas. As Unidades de Conservação trazem esta versatilidade por meio de suas variadas categorias de utilização sem travar a convivência do indivíduo com os bens naturais, mas conduzir a utilização de forma mais adequada.

Considerando a grande virtude e diversidade dos atributos culturais e naturais existentes nas duas regiões de RESEX estudadas em Soure e Curuçá é imprescindível mensurar que o turismo como expressiva atividade consumidora de paisagens e culturas, não se intensificaria nas localidades inegavelmente propensas ao turismo, fato que vem aumentando consideravelmente nos últimos anos. A questão é pensar políticas públicas em que pese o crescimento do turismo de forma a não invadir as particularidades das UC, ou mesmo pensar políticas ou propostas que incluam as UC com o aproveitamento de seus espaços protegidos e íntegros gerando um produto diferenciado com benefícios a turistas, visitantes e comunidades.

O município de Curuçá vem demonstrando nos últimos anos, uma tendência ao incentivo de propostas que contemplem o crescimento do turismo e possam incluir no processo a área de RESEX e suas comunidades. Como exemplo, de incentivo à ação privada, cita-se o projeto “Casa da Virada” desenvolvido e conduzido por uma ONG, que levaram aos comunitários conhecimentos sobre educação ambiental e treinamento para a boa aplicabilidade do ecoturismo na área de RESEX. Ações como estas contribuem para a participação e condução popular do turismo dentro da UC.

A prefeitura de Curuçá por meio da SEMTUR tem apoiado propostas que visem trabalhar a questão do Turismo de Base Comunitária (TBC) junto às comunidades da RESEX, com isso vem mobilizando algumas ações, com o apoio de ONGs, para promover discussões a respeito do tema e levando inicialmente a essas comunidades a possibilidade de se trabalhar com um turismo diferenciado que tende a trazer retorno econômico para as famílias.

São visíveis também as ações públicas da prefeitura em Curuçá para a elevação do turismo como atividade relevante para o desenvolvimento do município, trabalhando questões de base, como a reestruturação da cidade e seus atributos culturais como as manifestações folclóricas e religiosas acentuando os aspectos históricos e renovando a autoestima da sociedade local, assegurando as qualidades naturais do município que lhe rendeu o privilégio de ter uma UC.

A SEMTUR Curuçá tem caracterizado suas ações sob a identidade pesqueira e marisqueira, que sempre identificou o município e delimitou o surgimento de uma RESEX Marinha para a localidade, além de trabalhar uma das matérias primas que a região possui em abundância que são as ilhas e praias localizadas em área de RESEX. Contudo, notou-se nos últimos levantamentos de campo realizados em Curuçá, que tem sido frequente a descontinuidade de

políticas públicas em turismo e o quanto esse fato vem retardando as articulações que antes vinham sendo implementadas em Curuçá e que já faziam deste município, uma grande fonte de atração turística no Estado.

Em certos casos, em meio ao próprio poder público, faltam articulações que convirjam com os mesmos objetivos e fundamentos, e esta ausência ocasiona algumas tensões socioambientais entre entidades públicas e até mesmo privados. Ocasionalmente há algumas iniciativas privadas ou populares dentro da área da RESEX Mãe Grande, que priorizam somente o retorno financeiro com o turismo, geralmente estas ações desconsideraram a legalidade e a extensão de resultados negativos ao meio ambiente e a sociabilidade existente na área da RESEX e seu entorno, como o ocorrido com a pousada na praia da Romana.

Na RESEX Soure as ações públicas tiveram grande motivação com os programas federais de incentivo ao turismo, como o PRODETUR, incidindo de forma contundente nos trabalhos que os órgãos públicos, como a PARATUR e SEBRAE, dedicaram à causa da elevação do turismo dentro da RESEX em prol das comunidades, gerando com isso produtos turísticos como “Vila do Pesqueiro: muita história para contar”. Esses acontecimentos na RESEX Soure oportunizaram algumas outras realizações com o turismo, evidenciando a capacidade de absorção das comunidades em lidar com esta atividade e o nível dos atrativos turísticos, naturais e culturais, que a localidade pode proporcionar.

A questão do município de Soure possuir um plano estratégico com políticas direcionadas ao turismo é de grande valor, tendo em vista que considerável número de municípios no Brasil não detenha tal documento de encaminhamento para o setor. Entretanto, somente a elaboração do plano não garante melhorias necessárias, pois apesar do plano bem elaborado, não se observa a aplicabilidade do mesmo por parte do poder público. De certa forma, essa letargia do ente público em relação ao turismo, causa desarticulação entre o público, o privado e o comunitário quando da realização propostas com o turismo.

Pelo fato dos atrativos naturais mais relevantes do município de Soure estarem localizados na área da RESEX, não é incomum que haja interferência de entes privados ou comunitários almejando colher algum benefício, devido a grande movimentação que o turismo proporciona na localidade. A não atuação pública municipal, ainda que por meio do plano estratégico de turismo, ocasiona um desencontro de normas e legislações, propiciando um turismo incipiente, desorganizado e negligenciado, com possibilidade real de dano ao meio ambiente local, que pode vir a prejudicar as famílias residentes da RESEX, que os maiores dependentes desses recursos.

Essas atitudes públicas no fomento do turismo acabam por enredar também outras atitudes de cunho privado e comunitário, como os resultados observados com a construção da pousada na vila do Céu na RESEX Soure e a continuidade do viés o projeto “Vila do Pesqueiro: muita história para contar” por parte do projeto VEM, que torna a comunidade detentora do próprio processo de condução da atividade turística em seu ambiente. Apesar das dificuldades existentes entre a confluência de ideias e interesses dos próprios comunitários e de associações, a proposta

do VEM é uma realidade palpável para que o turismo chegue a integrar as atividades socioeconômicas das comunidades da RESEX Soure.

Traçar análises das conduções que o turismo vem sofrendo pelas ações do poder público e por outras incursões, como a iniciativa privada e a participação popular, refletem nos caos especificados das RESEX, as condições favoráveis que se desenham para a confluência das propostas que se atribuem ao turismo como forma de aproveitamento sustentável das áreas protegidas. Evidenciando o grande potencial turístico das regiões e a grande incidência na procura por estes lugares, a utilização planejada e estruturada pelo poder público, é uma forma segura e condizente de tratar ambas as questões que se desenvolve de modo ininterrupto com o turismo e as áreas protegidas.

Ações que coadunam com a prestação de serviços para a evolução do turismo dentro das RESEX devem, contudo, estar baseadas nas especificações legais regulamentadas pela Política Nacional de Meio Ambiente, Política Nacional de Turismo e pelo rol de procedimentos e diretrizes destacados no Sistema nacional de Unidades de Conservação, o SNUC. Somente diante desses parâmetros políticos e legais, pode-se construir e delinear ações propícias de desenvolvimento com o turismo nos limites das UC de forma a contribuir com a elevação social e econômica dessas áreas e suas populações.

A partir das análises advindas das observações e levantamentos nas duas áreas de RESEX, bem como nas experiências vivenciadas com o turismo nos municípios sedes de Soure e Curuçá, apresentamos algumas recomendações e sugestões de forma a subsidiar as ações públicas e ou privadas em direção a um desenvolvimento e crescimento econômico dos municípios utilizando o turismo como instrumento.

Contudo, faz-se necessário levantar algumas dificuldades e problemas que foram observados no âmbito do turismo nas duas áreas de RESEX. Como exemplo disso são as iniciativas em prol do turismo que vigoram como um reflexo direto das políticas e ações que iniciam prioritariamente nos municípios sedes de Soure e Curuçá e acabavam por incidir diretamente sobre as comunidades das RESEX.

Algumas dessas iniciativas, ou a ausência delas, tomam efeitos negativos e estão especificadas no Quadro 5.1 como forma de pontuar os levantamentos das ações encontradas para o turismo nas duas regiões, ressaltando atitudes oriundas do poder público, particulares e populares que surtiram efeitos indesejáveis, ficando propensos os resultados negativos para a RESEX e suas população.

QUADRO 5.1

**Ações negativas para o Turismo nas RESEX Soure e Curuça**

**RESEX de Soure**

- Possui plano de turismo com políticas direcionadas, mas não há aplicabilidade;
- Desarticulação dos entes políticos, privados e comunitários para as realizações com o turismo;
- Sem ações convergentes a RESEX torna-se espaço de um turismo incipiente;
- Propicia ações privadas e comunitárias desordenadas visando retorno com o turismo;
- Estimula direta e indiretamente um turismo sem regras e por vezes predatório.

**RESEX Mãe Grande**

- Algumas ações e projetos sem confluência entre entes políticos e de fiscalização;
- Iniciativa privada e/ou popular dentro da área de RESEX visando retorno com o turismo, causando ações descoordenadas e danosas ao meio ambiente;
- A descontinuidade de políticas e projetos de turismo que beneficiam o município e conseqüentemente as comunidades da RESEX.

Fonte: Laércio Falcão, 2013.

## 5.2 RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES

Levando-se em consideração a relevante capacidade turística das regiões estudadas, bem como os agravantes socioambientais percebidos com a pesquisa de campo nas duas RESEX e o processo inicial em que se encontram as políticas públicas de turismo, serão apresentadas nesta seção, algumas sugestões para o delineamento de ações como forma de evitar os danos na área de RESEX e as suas populações, assim resumidos no Quadro 5.2.

<b>QUADRO 5.2</b>	
<b>Sugestões para ações positivas com o turismo nas RESEX</b>	
<b>RESEX de Soure</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ A criação da Secretaria de Turismo, especial e prioritária para tratar das políticas de turismo;</li> <li>➤ O Produto "Marajó" ser amplamente defendido pelo poder público municipal de Soure, atrelado aos inúmeros atrativos naturais e culturais existentes na área da RESEX, utilizando isso como fator positivo de responsabilidade socioambiental;</li> <li>➤ Maior integração com outros órgãos estaduais e federais para uma fiscalização mais efetiva, com ações punitivas ao descumprimento de normas ambientais em área de RESEX;</li> <li>➤ Promover encontros e discussões a respeito do papel de cada um em torno do turismo na região, deixando explícito as diretrizes que cada ente, seja público, privado ou comunitário, tem que se pautar;</li> <li>➤ Delinear juntamente com os órgãos federais, IBAMA e ICMBio, planos de aproveitamento da área de RESEX para o turismo, apoiados pela legislação vigente como o SNUC, PNT e PNMA;</li> <li>➤ Focar no esclarecimento sobre políticas de turismo e meio ambiente junto as comunidades da RESEX, para que não pratiquem ações desmedidas com o turismo frente aos recursos naturais.</li> <li>➤ Maior engajamento da governança local para entender o grau de desenvolvimento com bases sustentáveis que o turismo poderá proporcionar ao município e as comunidades da RESEX.</li> </ul>



RESEX Mãe Grande	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Maior atenção aos fatores de riscos socioambientais que determinadas ações possam vir a causar na área da RESEX;</li> <li>➤ Convergência com órgãos de fiscalização como o IBAMA, ICMBio e SEMA, para realização de ações com o turismo;</li> <li>➤ Ações para o turismo na área da RESEX requerem outras características diferentes das ações planejadas para a sede do município;</li> <li>➤ Maior aproximação junto as comunidades da RESEX para devidos esclarecimentos em relação ao turismo e o que se pode esperar com o seu desenvolvimento dentro da RESEX;</li> <li>➤ Seguir prioritariamente as legislações que tratem das políticas públicas tanto para o turismo, como o PNT e Plano de Desenvolvimento do Estado do Pará, e sobre meio ambiente e UC como o SNUC e a PNMA;</li> <li>➤ A elaboração do Plano de Turismo do Município de Curuçá, para alicerçar as ações e parâmetros de políticas públicas em turismo;</li> <li>➤ Ações de continuidade políticas para projetos já iniciados com o turismo, objetivando o desenvolvimento do município e da RESEX como um todo.</li> </ul>
------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Laércio Falcão, 2013.

Como já observado, o município de Soure possui um plano de desenvolvimento dedicado exclusivamente para o turismo, porém a inoperância do governo local, em referência a esta atividade econômica de enorme expressão, não corresponde sob forma de ações concretas e assertivas ao enorme potencial turístico que o nome “Ilha do Marajó” carrega e sendo uma região de grande atração turística ao longo de todo o ano, recebendo visitas de turistas brasileiros e estrangeiros.

Um fato a ser considerado importante para a resolução deste impasse é a criação de uma secretaria de turismo, que venha a dispor de toda estrutura logística e com orçamento coerente para que as políticas públicas de fomento no turismo tenham maior envergadura. Como as ações e políticas para o turismo estão atreladas a outras duas subsecretarias, como a de Lazer

e Cultura, não há a possibilidade de uma ação incisiva, para as ações com o turismo, devido a dedicação a inúmeras ações destas outras subsecretarias.

A total desarticulação do poder público local em Soure, não conflui positivamente para as práticas com o turismo, as quais foram desenhadas no plano estratégico, ainda que de forma inicial. Não há a preocupação da governança com desígnios que tenham no turismo uma fonte de desenvolvimento, fato que contrasta com o inegável potencial da região, tão bem explorado por agências de turismo no Brasil e exterior. A necessidade de engajamento da governança local para a importância de mitigar políticas sérias de turismo precisa ser reforçada, dessa forma poderão vislumbrar o acréscimo econômico que esta atividade pode proporcionar quando planejada sustentavelmente.

Comumente, a inércia pública, em qualquer nível governamental, estimula a ação ou reação de entes comunitários e privados, na tomada de decisão que resultem em atitudes que visem a resolução de determinada situação, problema ou imbróglio. Em relação ao turismo, observa-se que em Soure existe uma parcela da população que depende da movimentação da economia advinda do turismo, principalmente as comunidades da RESEX, que intensificam as vendas de pescado, mariscos e artesanatos para o trade turístico de Soure. Contudo, essa cadeia torna-se improdutiva, devido à inexistência de atitudes dos órgãos competentes para este setor ou mesmo de uma secretaria específica para tal.

Essa questão descentralizada e difusa com que se conduz o turismo em Soure leva os comunitários e empresários a percorrerem caminhos próprios. Tal atitude gera divergências de interesses entre diversos entes do ramo turístico, além de fomentar nestes atores, a errônea ideia do retorno financeiro em curto prazo, conduzindo-os a práticas descabidas como ocorre em atendimentos de má qualidade, instalações turísticas precárias, falta ou precariedade de serviços, preços abusivos divergindo da realidade dos serviços turísticos prestados na região, além de contar com o descaso público no zelo urbanístico do próprio município, fatores que imperam visivelmente e causam decepção a turistas e visitantes.

Esses reflexos negativos são sentidos diretamente pelas comunidades do Pesqueiro, Céu e Cajuúna da RESEX de Soure, observando que grande parte dos atrativos naturais que atraem inúmeros turistas a Ilha do Marajó e especificamente a Soure, estão dispostos dentro ou no entorno da extensa área da reserva, o que coloca os comunitários frequentemente em contato direto com os turistas e visitantes que são os principais compradores dos produtos das comunidades.

Como mencionado anteriormente, o turismo em Soure assim como em parte do Marajó, ocorre por motivos de exuberância e misticismo que a região possui. Esse viés representa a principal fonte de atração de divisas com o turismo para a Ilha do Marajó, sem entretanto contar com ações do governo municipal que se façam perceptíveis para o turismo. De modo que, se o poder municipal estiver imbuído do grande potencial e da possibilidade mitigar políticas assertivas em relação ao turismo, esta atividade poderá tornar-se o grande impulsionador para o desenvolvimento do município que levantaria a economia das comunidades da RESEX.

Em Curuçá, existe uma situação inversa da que ocorre em Soure, o poder público municipal tomou a atividade turística como uma fonte de desenvolvimento, aproveitando a grande movimentação que o município absorvia com turismo e elevando as perspectivas e impulso que as políticas públicas estaduais e federais vinham oferecendo e praticando. Esses eventos permitiram que a governança municipal fomentasse a criação de uma secretaria específica para tratar do turismo, ocorrendo o desmembramento de outras secretarias municipais como a de Cultura, Lazer e Turismo.

Este fato demonstra a importância que é dada ao turismo em Curuçá, o quanto esta atividade econômica representa para a movimentação da economia local, incidindo principalmente sobre as populações tradicionais da RESEX Mãe Grande, devido a frequente comercialização dos produtos oriundos da RESEX como o pescado, frutos do mar, artesanato e outras atividades estritamente ligadas as cultura pesqueira, assim como também a cultura local.

Contudo, a avidez por novas formas de exploração com o turismo no município e sua RESEX, pode levar o governo municipal a extrapolar-se em algumas ações, causando imbróglios com outros órgãos públicos da tanto da esfera estadual como da esfera federal, entre eles a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) Ministério Público Estadual, o IBAMA, ICMBio, Ministério Público Federal. A formulação de políticas de turismo para o município deve considerar a extensão da RESEX e sua abrangência na comunidade geral de Curuçá, observando que qualquer atitude sem planejamento adequado poderá prejudicar diretamente a reserva.

Neste caso, é conveniente que os projetos e políticas de turismo elaborados pela Secretaria Municipal de Turismo estejam acompanhados imprescindivelmente das análises dos órgãos reguladores como o IBAMA e ICMBio, por se tratar de uma área protegida como é a RESEX, onde há uma legislação específica que as rege. Recomenda-se ainda, seguir os planos de turismo já pré-definidos nas políticas nacionais como no PNT e nas políticas estaduais de turismo como o Plano de Desenvolvimento do Estado do Pará. Trata-se de uma convergência entre os órgãos públicos das três esferas de governo, partindo-se da SEMTUR Curuçá com a continuidade de suas políticas e ações visando o incremento do turismo com a perspectiva do desenvolvimento que o mesmo poderá proporcionar ao município e a RESEX com um todo.

A infinidade de praias, rios, ilhas, trilhas, comunidades e manifestações culturais e folclóricas que existem em Curuçá, estão propensas a grandes projetos para a utilização com o turismo. Para isso, é necessária a catalogação desses atributos naturais e culturais de forma a serem contemplados em um Plano de Turismo do município, que traria outra instância, deixando mais evidente e objetiva qualquer política incisiva para o turismo.

Observa-se, no entanto, que a não continuidade das ações políticas ainda representa um entrave à solidificação do turismo como atividade econômica oficial de expressiva contribuição para Curuçá. Levantou-se que no último pleito municipal a gestão anterior não prosseguiu com o mandato, incidindo diretamente na continuidade das propostas que haviam delineado para o crescimento do turismo e desenvolvimento da região.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALLEGRETTI, Mari Helena. **A Construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental) Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), UNB. Brasília, DF: 18 dez. de 2002.

ALLEGRETTI, Mari Helena. Reservas Extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: ARNT, Ricardo (Ed). **O destino da Floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ARAYA ROSAS, Pedro. **Reserva de la Biosfera: um espacio para la integración de conservación y desarrollo**. Paris: UNESCO, 2007.

BATISTA, Iane Maria da Silva. **Participação, Organização Social e Desenvolvimento Sustentável no Contexto da RESEX Mãe Grande de Curuçá**. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Belém: UFPA, 2010.

BARRETO, Margarita. **Manual de Iniciação ao Estudo Turístico**. 13. ed. Campinas: Papirus, 2003.

BECKER, Bertha. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

BENI, Mario Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 1998.

BRASIL. **Decreto 99.144**, de 12 de março de 1990. Cria a reserva extrativista Chico Mendes. Diário Oficial da União. Poder Executivo. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/RESEX/cmendes/opdecret.htm>>. Acesso em: 12 de agosto de 2013.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Indicadores de desenvolvimento humano. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 24 de agosto de 2010.

BRASIL. **Lei 9.985** de 18 de julho de 2000. Regulamenta o Art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 18 jul. 2000. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 29 de setembro de 2010.

BRASIL. **Plano de desenvolvimento territorial sustentável para o arquipélago do Marajó**: resumo executivo da versão preliminar para discussão nas consultas públicas. Grupo Executivo Interministerial. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL. Programa minha casa minha vida. Disponível em: <[www.minhacasaminhavid.gov.br/](http://www.minhacasaminhavid.gov.br/)>. Acesso em: 29 set. 2010.

BURSZTYN, Marcel (Org.). **Ciência, Ética e Sustentabilidade**: desafios ao novo milênio. São Paulo, Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

CAMPOS, Raul Ivan Raiol de. **Sustentabilidade, turismo e gestão do patrimônio arqueológico**: limites e possibilidades no maracá (AP) e Serra dos Martírios/Andorinhas (PA). Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), UFPA. Belém, 2008.

CASTELLI, Geraldo. **Turismo**: atividade marcante do século XX. Caxias do Sul: UDUCS, 1990.

CASTRO, Evaristo (et al). Gestão da Biodiversidade e Áreas Protegidas. In: GUERRA, Antônio J. T.; COELHO, Maria C. N. **Unidades de Conservação**: abordagem e características geográficas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2009. p. 25 – 65.

CAVALCANTI, Clóvis. Política De Governo Para O Desenvolvimento Sustentável: uma introdução ao tema e a esta obra coletiva. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. São Paulo, Cortez, 1997. p. 21 – 40.

COLCHESTER, Marcus. Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.), **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec; NAPAUB; USP, 2000, p. 225 – 250.

CRUZ, Miguel E. M. da. **Marajó**: essa imensidão de ilha. São Paulo: Parma, 1987.

CRUZ, Miguel E. M. **Soure**: pérola do arquipélago de Marajó. Belém: Lima, 1999.

DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de. (Org.). **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**. São Carlos: UFSCAR, 1996.

DIAS, Reinaldo. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIEGUES, Antonio C. Santana. MOREIRA, André (Org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NAPAUB; USP, 2001.

DIEGUES, Antonio C. Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. 4 ed. São Paulo: Annablume, 2002.

DINIZ, Nilo (Org). **O Desafio da Sustentabilidade**: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

DUPUY, Jean-Pierre. **Introdução à Crítica da Ecologia Política**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980.

FALCÃO, Laércio Bezerra. **(In) Sustentabilidade no turismo na RESEX Marinha de Soure**: desafios e perspectivas as comunidades. Monografia (Especialização). Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Curso de Especialização em Desenvolvimento de áreas Amazônicas, FIPAM - XXIII, Belém, 2010.

FEENY, David. et al. **A Tragédia dos Comuns**: vinte anos depois. In: DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro (Orgs). Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo: NAPAUB; USP, 2001.

FERNANDES, Marciolina; GUERRA, Lemuel (Org.) **Contra discurso do desenvolvimento sustentável**. In: REDCLIFT, Michael R. Os Novos Discursos de Sustentabilidade. Belém, NAEA-UFPA, 2006.

FERREIRA, Paulo Henrique dos Santos. **Fragmentos Históricos de Curuçá**. Castanhal: Graf Set, 2005.

FIGUEIREDO, Silvio Lima. Turismo e cultura: um estudo das modificações culturais no município de Soure em decorrência da exploração do turismo ecológico. In: Lemos, Amália G. de, (Org). **Turismo**: Impactos Socioambientais. São Paulo: HUCITEC, 1999, p. 207-222.

FURTADO, Lourdes Gonçalves *et al.* **Reserva Extrativista Marinha de Curuçá**: estudo etnoecológico e sociocultural. Belém: Museu Paraense Emílio Goedi, 2012.

GANSTAL, S.; MOESCH, M, M. **Um outro turismo é possível**. São Paulo: Contexto, 2004.

GANSTAL, S.; MOESCH, M. (Org.). **Turismo**: Investigação e crítica. São Paulo: Contexto, 2002.

GATTI, Bernadete. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília/DF: Liber Livros, 2005.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GEERTZ, Clifford. **O Saber Local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 2008.

GOMES, Eduardo Lima dos Santos. Turismo no Entorno do PARNA do Cabo Orange, Amapá: Desafios à sustentabilidade socioambiental. In: SIMONIAN, Ligia T. L. (Org.). **Políticas Públicas, Desenvolvimento, Unidades de Conservação e Outras Questões Socioambientais no Amapá**. Belém: NAEA; MPEAP, 2010.

GOMES, Eduardo Lima dos Santos. **Turismo no entorno do Parque Nacional do Cabo Orange/Amapá**. Belém: NAEA; UFPA, 2007. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), UFPA. Belém: 2007.

GUIMARAES, Roberto P. A ética da sustentabilidade e a formulação das políticas de desenvolvimento. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Orgs.) O desafio da sustentabilidade. São Paulo: Fundação Perceus Abramo 2001.

GÜNTER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília/DF, Brasília, DF, v. 22, n. 2, p. 201-210, mai/ago. 2006.

IRVING, Marta; AZEVEDO, Julia. **Turismo**: o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002.

KINKER, Sônia. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas: Papius, 2002. (Coleção Turismo).

- MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélago da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: 1976.
- MANESCHY, Maria C. **Ajuruteua**: uma comunidade pesqueira ameaçada. Belém: UFPA; CFCH, 1995.
- MARTINS, Lídia Ferreira. **Caracterização socioambiental da extração e comercialização do Caranguejo Uçá realizado na RESEX “Mãe Grande de Curuçá - Pará”**. Monografia (Especialização). Belém: NAEA/UFPA, 2010.
- MORSELLO, Carla. **Áreas Protegidas Públicas e Privadas**: seleção e manejo. São Paulo: Anna blume, 2006.
- NUNES, Carlos. **Marajó**: paraíso dos milênios. São Paulo: Forpap, 2000.
- PARÁ. Plano de desenvolvimento turístico do estado do Pará. Belém: Companhia Paraense de Turismo – Paratur: Belém, 2001.
- PARÁ. **Regiões de integração do Estado do Pará**. Portal de serviços da SEDUC: Belém, 2010. Disponível em: <<http://www.seduc.pa.gov.br/portal/?action=LinkTarefaNoticia.dl&idlink=435>> Acesso em: 26 ago. de 2010.
- PEREZ, Amparo Sancho (Coord.) **Organização Mundial do Turismo**. São Paulo: Roca, 2006.
- PRADO, Thays. Entenda a COP 15. **Planeta Sustentável**, São Paulo: abril.com, 18 set. 2009. Disponível em: <<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/cop-15-o-que-e-conferencia-partes-copenhague-499684.shtml>>. Acesso em: 10 ago. 2010.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ. SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO. Inventário da Oferta e Infraestrutura Turística do Município de Curuçá-PA. Atualização ano 2012. Curuçá, 2012.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE. SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico de Soure**, 2009.
- QUARESMA, Helena Dóris Almeida. **Turismo na terra de Makunaima: sustentabilidade em parque nacionais da Amazônia?** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), UFPA. Belém: 26 jan. de 2009.
- SANTOS JÚNIOR, Guilherme da Silva. **Ações e políticas públicas do Estado e sociedade a cerca da geração de renda na RESEX de Soure/Marajó-PA**. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), UFPA. Belém: 2006.
- SEN, Amarthya Kumar. **Desenvolvimento com liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, José Bittencourt. **Unidades de Conservação e organizações de populações tradicionais Sul-Amapaenses: problemas, tendências e perspectivas**. Belém: NAEA, 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), UFPA. Belém: 2007



SIMONIAN, Ligia T. Lopes *et al.* **Pacamorema/RESEX Mãe Grande: terra de feiticeiras ou metáforas para impasses ao desenvolvimento?** Belém: NAEA-UFPA, 2012.

SIMONIAN, Ligia T. Lopes. (Org.). **Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá.** Belém: NAEA; MPEAP, 2010.

SIMONIAN, Ligia T. Lopes *et al.* **Unidades de Conservação em Martírios/Andorinhas:** perspectivas ambientais, socioeconômicas, culturais e turísticas. Belém: CSE; UFPA, 2007.

SIMONIAN, Ligia T. Lopes. Uma relação que se amplia: fotografia e ciências sobre a Amazônia. In: KAHWAGE, Claudia; RUGGERI, Sandro. **Imagem e Pesquisa na Amazônia:** ferramentas de compreensão da realidade. Belém: Alves Gráfica e Editora, 2007. p. 15 a 52.

SIMONIAN, Ligia T. Lopes. Pesquisa em Ciências Humanas e Desenvolvimento Entre Populações Tradicionais Amazônicas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 1, n. 2, p. 119-134, 2005.

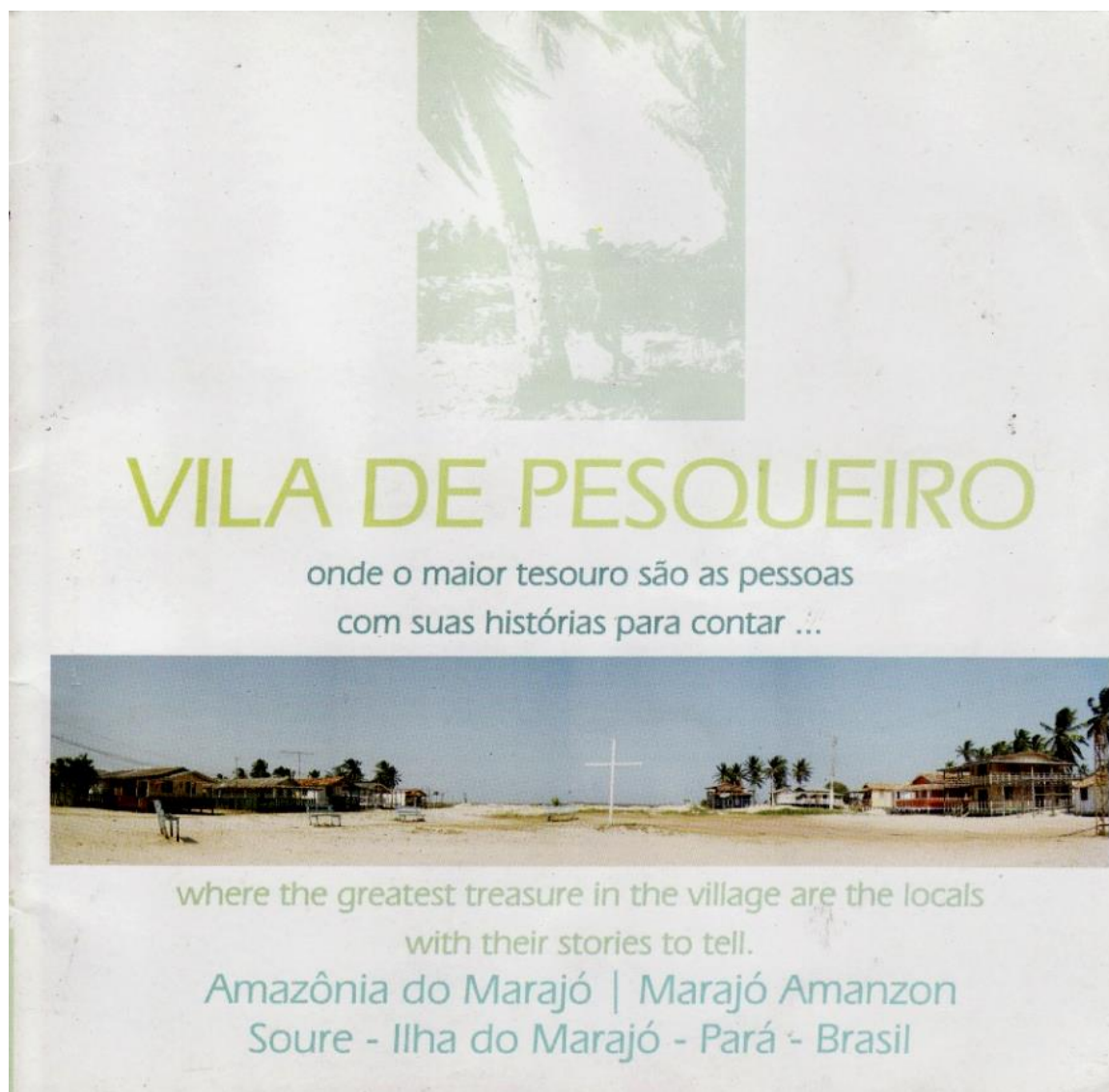
SIMONIAN, Ligia T. Lopes. Saber local, biodiversidade e populações tradicionais: perspectivas analíticas, limites e potencial. In: SEMINÁRIO SABER LOCAL: INTERESSE GLOBAL: PROPRIEDADE INTELECTUAL, BIODIVERSIDADE E CONHECIMENTO TRADICIONAL NA AMAZÔNIA. 2. , 2003. Belém. **Anais...**, Belém: UFPA, 2003.

SIMONIAN, L. T. L. 2000. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reservas. In: COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L. T. L.; FENZL, N. (Org.). **Estado e políticas públicas na Amazônia.** Belém: CEJUP. p. 9-53.

TEIXEIRA, José Pereira. **O Arquipélago do Marajó.** Rio de Janeiro: IBGE, 1953.

**ANEXO A****Prospecto do produto turístico “Vila do Pesqueiro, muita história para contar”**

Este anexo representa um dos esforços (em vão) destinados a movimentação do turismo em uma das comunidades da Resex Soure.



**ANEXO B**

**Parte posterior do prospecto “Vila do Pesqueiro,  
muita história para contar”**

Este anexo representa a identificação das instituições/organizações participantes do projeto.



**ANEXO C**

**Prospecto da Prefeitura Municipal de Curuçá**



Este anexo representa as ações do poder público municipal no reforço às manifestações culturais da localidade (indicados pelas setas), reforçando a identidade turística do município.



**GOVERNO DE TODOS  
2 ANOS EM AÇÃO**



**Recorde na Produção Agrícola**  
Projeto Mandala

**Apoio às Formaturas Infantis**

**Feira Internacional de Turismo**

**Luz Para Todos (200 Km)**

**Incentivo ao Esporte**

**Incentivo ao Carnaval**

**Construção do Auditório do STTR**

**Natal das Luzes**

**Salão Internacional do Turismo**

**Reforma da Ponte da Nazaré do Tijoca**

**Se 2009/2010 foi assim, prepare-se para o que ainda vem por aí.  
Mais saúde, educação, transporte, drenagem e pavimentação asfáltica e a tão sonhada orla da cidade.**



Prefeitura Municipal de Curuçá - Praça Coronel Horácio, 70  
CEP.: 66.750-000 - Curuçá-PA



**ANEXO D**  
**Prospecto “Passaporte do Turista Responsável”**

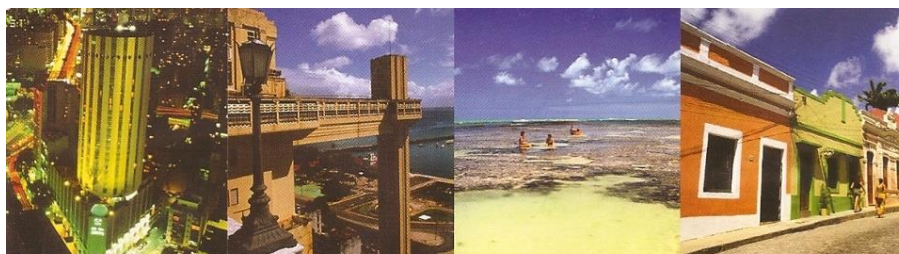
Este anexo representa um conteúdo disposto pela SEMTUR Curuçá, para auxiliar o turista/visitante através de dicas como: chegar e sair do lugar, onde comprar, destino do lixo, respeito às comunidades, etc.



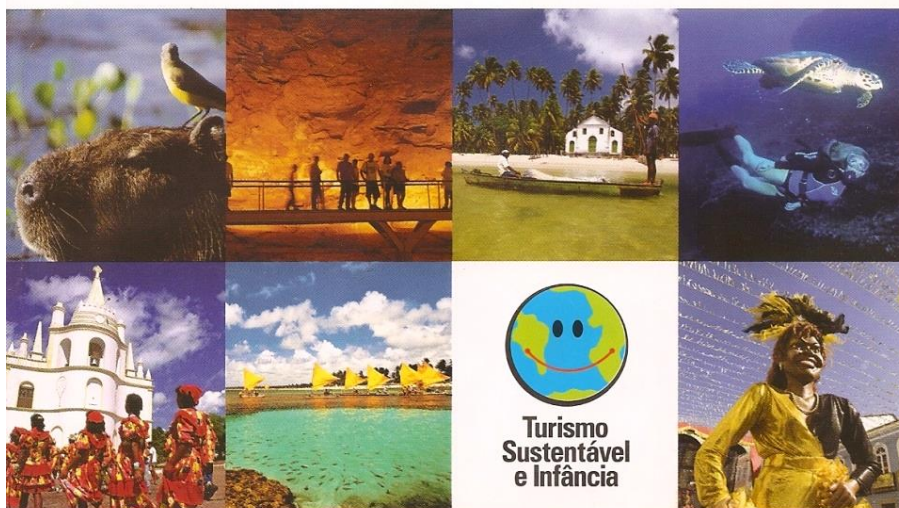
**ANEXO E**

**Prospecto informativo alertando sobre a exploração sexual**

Este anexo representa a preocupação do poder público no esclarecimento e combate a esse crime.



# Exploração sexual de crianças e adolescentes **NÃO É TURISMO. É CRIME.**



Turismo  
Sustentável  
e Infância

**ANEXO F**

**Folder “Curuçá: modelo de qualidade de vida”**



Este anexo representa uma elevação do modelo de vida que se pratica em Curuçá; com isso pretende-se convidar o turista/visitante a desfrutar de suas benesses.

## CURUÇÁ

# Modelo de Qualidade de Vida



**Curuçá**  
GOVERNO DE TODOS

SENTUR  
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO  
2004 - 2008 - 2009

Ministério do Turismo  
**BRASIL**  
TANQUE E ABILEZ DO PORTUÁRIO

Turismo Sustentável & Infância

**Paratur**  
ÓRGÃO OFICIAL DE TURISMO

Contato:  
[semtur.curuca@hotmail.com](mailto:semtur.curuca@hotmail.com)  
[piturismocuruca@hotmail.com](mailto:piturismocuruca@hotmail.com)

### CURUÇÁ

#### MODELO DE QUALIDADE DE VIDA

Com 359 anos de fundação, há 134 km de Belém e 40 mil habitantes, Curuçá é uma das cidades que emerge como um forte destino turístico no Nordeste Paraense. Cidade que vem apresentando grande crescimento do fluxo de visitantes todos os anos. A conquista de um espaço no disputado ranking turístico está fazendo com que o Prefeito Municipal invista principalmente na qualidade de vida como um dos principais atrativos do lugar. Várias obras se espalham pela cidade, numa garantia de cidadania e bem estar para todos os habitantes de Curuçá e seus visitantes vem crescendo e gerando empregos.

Chegar ao município de Curuçá é tarefa fácil, mais ainda é gostar do lugar que ainda hoje guarda características de uma pequena e bucólica cidade tanto pelas dimensões geográficas, quanto pela simpatia e carisma de seus moradores. São cerca de 40 mil habitantes que se empenham em fazer da cidade um lugar acolhedor. O turismo é a atividade que aos poucos

### VIDA MELHOR

E se existe empenho da população para bem receber quem chega à Cidade de Curuçá, quando se fala em administração pública o panorama não é diferente. O conceito de que a melhor formada se conquistar o visitante é oferecendo ao próprio cidadão Curuçense uma melhor condição de vida vem sendo amplamente trabalhado pela Prefeitura Municipal. Desde o ano de 2009, obras que elevam auto-estima dos moradores estão sendo realizadas. Na visão do atual prefeito Fernando Cruz, se o Curuçense gostar da cidade e cuidar bem dela, ficará mais fácil para quem chega de fora se apaixonar também.

As ações começam pela limpeza constante das ruas, logradouros, praças e bosques, que se apresentam sempre de maneira adequada e esse tem sido um dos principais elogios feitos por quem visita a cidade, fora a beleza, é claro.



**ANEXO G****Leque comemorativo do Círio de Nossa Senhora do Rosário**



Este anexo é um leque (ou abanador) que traz a representatividade do Círio e Curuçá, uma das manifestações religiosas de grande atração turística.



**ANEXO H**

**Folder do “Festival do Folclore” que ocorre todos  
os anos em Curuçá**

Este anexo representa o engajamento do poder público municipal por meio de sua SETUR na divulgação de uma das festividades mais prestigiadas do Estado.

**COMO CHEGAR A CURUÇÁ**

BELEM

BR-316

PA-136

BR-316

CURUÇÁ

BR-316

SANTA MARIA

MARAPANI

MARUDA

**XXXV FESTIVAL DO FOLCLORE**

NEGO URÓIA

15, 16 e 17 de Julho 2011


**CURUÇÁ**  
**TERRA DO FOLCLORE**

PREFEITURA DE  
**CURUÇÁ**  
GOVERNO DE TODOS  
[www.portalcuruca.com.br](http://www.portalcuruca.com.br)

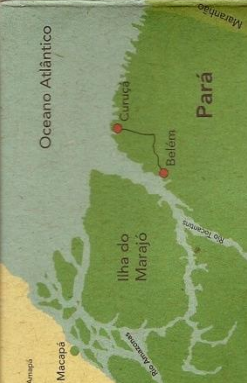
**ANEXO I****Prospecto do Instituto Peabiru com o “Projeto Casa da Virada”**





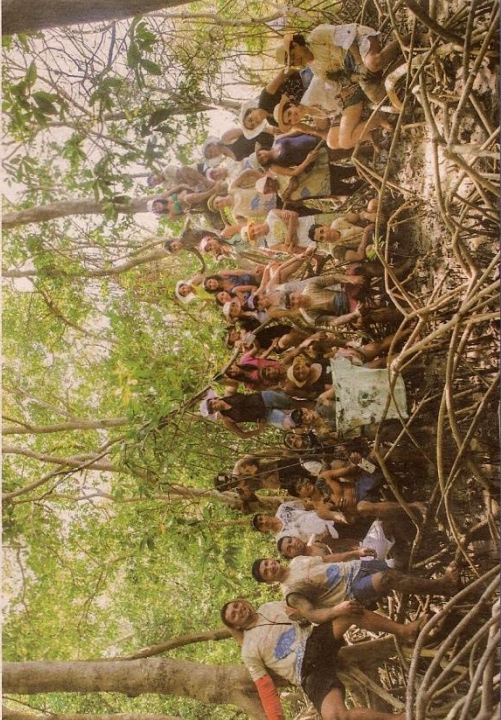
Este anexo representa o esforço de entidades ou ONGs em promover ativamente a educação ambiental e turismo de base comunitária nas comunidades do município principalmente da Resex.




Biodiversidade: as pesquisas orientam sobre espécies da fauna e flora que precisam de proteção








Agentes ambientais aprendem a medir o tamanho correto do carregueiro para coleta

**Curuçá**  
Avenida Paes de Carvalho, s/n  
68750 000 Piauí  
Curuçá - Pará  
91 9144 7026

**Belém**  
Rua O de Almeida 1083  
66053 260 Reduto  
Belém - Pará  
91 3222 6000

[www.peabiru.org.br](http://www.peabiru.org.br)  
[peabiru@peabiru.org.br](mailto:peabiru@peabiru.org.br)



Parceiros

Patrocínio

Fotos: Rafael Araújo

# Casa da Virada em Curuçá

**ANEXO J**

**Prospecto do “Programa Estadual de Qualificação do Turismo” (PEQTur) do Governo do estado do Pará**



Este anexo representa um esforço público em priorizar a qualidade dos serviços turísticos em alguns municípios considerados turísticos do Estado, dentre os quais Soure e Curuçá.

**PEQ Tur**  
PROGRAMA ESTADUAL DE QUALIFICAÇÃO DO TURISMO

**Paratur**  
ÓRGÃO OFICIAL DE TURISMO  
Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico e Incentivo à Produção  
GOVERNO DO PARÁ  
www.pa.gov.br

**Pará**  
A obra-prima da Amazônia

**Paratur**  
ÓRGÃO OFICIAL DE TURISMO  
Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico e Incentivo à Produção  
GOVERNO DO PARÁ  
www.pa.gov.br

GRIFFO FOTOS: LUIZ BARGA, HELY PAMPLONA, JOÃO RAMID, ANA MOKARZEL E ARQUIVO GRIFFO



**ANEXO K**  
**Prospectos do Projeto “Viaje Encontrando Marajó”**  
**(VEM) na vila do Pesqueiro**

Turismo de base comunitária intercedido por agências do sudeste do Brasil, representando um esforço da própria comunidade.



**VEM**  
viaje encontrando marajó

© Projeto VEM realiza viagens à Vila do Pesqueiro, Ilha do Marajó (PA), Amazônia, de maneira sustentável e consciente, gerando renda para a comunidade e novas experiências para o visitante.

Em parceria com a Associação das Mulheres da Vila do Pesqueiro, o Projeto VEM desenvolveu uma série de atrações para o turista se divertir, relaxar e conhecer de perto a cultura marajoara.



Associação das Mulheres do Pesqueiro

 turismo consciente

**VEM**  
viaje encontrando marajó

Ministério do Turismo

 BRASIL  
UM PAÍS DE TODOS  
GOVERNO FEDERAL

MAIS INFORMAÇÕES:  
www.vem.org.br  
contato@turismoconsciente.com.br  
55 11 3031-9311